



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

*Fazer da escola um polo de desenvolvimento
consolidando a Moçambicanidade*

PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2006 – 2010/11

(Versão 09/06/2006)

Junho de 2006

MAPUTO, MOÇAMBIQUE

Índice

Chave de siglas e abreviaturas	v
Introdução.....	1
Missão.....	3
Parte 1: Educação	5
1. Contexto e Objectivo.....	5
1.1 Sucessos alcançados no PEE I.....	6
1.2 A Visão	8
1.3 Desafios a serem tratados pelo PEEC.....	9
1.4 Abordagem Sectorial	11
2. O Contexto de Políticas.....	13
2.1 Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OdMs).....	13
2.2 A Agenda 2025	13
2.3 O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e o Plano Económico e Social (PES).....	14
2.4 Cenário de Despesas de Médio Prazo.....	15
2.5 O Programa do Governo 2005-2009.....	16
2.6 Iniciativa Acelerada de Educação para Todos (EFA/FTI)	16
2.7 Objectivos e metas para o PEEC na área de educação	17
3. Componentes do Plano Estratégico.....	21
3.1 Introdução	21
3.2 Ensino Primário	21
3.3 Educação Não-Formal e de Adultos.....	28
3.4 Ensino Secundário	31
3.5 Educação Técnico-Profissional	38
3.6 Formação de Professores	43
3.7 Ensino Superior	49
3.8 Ensino à Distância	55
3.9 Educação Especial	60
3.10 Integração do Género.....	63
3.11 Desporto Escolar.....	69
3.12 Saúde Escolar.....	72
3.13 Produção e Alimentação Escolar	74
3.14 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).....	79
4. Implementação	82
4.1 Interdependência das Componentes	82
4.2 Compromisso e liderança do Governo.	83
4.3 Estratégia de Comunicação.....	83
4.4 Apoio externo coerente.....	84

4.5	Gestão descentralizada do processo de planificação e implementação	86
4.6	Reforço da gestão financeira e administração	88
4.7	Monitoria do Progresso	89
5.	Financiamento do PEEC	90
5.1	Pressupostos	90
5.2	Financiamento do PEEC: informação detalhada	91
6.	Pressupostos, Oportunidades e Riscos	93
6.1	Pressupostos	93
6.2	Oportunidades e Pontos Fortes	94
6.3	Riscos	95
Parte 2: Cultura.....		107
1.	O Contexto	107
2.	Análise situacional	108
3.	Aspectos Específicos de Políticas	112
3.1	A Constituição da República de Moçambique	112
3.2	A primeira Conferência Nacional da Cultura e a Política Cultural	113
3.3	O Plano Quinquenal do Governo (2005-2009) e o PARPA II (2005-2009)	113
3.4	Agenda 2025	114
3.5	Os instrumentos legais regionais	114
3.6	Instrumentos internacionais	115
4.	Componentes da Estratégia	117
4.1	Promoção da Cultura e sua contribuição no desenvolvimento social e económico.	117
4.2	Preservação e valorização do património cultural.	123
4.3	Desenvolvimento e fortalecimento da capacidade e infra-estruturas.	127
4.4	Fortalecimento da parceria com os vários intervenientes	129
4.5	Fortalecimento da moçambicanidade no âmbito da unidade na diversidade.	131
5.	Monitoria e Avaliação	132
6.	Financiamento	133
Parte 3: Assuntos Transversais		137
1.	Reforço da Capacidade Institucional.....	137
1.1	Situação actual	137
1.2	Realizações durante o período 1999 -2005	138
1.3	Estratégia	139
1.4	Capacidade institucional: Quadro para acção e reforma de políticas .	140
2.	Resposta do Sector ao HIV/Sida	142
2.1	Situação Actual	142
2.2	Realizações durante o PEE I	142

2.3	Estratégia	143
2.4	HIV/SIDA: Quadro para acção e reforma de políticas.....	144

Figuras e Tabelas:

Figura 1: A Pirâmide das Matrículas, 2005, público, diurno	7
Tabela 1: Metas do PAF.....	15
Figura 2: PEEC - Processo de Planificação e Orçamentação	86
Tabela 2: Financiamento do PEEC	91
Tabela 3: Financiamento do PEEC por natureza da despesa	91
Tabela 4: Comparação do plano financeiro do PEEC relativamente ao PARPA.	92
Tabela 5: Estrutura do plano financeiro do PEEC por níveis de ensino e áreas transversais.....	93

Anexos:

Resumo das projecções financeiras.....	97
Pressupostos e resultados chave do modelo de projecções financeiras	101
Conceitos chave da área da Cultura	135
Estratégia e documentos de planificação	147

Chave de siglas e abreviaturas

ADE	Apoio Directo às Escolas
AEA/ENF	Alfabetização e Educação de Adultos / Educação Não-Formal
ARPAC	Instituto de Investigação Sociocultural
CFPP	Cursos de Formação de Professores Primários (7 ^a +3)
CRESCER	Cursos de Reforço Escolar: Sistemáticos, Contínuos, Experimentais e Reflexivos
DDEC	Direcção Distrital de Educação e Cultura
DINAEA	Direcção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos
DPEC	Direcção Provincial de Educação e Cultura
EAD	Educação Aberta e à Distância
EAO	Escolas de Artes e Ofícios
EFA	Educação Para Todos
EFA-FTI	Iniciativa Acelerada de Educação Para Todos
ENF	Educação Não-Formal
EP2	Ensino Primário do 2º Grau
ES1	Ensino Secundário do 1º Ciclo
ES2	Ensino Secundário do 2º Ciclo
ETP	Educação Técnico Profissional
HIV/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IES	Instituições do Ensino Superior
IMAP	Institutos do Magistério Primário
INAC	Instituto Nacional do Audiovisual e Cinema
INEA	Instituto de Educação de Adultos
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
INDE	<i>Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação</i>
INLD	Instituto Nacional do Livro e do Disco
ISPU	Instituto Superior Politécnico Universitário

ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
MAAC	Ministério para os Assuntos dos Antigos Combatentes
MAE	Ministério de Administração Estatal
MdMs	Metas de Desenvolvimento do Milénio
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEC	Ministério da educação e Cultura
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
MINED	Ministério da Educação
MITUR	Ministério do Turismo
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MF	Ministério das e Finanças
MT	Ministério do Trabalho
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NELIMO	Núcleo de Estudo das Línguas Moçambicanas
OdM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONG	Organização Não Governamental
ONGs	Organizações Não Governamentais
QAD	Quadro de Avaliação do Desempenho
PAF	O mesmo que QAD, Sigla em inglês, de “ <i>Performance Assessment Framework</i> ”
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PES	Plano Económico e Social
PEE I	Plano Estratégico da Educação 1999-2003
PEEC	Plano Estratégico da Educação e Cultura
PIB	Produto Interno Bruto
PIREP	Programa Integrado para Reforma da Educação Técnico-Profissional
SC	Sociedade Civil
SNE	Sistema Nacional de Educação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura
UP	Universidade Pedagógica
ZIP	Zonas de Influência Pedagógica

Introdução

O Decreto Presidencial nº 13/05, de 4 de Fevereiro que cria o Ministério da Educação e Cultura atribui ao sector a função de planificar, coordenar, dirigir e desenvolver actividades no âmbito da Educação e Cultura, contribuindo deste modo, para a elevação da consciência patriótica, para o reforço da unidade nacional e da moçambicanidade.

A integração das áreas da Educação e Cultura é a expressão do reconhecimento do papel importante que desempenham os aspectos culturais na formação integral do cidadão, com consciência patriótica, cientificamente qualificado, técnica e profissionalmente capacitado e apto a intervir de forma activa no processo de desenvolvimento sócio-económico do país.

Não obstante esta inquestionável complementaridade, por um lado, e, reconhecendo as especificidades de cada uma das áreas, por outro, o Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC), apresenta-se estruturado em três partes, sendo a Parte I relativa à Educação, a Parte II referente à Cultura e a Parte III relativa aos assuntos de carácter transversal.

É neste contexto que é concebido o Plano Estratégico da Educação e Cultura o qual estabelece a visão do Governo em relação ao desenvolvimento da Educação e Cultura em Moçambique para o período 2006-2011 e identifica as principais linhas de acção a serem prosseguidas a curto e médio prazos para a realização desta visão.

O Plano Estratégico da Educação e Cultura define as prioridades do Governo para o sector e fornece um quadro para a tomada de decisões em relação à alocação dos recursos internos e da assistência externa.

Missão

Promover a oferta de serviços educativos de qualidade, com equidade, formando cidadãos com elevada auto-estima e espírito patriótico, capazes de intervir activamente no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento económico e social do país e, igualmente, promover, coordenar, facilitar e harmonizar as iniciativas dos vários intervenientes na área cultural.

Parte 1: Educação

1. Contexto e Objectivo

A Estratégia da Educação para o período de 2006–2010/11, segue-se ao Plano Estratégico para o Sector da Educação (PEE I) que foi implementado de 1999 a 2005. O PEE I enfatizou a prioridade central do Ensino Básico. Deu substância e centralizou a política educacional de Moçambique em três objectivos-chave:

- A expansão do acesso à educação;
- A melhoria da qualidade de Educação;
- O reforço da capacidade institucional, financeira e política com vista à assegurar a sustentabilidade do sistema.

Estes objectivos permanecem válidos na presente estratégia, embora com uma maior ênfase na melhoria da qualidade da educação e na retenção dos estudantes até à 7ª classe. Para além disso, o PEEC propõe-se a aumentar os esforços para desenvolver a Educação Técnico-Profissional e Vocacional, um Ensino Secundário com características profissionalizantes, e o Ensino Superior.

Durante a implementação do PEE I, o sector da Educação fez consideráveis progressos, particularmente no aumento do número de matrículas no Ensino Primário, e a experiência da implementação do PEE I fornece fundamentos válidos para o desenvolvimento do PEEC. Ao mesmo tempo, o contexto em que os serviços de Educação são planeados, financiados e prestados em Moçambique, também evoluiu consideravelmente. O crescimento económico acelerado e a redução da pobreza tornaram-se uma prioridade explícita da política de desenvolvimento nacional. A Estratégia do Governo para a redução da pobreza absoluta (PARPA) assegura que todos os cidadãos - rapazes, raparigas, mulheres e homens - estejam aonde estiverem, tenham

a oportunidade de adquirir conhecimentos básicos e as capacidades necessárias para melhoria das suas vidas, das comunidades e do país.

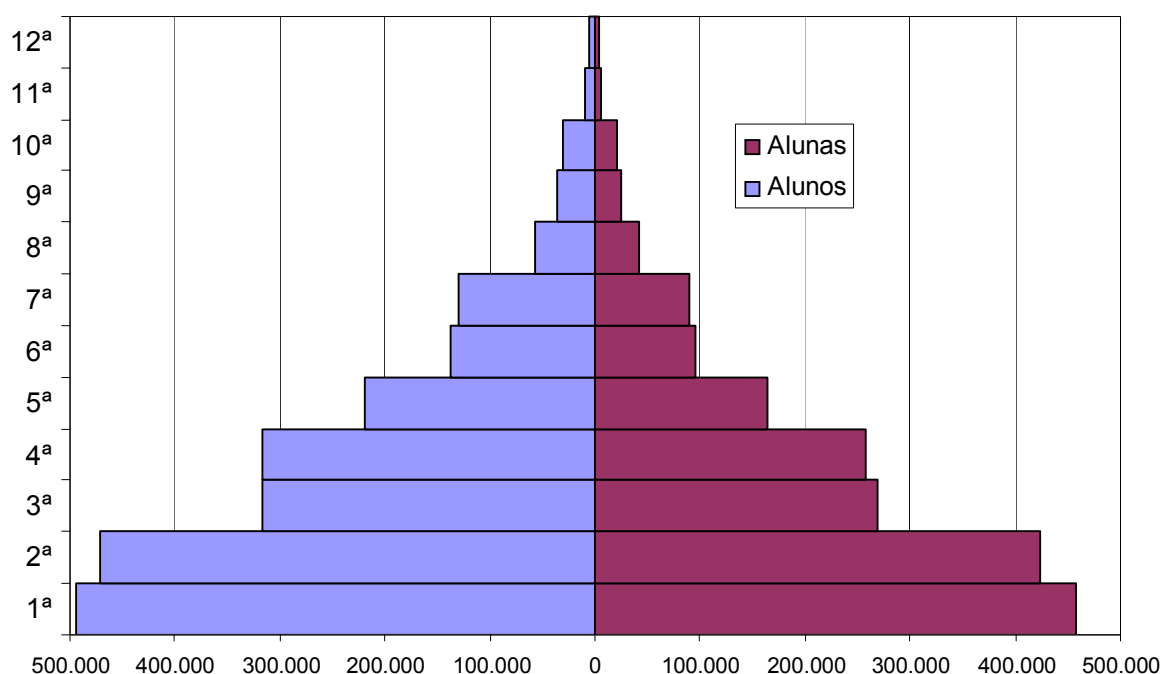
A estratégia do PEEC é assim desenhada para apoiar os três objectivos chave da política geral do Governo de desenvolvimento económico e social:

- Reduzir a pobreza absoluta;
- Assegurar a justiça e a equidade do género; e
- Lutar contra a propagação do HIV/SIDA e mitigar o seu impacto.

1.1 Sucessos alcançados no PEE I

Um progresso considerável foi conseguido durante o PEE I na melhoria do acesso à educação, reflectido no aumento do número de matrículas a todos os níveis do Ensino Primário e Secundário. Entre 1999 e 2005 as matrículas no EP1 aumentaram em 65% e a taxa bruta de escolarização de 85% para 131%. Os ganhos foram maiores para as raparigas, o que levou a uma redução do fosso em termos de género nas matrículas no Ensino Primário, especialmente nas primeiras classes. O crescimento rápido nas matrículas também reflecte a admissão de um grande número de alunos mais velhos que anteriormente não tinham tido acesso a oportunidades de educação. Partindo de bases muito mais pequenas, as matrículas no EP2 mais que duplicaram, enquanto que as matrículas no Secundário mais do que triplicaram, embora ainda permanecendo como um pico muito pequeno da pirâmide educacional. Este crescimento foi apoiado pelo progresso na reabilitação de escolas existentes e pela construção de novas escolas. Os orçamentos foram ajustados de forma a haver um aumento no número de professores. A política do Governo em relação às propinas foi revista e ajustada para minorar as barreiras financeiras ao Ensino Primário com que se defrontam as famílias pobres, tornando-o gratuito.

A pirâmide educacional (figura 1) mostra a continuação das baixas taxas de conclusão do Ensino Primário assim como o acesso limitado a escolas primárias completas e mais ainda, a escolas secundárias. Pela positiva, a base larga em relação ao topo estreito também reflecte a expansão significativa nos últimos anos das matrículas iniciais no EP1 durante o PEE I. O impacto deste crescimento ainda terá que se fazer sentir nas classes mais elevadas, mas espera-se alcançar progressos durante o PEEC, quando os níveis de matrículas nas classes mais avançadas aumentarem.

Figura 1: A Pirâmide das Matrículas, 2005, público, diurno

O progresso no reforço da qualidade de ensino foi mais limitado e, de facto, alguns indicadores - o uso de dois ou mesmo três turnos nas áreas urbanas, o aumento do rácio alunos por professor - sugerem que a expansão das matrículas poderá ter sido feita à custa da qualidade.

Não obstante, durante o PEE I, muitas iniciativas foram realizadas para tratar de questões de qualidade. Destas, salienta-se o desenvolvimento e a introdução de um novo currículo para as escolas primárias, que permite o uso das línguas maternas nas primeiras classes de ensino, com uma transição posterior para a língua nacional e a inclusão de conteúdo local adaptado às necessidades particulares de cada região do país. Foram lançados programas de formação para preparar os professores na implementação do novo currículo como parte de uma abordagem reforçada para formação dos professores em serviço. Novas iniciativas incluem o CRESCER e o uso do Ensino à Distância para a formação de professores do ensino básico sem formação pedagógica. Um programa de formação para directores de escolas e directores adjuntos cobriu mais de 4.400 direcções de escolas.

O programa de Apoio Directo às Escolas foi estabelecido para fornecer subsídios directos a todas as escolas do ensino primário para a compra de material e de materiais escolares para apoiar o reforço da aprendizagem e a implementação do novo currículo. As escolas também são apoiadas por um sistema de produção e distribuição de livros escolares. Em todos os casos, o objectivo é o de reforçar a capacidade das escolas com vista a melhorarem a aprendizagem.

Finalmente, a estratégia mais ampla do Governo de reforma do sector público abriu caminho para a abordagem dos temas descentralização, melhoria das estruturas de gestão e administração e reforço da capacidade a todos os níveis. Os sucessos incluem um aumento na capacidade de elaboração de políticas e de planificação, melhor gestão, racionalização e distribuição de recursos da educação, um começo da transferência da tomada de decisões do nível central para o nível provincial e distrital e a ligação dos processos de políticas à implementação, regulamentos e controle de qualidade. No entanto, os impactos a nível local foram bastante limitados.

Ao mesmo tempo, a relação com os parceiros de cooperação tornou-se mais estruturada e harmonizada através de acordos sobre procedimentos e processos consultivos, incluindo revisões anuais estruturadas sobre a implementação das políticas do sector. Em particular, isto levou ao estabelecimento de um fundo comum, FASE, em 2002, actualmente apoiado por sete parceiros externos. Durante o PEEC, espera-se um progresso significativo na mudança do apoio externo da modalidade de projectos para programas conduzidos pelo MEC, à medida que a capacidade necessária para assumir a responsabilidade de gestão é desenvolvida a todos os níveis do Sistema da Educação, a começar nas escolas.

1.2 A Visão

A Constituição de Moçambique estabelece a Educação como um direito, bem como um dever, de todos os cidadãos. Como tal, a estratégia para a área de educação, baseada na Política Nacional de Educação (1995) bem como no PEE I, reafirma a educação como um direito humano fundamental e um instrumento chave para a melhoria das condições de vida e para a redução da pobreza. Esta estratégia reflecte o compromisso do Governo para com a Educação para Todos e as Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (OdM) apoiadas pela comunidade internacional. Desta forma, tem por objectivo explícito, assegurar a conclusão dos sete anos de Ensino Primário a todas as crianças moçambicanas, a ser alcançado em 2015. Os cinco anos (2006 – 2010/11) cobertos pelo PEEC, irão produzir progresso substancial em direcção a esta meta.

A visão do Governo para o PEEC coloca a qualidade e a equidade no Ensino Básico no centro da sua política de Educação. Contudo, a melhoria do acesso não deve acontecer sem uma melhoria substancial da qualidade. Melhor qualidade – através da reforma curricular, melhores instalações e professores mais qualificados - significa uma taxa mais baixa de desistências ou de repetição de classe e melhoria na retenção que, por seu lado, melhora a eficiência das escolas e reduz os custos unitários. Igualmente importante é assegurar que as oportunidades de aprender sejam igualmente acessíveis a todos, e que se operem progressos que reduzam o fosso no desempenho do Ensino entre ricos e pobres, rapazes e raparigas das áreas urbanas e rurais.

O compromisso do Governo de assegurar o acesso e melhorar a qualidade do Ensino Básico irá contribuir para os objectivos chave nacionais de redução da pobreza

absoluta, promoção da justiça económica e social, equidade do género, e de luta contra o HIV/SIDA, impedindo a sua disseminação e mitigando o seu impacto. Por outro lado, o progresso nestas áreas irá contribuir para o crescimento e sustentabilidade de serviços de qualidade no Ensino Básico, em Moçambique.

Mas a visão do Governo para o PEEC vai além disso, na medida em que assume que mesmo um Ensino Básico de qualidade não é suficiente para apoiar as aspirações de desenvolvimento nacional numa economia global, que é cada vez mais baseada no conhecimento e dirigida pela tecnologia. Com o ritmo acelerado do desenvolvimento económico em Moçambique, as limitações de recursos humanos estão-se a tornar cada vez mais notórias. O sistema pós-primário ainda é muito pequeno e incapaz de responder de forma efectiva às necessidades de uma economia que se quer competitiva na economia global. Isto torna imperativo que se preparem os alunos para a vida e, para um mercado de trabalho cada vez mais complexo e em rápida mudança.

Por isso, a visão do Governo aponta para uma reforma da Educação Técnico-Profissional de modo a dotar os graduados deste subsistema de capacidades e habilidades para desenvolverem o auto-emprego e integração no mercado de trabalho. Por outro lado, o PEEC inicia o progresso em direcção à expansão do Ensino Secundário em paralelo com a revisão do currículo deste, atribuindo-lhe uma componente profissionalizante que permita capacitar os estudantes com habilidades para a vida e sua inserção no mercado de trabalho. Também apoia a implementação do plano estratégico para o desenvolvimento do Ensino Superior.

Finalmente, uma parte integrante da visão do Governo para o PEEC é o reconhecimento de que a construção e sustentação de um Sistema de Educação que propicie acesso equitativo a oportunidades de aprendizagem de alta qualidade para todos os moçambicanos exige grandes mudanças na organização e administração da Educação. O papel da administração central do MEC deve passar a dar um enfoque maior à planificação, políticas e regulamentos, enquanto que a responsabilidade pela administração e prestação de serviços de Educação deverá ser cada vez mais descentralizada para as escolas, municípios, distritos e províncias, com o centro a desempenhar um papel de facilitação e de monitoria. Para além disso, os processos de Reforma do Sector Público, e a formação para os implementar serão centrais na construção de um Sistema de Educação que irá assegurar um futuro melhor para todos os moçambicanos.

1.3 Desafios a serem tratados pelo PEEC

Apesar dos significativos sucessos alcançados no PEE1, grandes desafios ainda permanecem e muito maiores avanços são exigidos, se se quiser realizar os objectivos do Governo para o desenvolvimento da Educação. Em 2003, antes da introdução do novo currículo, o Sistema investia cerca de 18 anos-matrícula por graduado da sétima classe. Muitos dos graduados não conseguem demonstrar domínio do conhecimento e das capacidades especificadas no currículo. A qualidade e eficiência do Ensino

Primário devem ser reforçadas, com a melhoria nas taxas de conclusão, diminuição de entradas de alunos acima da idade na 1ª classe, especialmente raparigas, redução das repetições e desistências, e uma redução no custo unitário por graduado, como metas. A implementação intensificada do novo currículo do Ensino Primário, uma ampla elevação da qualidade e desenvolvimento profissional dos professores e uma direcção mais forte a nível das escolas irão contribuir para estes objectivos. Será também necessário mais progresso na redução das desigualdades de género no acesso, devendo ser reduzidas as assimetrias dentro e entre as regiões do país, a nível de recursos disponíveis para a Educação.

O ensino de qualidade exige a inclusão de canais para acelerar o fornecimento e a manutenção do material básico, livros, equipamento e mobiliário; melhorar a qualidade do ensino através de programas intensivos de formação em serviço e permanente desenvolvimento profissional dos professores. Por isso, esta estratégia trata da necessidade de se desenvolver o apoio ao professorado como uma carreira e a necessidade de um quadro de progressão na carreira envolvendo todos os aspectos dos termos e condições dos professores e de se encorajar uma maior retenção de professores formados no Sistema.

O progresso na melhoria do acesso e retenção deve continuar. Em 2005, cerca de 660 mil crianças no grupo etário alvo (6 – 12 anos de idade), 22% do total do grupo etário, não estava na escola. Neste contexto é essencial acelerar a construção de novas salas de aulas a custos sustentáveis, com envolvimento das comunidades, bem como a reforma das instalações existentes. Estas questões são tratadas no plano da Educação para Todos, Iniciativa “Fast Track” (EFA / FTI) e incorporadas no PEEC.

A meta de construção de mais de 6.000 salas de aulas por ano (cinco vezes mais o número do PEE I), irá, contudo, requerer uma maior aceleração da descentralização e da criação das capacidades necessárias a nível local. Apenas uma estratégia de construção descentralizada baseada nas comunidades pode aspirar a alcançar esta meta. Uma meta importante relacionada é a de se localizarem as escolas mais perto das comunidades, o que envolve escolas mais pequenas, professores que ensinem várias classes quando necessário, e uma redução na necessidade de internatos.

A base de recursos humanos da economia permanece demasiado estreita, tal como está reflectido na forte procura no mercado de trabalho, de pessoal formado e treinado. Isto torna a expansão das oportunidades de educação para além do nível básico, um imperativo de desenvolvimento nacional. Uma resposta a este desafio deve começar com uma revisão dos currículos do Ensino Secundário e da Educação Técnica e Profissional e uma revisão otimizada de prestação e de financiamento destes programas. As reformas no Ensino Superior já foram iniciadas, mas precisam de ser revistas e aprimoradas.

1.4 Abordagem Sectorial

O MEC pretende consolidar a abordagem sectorial na implementação das suas políticas. Neste contexto, o PEEC constitui o instrumento estratégico fundamental, com uma visão de 5 anos, que define as metas, o cenário fiscal de médio prazo para alcançar os objectivos quinquenais propostos e os pressupostos básicos de implementação das políticas e estratégias do sector.

O PEEC propõe actividades particulares para cada uma das suas componentes mas, mais importante, tem por objectivo fornecer um quadro estratégico coerente para elas, identificando as prioridades mais urgentes para a reforma da política, dentro de parâmetros financeiros sustentáveis. Também enfatiza a necessidade de reforçar os mecanismos e arranjos para a implementação, incluindo a reforma organizacional e administrativa, melhor planificação, gestão financeira reforçada com maior transparência e responsabilidade e o reforço das capacidades institucionais e individuais.

Finalmente, o conceito de abordagem sectorial é também central para a cooperação de Moçambique com os seus parceiros. Estes parceiros, em conjunto com o Governo, estão cada vez mais comprometidos em seguir a abordagem sectorial, tendo como base um instrumento estratégico de médio prazo que, para o período 2006 – 2010/11, será o PEEC. Este comprometimento e cooperação envolve e envolverá novas formas de parceria, processos de gestão do apoio externo (tanto financiamento como assistência técnica), bem como a monitoria e apresentação de relatórios. Durante o PEE I foram alcançados progressos que deverão ser consolidados e desenvolvidos durante a implementação do PEEC.

O PEE I foi organizado em 3 componentes temáticas (acesso, qualidade e capacidade institucional) o que tornou difícil a sua operacionalização efectiva aos diferentes níveis do sistema e reflectiu-se particularmente nos seguintes aspectos:

- na afectação de recursos financeiros entre os diferentes níveis de educação e entre as regiões do país;
- na articulação efectiva entre a planificação central e os planos operacionais das provinciais (que consequentemente não reflectiam de forma adequada os objectivos do PEE I);
- no desdobramento do PEE I em planos e orçamentos anuais.

O PEEC está desenhado como um quadro para a planificação que ajudará o Governo e os seus parceiros a planear intervenções efectivas, a afectar recursos e a monitorar e avaliar as lições tiradas da experiência. Não fornece detalhes dos investimentos específicos ou um plano para a sua implementação. Mas para facilitar o desenvolvimento subsequente de um programa de investimento e planos de implementação, o PEEC está organizado em componentes que correspondem às responsabilidades organizacionais do MEC.

Todos os programas com componentes reflectem claramente uma unidade de propósitos e fornecem um apoio coerente à visão do PEEC por parte do MEC, que só pode

ser realizada numa estratégia de implementação que esteja firme e coerentemente centrada nos elementos principais da visão do PEEC por parte do Governo.

O PEEC baseia-se num corpo substancial de documentos de planificação que analisam os desafios e fornecem as prioridades operacionais para cada componente do Sistema de Educação em Moçambique. Enquanto que a sua visão e objectivos mais amplos estão firmemente estabelecidos, o quadro do PEEC será ajustado e melhorado durante a implementação. No contexto mais geral da reforma do sector público, o Ministério da Educação e Cultura irá tratar da necessidade de uma planificação reforçada, uma gestão financeira que inclua maior transparência e responsabilidade, mecanismos mais eficientes de desembolso e a colocação mais efectiva dos recursos a todos os níveis: escolas, municípios, distritos, províncias e o nível central.

O PEEC reconhece que há outros ministérios que prestam serviços importantes de educação. Por exemplo, o Ministério da Mulher e da Acção Social, responsável pela educação da Primeira Infância, o Ministério do Trabalho e outros ministérios que gerem programas importantes da Educação Técnica e Profissional e Educação Não Formal de Adultos. O MEC esforça-se por cooperar estreitamente com estes ministérios para assegurar um pacote coerente e eficiente de oportunidades de educação. Contudo, o PEEC não inclui estas iniciativas uma vez que elas estão sob a responsabilidade de outros ministérios.

No entanto, o desenvolvimento da primeira infância, como uma componente importante da Educação para Todos e uma determinante do progresso com sucesso do Ensino Primário, é uma preocupação particular do MEC. Os actuais programas da primeira infância cobrem cerca de 40.000 crianças, menos de 1% das crianças com menos de 6 anos de idade. A maioria dos programas consiste em creches comunitárias que funcionam com o apoio de ONGs e de organizações religiosas. Mesmo assim, devido a muitas outras prioridades, o governo assumiu um papel de facilitador nesta área, encorajando parcerias e iniciativas locais, que com um mínimo de investimento podem gradualmente assegurar a expansão do Ensino na Primeira Infância. Com esta perspectiva, o MEC vai trabalhar em conjunto com o Ministério da Mulher e da Acção Social para:

- dar informação e consciencializar sobre as necessidades especiais das crianças e sobre o papel que os pais e as comunidades podem desempenhar;
- trabalhar em parceria com provedores não governamentais para se operarem melhorias nos serviços prestados.

2. O Contexto de Políticas

2.1 Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OdMs)

Em Setembro de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou unanimemente a Declaração do Milénio. O compromisso do Governo moçambicano com objectivos e metas estabelecidas nessa declaração está reflectido nas suas políticas de desenvolvimento económico e social e reconhece o papel importante da Educação no apoio para o cumprimento de todas as MdMs¹. Algumas delas dizem respeito especificamente à Educação:

- a eliminação da desigualdade de género no Ensino Primário e Secundário até 2005;
- Ensino Primário completo tanto para rapazes como para raparigas até 2015;
- redução da actual taxa de analfabetismo a metade até 2015.

As actividades específicas no PEEC, incluídas na componente 10, irão contribuir para se alcançar, no final da sua implementação, a meta da igualdade de género no ensino primário, que não foi alcançada em 2005.. Para Moçambique, “*o Ensino Primário completo*” é definido como a conclusão do EP2 (7ª classe) com sucesso.

2.2 A Agenda 2025

A Agenda 2025, documento amplamente consensuado entre o Governo, parceiros da sociedade civil, partidos políticos e a comunidade internacional, traça uma de ampla estratégia sobre a direcção futura do nosso país criando uma visão comum de longo prazo, nos planos político, económico, social e cultural.

No âmbito da Educação a Agenda 2025 identifica vários dos grandes desafios do sector e traça algumas linhas orientadoras da acção do Estado no sentido de os colmatar. Assim, o documento, apesar de constatar um crescimento em termos de acesso à educação desde o fim da guerra em 1992, identifica os problemas de desigualdade na distribuição da rede, ineficiência do sistema, baixa qualidade da educação e das difíceis condições de aprendizagem das crianças. A educação moral e cívica é, também identificada como um dos grandes problemas que enfrenta o sector.

A Agenda determina que “*a educação e formação devem dar valor preponderante à capacitação do cidadão moçambicano fornecendo, especialmente, aos adolescente e jovens, os instrumentos práticos e teóricos para ser bem sucedido na vida*” e assenta-a sobre quatro pilares, designadamente o saber ser, saber conhecer, saber fazer, saber viver juntos. A Agenda 2025 reconhece a necessidade de maior investimento na educação e formação da mulher dado o seu papel de mãe educadora das novas gerações.

¹ MdMs – Objectivos do Milénio

A Agenda expressa ainda a necessidade de maior ênfase na dimensão formativa da educação e na introdução da educação e formação profissional que permita aos cidadãos produzir *“riqueza e recursos de vida para si e para os seus dependentes e para o País, auto-empregando-se e empregando outros moçambicanos...”*

A formação deve ainda estar voltada para cultivar, desde cedo nas escolas pré e primárias, a educação cívica, ética, moral, patriótica e a educação para uma cultura de Paz, para além das regras de bom comportamento, boa educação; a boa postura, a atitude civilizada, a ordem, a limpeza e higiene, o pudor, o amor próprio, o respeito devido ao próximo e à sociedade são práticas a inculcar nos cidadãos, contribuindo para que todos nos orgulhemos de ser moçambicanos.

Para o efeito a agenda determina a necessidade de o país desenvolver uma educação baseada nos valores da família, no respeito pelas tradições africanas e na sua compatibilização com valores da modernos universalmente reconhecidos.

2.3 O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e o Plano Económico e Social (PES)

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) é o Documento da Estratégia do Governo e seus parceiros para a Redução da Pobreza. Como tal apresenta o plano para o desenvolvimento económico e social e reflecte os compromissos tanto do governo como dos seus parceiros externos. Identifica ainda a expansão do acesso e maiores oportunidades educacionais como a primeira das seis áreas prioritárias de acção, em conjunto com a saúde, desenvolvimento rural, infra-estruturas rurais, boa governação, e gestão cuidadosa macro económica e financeira. O PEEC reforça o PARPA através de intervenções estratégicas no Sistema de Educação.

No PARPA, o Governo afirma que é essencial aumentar o acesso e melhorar a qualidade do Ensino Básico para se criarem e se sustentarem novas oportunidades para os mais pobres e para os grupos até agora considerados marginalizados, tais como as mulheres e os cidadãos em áreas rurais e de outras regiões menos favorecidas. Para assegurar um progresso contínuo em direcção à igualdade do género, serão desenhados currículos e materiais de ensino que assegurem que os professores dêem tratamento e oportunidades iguais às raparigas. O Ensino Primário deverá também oferecer oportunidades de aprendizagem àqueles que tenham necessidades educativas especiais, através da implementação de políticas já desenvolvidas na estratégia do MEC para uma educação inclusiva para todas as crianças. Equidade e inclusão constituem valores fundamentais na visão do PEEC.

A implementação do PARPA envolve a planificação anual das suas propostas, objectivos e acções através do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado. Um instrumento chave é o Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD), que analisa o progresso em relação ao cumprimento dos objectivos do PARPA dos sectores chave, incluindo a Educação. Actualmente o QAD contém três objectivos

para a educação: aumentar o acesso e retenção, maior qualidade da educação, e redução das assimetrias de género. Para alcançar estes objectivos, o QAD apela ao desenvolvimento e aprovação do PEEC que prioriza a construção acelerada de escolas a custos sustentáveis, e inclui uma estratégia para a formação de professores que toma em consideração o novo currículo e a estratégia de género. Define metas específicas para melhorar o acesso e retenção no Ensino Primário, que estão resumidas na tabela 2.1 que se segue.

Tabela 1: Metas do PAF

Indicadores	Nº	PAF 2005 - Metas		
		2005	2006	2007
Ep1, taxa líquida de escolarização, total	1a	79%	83%	86%
Ep1, taxa líquida de escolarização, total, meninas	1b	77%	81%	84%
Ep2, taxa líquida de escolarização, total	2a	48%	58%	66%
Ep2, taxa líquida de escolarização, total, meninas	2b	41%	52%	62%

O Governo por si só não tem nem os recursos nem a capacidade de financiar a totalidade das acções necessárias à implementação do PEEC. Para se alcançar os objectivos previstos pelo Plano será necessária a participação de todos os cidadãos - pais, comunidades, trabalhadores, ONGs, organizações religiosas – e, também, dos parceiros de cooperação internacional.

2.4 Cenário de Despesas de Médio Prazo

A implementação do PEEC depende de forma crítica da mobilização de recursos, tanto internos como externos. As necessidades financeiras devem ser incorporadas no Cenário de Despesas de Médio Prazo, que expressa as despesas correntes e de capital a serem realizadas numa base quinquenal permanente. Este cenário de despesas deverá conduzir a um plano financeiro que:

- estima os níveis de financiamento esperados, que cobre o orçamento do estado e outras fontes de financiamento;
- identifica o financiamento externo que já está disponível;
- projecta as necessidades de subsídios externos adicionais, créditos ou empréstimos.

O PEEC assume uma afectação de receitas geradas internamente que reflecte o crescimento anual baseado no padrão dos últimos anos. Isto inclui o pressuposto de que aproximadamente 65% da despesa total do Governo continuará a ser afectada a sectores prioritários do PARPA, constituindo a Educação e a Saúde a maior prioridade.

O PEEC envolve uma grande expansão da prestação de serviços de educação, em conjunto com investimentos substanciais na melhoria da qualidade e reforço da capacidade a todos os níveis, para uma melhor gestão e administração financeira. Os

custos para o cumprimento das metas serão substanciais pelo que o Governo e os seus parceiros deverão empreender esforços para mobilizar mais recursos tanto internamente como do exterior. A Educação, nos últimos anos, absorveu cerca de 18% do total da receita gerada internamente. O plano de financiamento do PEEC assume que o apoio externo para o desenvolvimento da Educação irá aumentar substancialmente, atingindo mais do dobro do nível actual. Actualmente, a assistência externa anual (2005) é de cerca de 70 milhões de dólares.

Ao mesmo tempo, o Governo está comprometido com a implementação de reformas de políticas que irão reforçar a eficácia da utilização de recursos e assegurar que a estratégia do PEEC seja financeiramente viável e sustentável, e assegurar que a Educação contribua de forma efectiva para o desenvolvimento nacional. As reformas propostas de formação inicial de professores, construção de salas de aulas, Ensino Secundário e a Educação Técnico Profissional (ETP) são críticas neste aspecto. Para além disso, o PEEC enfatiza uma maior parceria e o envolvimento de fontes privadas de financiamento no apoio à prestação de serviços de Educação.

2.5 O Programa do Governo 2005-2009

O Programa do Governo é um instrumento que operacionaliza as diferentes políticas já acordadas. O Programa do Governo reconhece a educação como uma área que concorre para a formação e expansão da capacidade humana, elemento básico para a sustentação das inovações sociais, políticas, económicas, organizacionais científicas e tecnológicas imprescindíveis para a superação dos constrangimentos actuais, determinando os elevados níveis de pobreza. O aumento da capacidade humana facilita a empregabilidade dos cidadãos.

A educação é abordada no programa de forma sistémica cobrindo não apenas o ensino primário, a alfabetização de adultos, mas também os níveis secundário, médio e superior, dando-se a devida atenção ao ensino vocacional, técnico e a formação de professores para todos os níveis. O programa vai para além do acesso à educação e procura promover reformas que visam essencialmente elevar cada vez a sua qualidade e eficiência. O programa do Governo traça metas bem claras para o sector da Educação, que o plano estratégico da Educação e Cultura trata de operacionalizar.

2.6 Iniciativa Acelerada de Educação para Todos (EFA/FTI)

Em Abril de 2000, o Governo de Moçambique, e mais de 1.100 participantes de 164 países reuniram-se em Dakar, no Senegal, para o Fórum Mundial da Educação. Os participantes reafirmaram A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos de 1990 e adoptaram o “*Quadro de Acção de Dakar: Educação para Todos, Respondendo aos Nossos Compromissos Colectivos*”. O quadro inclui o compromisso de se dar Educação Básica de qualidade aceitável a todas as crianças até ao ano 2015.

Em Dakar, a comunidade internacional também se comprometeu com o princípio de que nenhum país com um plano credível para alcançar o Ensino Primário Universal seria impedido de alcançar esta meta por falta de recursos. Em 2002, o Banco Mundial, com o apoio de outras agências multilaterais e bilaterais lançou a Iniciativa Acelerada de Educação para Todos (também conhecida como a “*Fast-Track Initiative*”). Esta iniciativa pretende mobilizar recursos adicionais em apoio aos objectivos da Educação para Todos para países que tenham planos credíveis para a Educação Básica, mas que sofrem de déficits financeiros significativos.

Em 2003, o Ministério da Educação concluiu o seu plano de implementação para a iniciativa “fast-track” em apoio à Educação Básica em Moçambique. Consistente com as MdMs, a “FTI” centra-se na meta dupla de igualdade de género na Educação e Ensino Primário Universal. Tem um plano para aumentar a admissão ao Ensino Primário durante os anos de implementação do PEEC. As actividades prioritárias são a construção acelerada de escolas e de salas de aulas, a implementação do novo currículo para melhorar a eficiência e a qualidade, o aumento do número de professores competentes e motivados e a implementação das estratégias para a igualdade de género e para o combate ao HIV/SIDA.

O plano EFA/FTI inclui uma análise financeira dos custos para se atingir o Ensino Primário Universal até 2015. Projecta que, para se atingirem as MdMs, a percentagem do orçamento actualmente afectado para o ensino primário também precisa de ser aumentada, mobilizando financiamento externo adicional.

2.7 Objectivos e metas para o PEEC na área de educação

A visão do desenvolvimento da Educação e o contexto de políticas descrito nas secções anteriores determinam, em larga medida, os objectivos e metas gerais do Sistema de Educação em Moçambique, durante os próximos cinco anos (2006 – 2010/11). O PEEC é um plano estratégico que será usado como um ponto de referência por todos os parceiros do Sistema, para se atingir esses objectivos e metas.

A principal prioridade do PEEC é o Ensino Básico. Especificamente o objectivo é criar as condições para assegurar que em 2010 a taxa líquida de escolarização no ensino primário seja de 97% (em 2005 era de 81%) e a taxa de conclusão de 69% (em 2005 era de 33%). O fosso actual em relação às raparigas deverá reduzir substancialmente. O PEEC, em consonância com o PARPA e incorporando a iniciativa “FTI” como parte central da sua componente de ensino primário, pretende desta forma dar um grande passo em direcção à meta do ensino primário universal até 2015. Em 2015, o EP1 e o EP2 deverão ser um programa integrado de 7 anos de ensino básico que dá a todas as crianças habilidades para a vida, capacitando-as para intervir de forma responsável na sociedade, assim como a oportunidade de prosseguirem os estudos.

Os temas estreitamente ligados de melhoria da qualidade, mais acesso, capacidade de gestão reforçada e maior igualdade de oportunidades de aprender continuarão a guiar

a estratégia do ensino primário e, de facto, todo o PEEC. O maior acesso apenas acontecerá de forma significativa, se a qualidade do ensino-aprendizagem for reforçada. Por isso, a melhoria da qualidade é uma meta prioritária que será reflectida na redução da repetição e das desistências e, dessa forma, irá reduzir o número total de anos de instrução necessários para produzir um graduado da escola primária. A poupança que, desta forma, será feita, será um contributo essencial para responder aos custos do alargamento do Ensino Básico.

Mas estas metas só serão alcançadas se a responsabilidade for transferida do nível central para as províncias, distritos, municípios, escolas e comunidades locais. No PEE I este processo de transferência deparou com obstáculos significativos, devido a várias razões que incluíam mecanismos de gestão inapropriados que dificultavam uma planificação e implementação coordenadas; procedimentos financeiros inadequados que causavam grandes atrasos nos desembolsos e lacunas no controle, monitoria e responsabilização. Tratar destas questões, no contexto da reforma mais ampla do sector público e um forte enfoque no reforço da capacidade institucional e humana, é um grande objectivo do PEEC.

Embora o Ensino Básico seja a principal prioridade do Governo, ele não pode ser visto isoladamente das outras partes do Sistema. O PEEC é uma estratégia única, unificada para o Sistema de Educação. As acções e iniciativas que propõe, reflectem a inter-dependência de diversas esferas e níveis de educação, e o verdadeiro potencial, para a partilha de benefícios, para que todo o Sistema esteja mais forte em 2010/11. Um Ensino Primário mais fortalecido conduz a uma maior procura de vagas nas escolas técnicas e secundárias. Ao mesmo tempo, para que o crescimento económico seja sustentado, será necessário um aumento rápido de recursos humanos com níveis mais altos de instrução. Em associação com a necessidade de aumentar o número de professores primários qualificados, torna-se imperativo aumentar e melhorar a qualidade, a relevância do currículo e a eficácia do Ensino Técnico e do Secundário.

Para se atingir os objectivos de melhoria da qualidade, será necessário o reforço da formação de professores para aumentar não só o número como a qualidade dos professores em todos os níveis e tipos de ensino. Os múltiplos canais para a formação de professores, tanto inicial como em serviço, precisarão de ser integrados, melhor coordenados e focalizados na qualidade e eficácia. O PEEC prevê um quadro reformado para a formação, colocação e retenção de professores, associado a claras oportunidades de posterior desenvolvimento e progresso na carreira. Questões relativas à motivação e satisfação, termos e condições em que os professores e administradores trabalham terão de ser tratadas em combinação com uma gestão prudente do fundo de salários, à medida que o Sistema se expande.

O PEEC e o PARPA têm por objectivo responder às necessidades educacionais de todos os cidadãos e não apenas daqueles em idade escolar. Isto reflecte os compromissos da Educação para Todos que incluem a Educação na Primeira Infância e a expansão da Educação de Adultos e de oportunidades de Alfabetização. O Ensino

Primário melhora quando os programas da primeira infância apoiam um desenvolvimento saudável das crianças em idade pré-escolar. Pais alfabetizados – particularmente, as mães - preparam as crianças melhor para o sucesso escolar, e estão melhor preparados para apoiar a sua aprendizagem em parceria com a escola. Programas efectivos de apoio ao desenvolvimento na primeira infância e à Educação de Adultos e Educação não Formal são importantes para o sucesso do PEEC.

As oportunidades educacionais e a prestação de serviços de educação não estão distribuídos de forma uniforme entre as regiões do país. A redução das assimetrias regionais, bem como das disparidades entre ricos e pobres, rapazes e raparigas, populações urbanas e rurais, constitui um objectivo primordial. O financiamento do PEEC, será direccionado no sentido de resolver as diferentes disparidades, através da colocação de professores, construção de salas e outras intervenções nos locais mais necessitados. O PEEC inclui também metas e acções específicas para tratar com as questões de género numa componente transversal. Reflecte as interligações entre as questões de género em diferentes partes e níveis do Sistema, com o objectivo de melhorar os indicadores de género até 2010/11, para alunos, professores e administradores.

O crescimento económico permanente é tanto um pré-requisito como um resultado do progresso na Educação. O crescimento de receitas necessário para financiar o PEEC resultará do antecipado desenvolvimento económico e da redução da pobreza previstos no PARPA, para os quais o sector da educação contribuirá. O progresso em direcção à meta do Ensino Primário Universal é absolutamente fundamental para este objectivo. Mas Moçambique reconhece - tal como todos os outros países da região - que o ensino primário já não é suficiente para a participação na economia global que é dirigida pelo acesso ao conhecimento e à tecnologia. A longo prazo, o objectivo deverá ser de dar a todos os moçambicanos uma Educação Básica de 9 ou 10 anos, que prepare para a continuação dos estudos, entrada com sucesso no mercado de trabalho e na vida adulta. O PEEC estabelecerá o estágio de progresso para se alcançar este objectivo, através de:

- Expansão do acesso e implementação de um currículo reformado nas escolas secundárias que, para além do tradicional enfoque académico que conduz à entrada na universidade, responda a outras necessidades, tais como a entrada directa no mercado de trabalho a partir da escola secundária, obtenção de capacidades para a vida e preparação para formação técnico-profissional de nível mais avançado;
- Melhores programas da Educação Técnico e Profissional (ETP) a nível secundário e terciário, que conduzam directamente a oportunidades de emprego para os jovens, com a participação activa do sector privado e empregadores;
- Reconhecimento da importância da capacidade para trabalhar com computadores (como uma componente das Tecnologias de Informação e Comunicação), no mercado de trabalho; serão intensificados esforços para se darem

oportunidades aos alunos dos níveis pós primário para desenvolverem essas capacidades;

- Progresso sustentado na implementação das reformas em curso no ensino superior.

O ensino à distância pode contribuir para a prestação de certos programas, com eficiência e eficácia de custos e a sua aplicação será encorajada. A estratégia apoiará o seu uso particularmente para a formação de professores em serviço e desenvolvimento profissional, para contribuir para a expansão do Ensino Secundário e para programas de Educação de Adultos.

O HIV/SIDA aparece como um desafio maior e uma potencial ameaça ao progresso afectando todas as partes do Sistema, e tem o potencial para anular todos os ganhos que de outro modo poderiam ser feitos. Sendo assim, a Educação foi identificada como uma parte chave na batalha contra a pandemia. O PEEC contém uma componente transversal específica que trata desta questão, em todas as partes, da estratégia. A abordagem reflecte uma filosofia que minimiza os impactos negativos do HIV/SIDA no sector, ao mesmo tempo que maximiza o impacto que a Educação pode ter na mitigação da disseminação do vírus.

Alcançar as metas e objectivos do PEEC será um enorme desafio, que exigirá o envolvimento e compromisso activo de todas as partes da sociedade moçambicana. O papel do nível central deverá deslocar-se da prestação de serviços para uma planificação mais forte, facilitação e apoio a um ambiente favorável que encoraje e fortaleça a crescente assunção de responsabilidade na gestão, em todos os outros níveis do Sistema: escolas, comunidades, municípios, distritos e províncias.

As comunidades devem tornar-se participantes activos, envolvidos nas suas escolas, acelerando assim a construção de novas escolas. As fundações, as ONGs, os grupos religiosos, todos terão um papel importante a desempenhar. Por isso, um objectivo chave do PEEC é conseguir parcerias fortes na Educação, com toda a sociedade. O Governo deverá encorajar o investimento privado, especialmente no Ensino Secundário, bem como na formação técnico-profissional.

Finalmente, é reconhecido que num futuro próximo, a qualidade e expansão da educação permanecerão em grande parte dependentes do apoio externo, tanto financeiro como de assistência técnica, para uma parte significativa dos recursos necessários, para se alcançar o progresso planeado para a Educação dentro do quadro geral do *PARPA* e da *Declaração da Educação para Todos*. Prevê-se que ao longo da implementação do PEEC ocorram melhorias na área de Educação, particularmente em termos de mecanismos de implementação mais consistentes, as quais deverão ser acompanhadas pelo reforço da relações institucionais com os parceiros externos de cooperação.

3. Componentes do Plano Estratégico

3.1 Introdução

Este capítulo apresenta 13 componentes estratégicas que contêm a substância do PEEC. Informação antecedente adicional pode ser encontrada nos inúmeros documentos de planificação que foram desenvolvidos nos últimos anos e na documentação sobre programas específicos e projectos apoiados por parceiros de cooperação. Tendo o PEEC sido desenvolvido com base nesta informação, ele reflecte as escolhas que foram feitas para assegurar a coerência, unidade de propósitos e prioridades, viabilidade e sustentabilidade financeira.

Cada componente é apresentada numa secção deste capítulo. A secção começa com uma discussão sobre a situação actual, as realizações e progressos realizados durante o PEE I. Depois de um sumário dos dados de base que servirá para futura referência, são apresentados os principais elementos da estratégia da componente. Cada secção termina com um quadro de acção apresentando em formato de tabela, os objectivos, resultados, metas de desempenho (2010/11) e as reformas de políticas que se espera acompanhem os investimentos, para assegurar a sua efectividade e sustentabilidade.

3.2 Ensino Primário

3.2.1 Situação Actual

O Ensino Primário é central para a estratégia do Governo de combate à pobreza e de promoção da Educação para Todos. Devido à ligação entre a educação das mulheres, o alívio da pobreza e o progresso educacional das crianças cujas mães frequentaram a escola, um enfoque chave é o esforço para assegurar que raparigas e mulheres tenham acesso a educação de boa qualidade e que as ameaças para se atingirem essas metas - incluindo o HIV/SIDA - sejam tratadas e mitigadas.

Moçambique fez um progresso substancial na melhoria do acesso ao Ensino Primário. Entre 1999 e 2005, a escolarização no EP1 e no EP2 aumentou de 2,3 para 4 milhões de alunos, e o número de escolas aumentou de 6.500 para 9.500. A taxa bruta de admissão na 1ª classe aumentou de 104% para 160% no mesmo período. A nível do EP2, a admissão também aumentou substancialmente. A transição do EP1 para o EP2 continua a ser um grande desafio. Muitas escolas não oferecem o ciclo completo de 7 anos de ensino. Por isso, muitas vezes, a continuação no EP2 exige que os alunos se desloquem por longas distâncias a partir de suas casas, ou que entrem em internatos o que constitui uma barreira particularmente para as raparigas.

As taxas de conclusão no EP1 melhoraram de 26% em 1999 para 57% em 2005, principalmente como resultado dos esforços para assegurar que todas as escolas primárias ofereçam os cinco primeiros anos de ensino primário e para recrutar novos professores. Contudo, os indicadores de eficiência interna e de qualidade da Educa-

ção são menos impressionantes. Desde 1999, factores tais como a qualidade dos professores, taxas de desistência, a incidência de turnos triplos e o número de alunos por professor, ou apenas registaram melhorias marginais, ou permaneceram na mesma ou até mesmo pioraram. Actualmente, cerca de 660 mil crianças em idade escolar (6-12 anos) continua sem acesso à escola primária.

Os dados agregados de escolarização e de conclusão escondem questões fundamentais de equidade. Estas são as discrepâncias entre rapazes e raparigas e, em segundo lugar, as substanciais assimetrias regionais, estando ambas fortemente relacionadas com a pobreza². Em 2005, as raparigas representaram 46,4% dos alunos do EP1. A disparidade de género foi virtualmente eliminada nas admissões à 1ª classe (em 2005, 48% dos inscritos eram raparigas). Contudo, as raparigas continuam a desistir mais do que os rapazes neste nível (do total de alunos que concluíram o Ep1 em 2005, apenas 43% eram raparigas).

Desigualdades geográficas significativas também existem tanto entre as províncias como entre distritos de uma mesma província. Indicadores chave da Educação tais como admissões, conclusão, desistências e nível de qualificação dos professores, são substancialmente mais baixos no norte e centro do país do que no sul. Deste modo, enquanto que o fosso em termos de género entre rapazes e raparigas era de 0,7% na província de Gaza em 2005, era superior a 10% nas províncias centrais de Sofala, Nampula e Zambézia. Em 2003 quase metade dos distritos tinham taxas de conclusão inferiores a 20% para as raparigas no Ep1.

Vários factores contribuem para os problemas acima mencionados (Relatório PSIA, 2003). Do lado da procura, as altas taxas de desistência das raparigas nestas regiões estão relacionadas com as longas distâncias que elas têm de percorrer para chegarem à escola, escolas incompletas, más infra-estruturas, barreiras de custos directos e indirectos (incluindo pagamentos a professores e custos de oportunidade), questões de qualidade (língua de instrução), e o número limitado de professoras que possam constituir modelo. No lado da oferta, desafios importantes para o PEEC incluem o aumento de professores não qualificados, o elevado rácio professor/aluno, o absentismo dos professores (agora agravado pelo HIV/SIDA, mas também pelo baixo moral dos professores em geral) e pelas condições precárias das escolas.

A incidência da pobreza é claramente o factor mais importante que explica estas assimetrias. Mas é muitas vezes exacerbado por factores sociais, culturais e comunitários, tais como: a educação dos pais, ritos de iniciação, casamentos prematuros, bem como o problema da fome em determinadas regiões. O aparecimento do HIV/SIDA coloca uma pressão adicional nas famílias, muitas vezes com um impacto negativo nas raparigas e exacerbando ainda mais o ciclo da pobreza.

A motivação e qualidade dos professores são essenciais para um bom processo de aprendizagem. A prática de ensino actual centra-se no professor, mais do que no

2 Ver o Inquérito Demográfico e de Saúde para Moçambique de 1997, para mais detalhes

aluno, e dá aos alunos uma oportunidade limitada de aplicarem e reflectirem sobre conceitos. Uma avaliação recente do ensino da Matemática, Português e ciências sociais em várias províncias confirmou isto. Os alunos tinham dificuldades em mostrar níveis mais elevados de compreensão e de capacidades cognitivas. Há professores que não dominam as suas disciplinas e faltam-lhes as capacidades para assegurarem uma aprendizagem efectiva. Foram lançados programas de aperfeiçoamento de professores em serviço, mas a sua cobertura é limitada e as condições nas escolas impedem a aplicação de novas estratégias de ensino (turmas com mais de 80 alunos são comuns em algumas áreas).

Estes factores são agravados pelas exigências que o currículo coloca aos alunos e professores e por uma relativamente fraca monitoria e avaliação do desempenho na escola. Não existe uma avaliação exaustiva do aluno, e a monitoria e “feedback” a nível da escola é “ad hoc”. O actual currículo do EP1 deverá ser leccionado em 760 a 950 horas ao ano, mas na prática, este número ainda não é atingido porque, por um lado a maioria das escolas funcionam em 2 e 3 turnos e, por outro, verifica-se um acentuado absentismo por parte dos professores. Estes factores contribuem para o facto de que aqueles que terminam a escola (no EP1 ou EP2) estão, muitas vezes, mal preparados para enfrentar os desafios da vida diária.

A disponibilidade de salas de aulas não conseguiu manter o ritmo do aumento das admissões. Entre 1999 e 2005 a percentagem de salas de aula de construção precária manteve-se estacionária em cerca de 56%. Em 2005, 7% dos alunos do EP1 tinham aulas no terceiro turno. Os esforços para acelerar o ritmo de construção de escolas foram consideravelmente intensificados através de uma combinação de intervenções que incluem o programa de construção de escolas, mobilização da comunidade para contribuir com recursos locais e apoio dos parceiros de cooperação. Contudo, na prática, a construção de salas de aulas é ainda muito cara, e muitas vezes muito mal fiscalizada, com os consequentes problemas de qualidade. Para além disso, a construção nem sempre é sensível às questões de género relativamente a serviços, tais como, água e instalações sanitárias.

3.2.2 Realizações durante o PEE I

O PEE I forneceu um quadro para se dar o primeiro passo substancial com vista a atingir o ensino primário universal. A sua maior realização foi a impressionante expansão do Sistema de Educação. Outras áreas relacionadas que precisam de ser reforçadas também mereceram alguma atenção. Em resumo, algumas das grandes realizações durante o PEE I incluem:

- Aumento substancial de admissões, particularmente no EP1;
- Introdução de um novo currículo para o ensino primário em 2004 incluindo o respectivo livro escolar e manuais do professor que poderão contribuir para melhorar a aprendizagem e reduzir as taxas de repetição e de desistência;
- Abolição das propinas escolares, a partir de 2005, eliminando algumas das barreiras de custos para o acesso e conclusão;

- Melhoria nas admissões de raparigas no EP1, embora persistam diferenças regionais;
- A introdução gradual do programa de alimentação escolar, em 2002, facto que contribuiu para melhorar o acesso e a retenção de crianças órfãs e vulneráveis e de raparigas;
- Esforços concertados para integrar a grande variedade de programas de formação de professores em serviço existentes;
- Descentralização de fundos para as escolas, através do programa de Apoio Directo às Escolas, com envolvimento dos Conselhos de Escolas desde 2003;
- Introdução de actividades de saúde escolar, nomeadamente o programa piloto de desparasitação nas escolas;
- Formação de professores e gestores para tratarem da questão do HIV/SIDA incluindo distribuição de materiais de formação, educação e comunicação;
- Elaboração de um manual de apoio sobre o funcionamento dos Conselhos de Escola;
- Início da revisão do actual regulamento da ZIP, sua revitalização para um apoio mais eficaz à formação contínua de professores através do programa CRESCER;
- Desenvolvimento e início da implementação da Iniciativa “Fast-Track”, como um passo chave para se atingir o Ensino Primário Universal.

Sumário dos dados de base

- 3,4 milhões de alunos no Ep1 em 2005 (46,4% de raparigas)
- 470 mil alunos no Ep2 em 2005 (41% de raparigas)
- Desistências das raparigas mais alta
- 660 mil crianças do grupo etário 6-12 anos está fora da escola em 2005, para uma taxa líquida de escolarização de 82% no Ensino Primário (Ep1 e Ep2)
- Taxas baixas de conclusão, 33% em 2005
- Disparidades significativas no acesso ao Ensino Primário, entre as províncias e nas províncias
- Existência de um número significativo de alunos frequentando o 3º turno (7% em 2005)
- Muitas comunidades rurais não dispõem de escolas completas (até à 7ª classe) e mais de 1.500 escolas ainda não têm o EP1 completo

3.2.3 Estratégia

A análise acima sugere que a expansão do Sistema de Educação enfrenta desafios importantes de eficiência, equidade e qualidade. Ganhos significativos no desempenho do Sistema podem ser alcançados reduzindo as taxas de repetição e de desistências, tratando das questões das desigualdades de género e regionais, melhorando o sucesso na aprendizagem dos alunos em geral, e tratando das preocupações referen-

tes à gestão e supervisão. O PEEC procurará tratar de todas estas preocupações de uma forma holística, colocando ênfase na qualidade como um pré-requisito para providenciar o acesso a todos a uma educação de mais qualidade. Por conseguinte, as seguintes áreas chave estarão no centro da estratégia 2006-2010/11 para o Ensino Primário:

- Expandir a rede das escolas de forma equitativa e sustentável (tratando das assimetrias regionais e assegurando que as escolas ofereçam ambientes seguros e sensíveis ao género);
 - Assegurar que todas as escolas primárias ofereçam o ciclo completo do Ep1 (1ª à 5ª classe) e aumentar as salas de aulas com classes múltiplas, para se poder fornecer escolas completas nas comunidades pequenas e gradualmente implementar o ensino primário profissionalizante de 7 classes;
 - Reduzir a entrada tardia na 1ª classe, principalmente de raparigas;
 - O investimento nas infra-estruturas escolares tomado como uma prioridade, para eliminar o terceiro turno, para reduzir a superlotação nas escolas com os rácios de alunos por turma mais elevados (>80) e priorizar os distritos com as mais baixas taxas brutas de escolarização (<80%) com recursos financeiros, humanos e materiais;
 - Assegurar a implementação de acções de apoio às crianças órfãs e vulneráveis.
- Melhorar a qualidade da instrução, o sucesso na aprendizagem dos alunos e a retenção;
 - Aumentar o número de professores para dar resposta à expansão esperada do sistema e permitir a diminuição do actual rácio alunos por professor;
 - Melhorar e integrar a formação inicial, em serviço e contínua de professores;
 - Consolidar a implementação do novo currículo do Ensino Primário com apoio adequado de livros e materiais didácticos e um enfoque especial no ensino bilingue e de classes múltiplas, onde for aplicável;
 - Avaliar o novo currículo do ensino básico com vista a aperfeiçoá-lo e a melhorar a sua implementação;
 - Estabelecer um sistema de monitoria e de avaliação da implementação do novo currículo e da formação de professores;
 - Estabelecer um sistema de monitoria da disponibilidade e qualidade do livro escolar;
 - Reformular o calendário escolar de modo a aumentar o número de horas lectivas e acomodar as questões de produção escolar;
 - Implementar um programa de nutrição e saúde escolar;
 - Materializar e consolidar mecanismos de combate ao alcoolismo, corrupção e abuso sexual nas escolas, através de uma melhor supervisão e monitoria, formação adequada dos gestores e professores e

- (sempre que necessário) o cumprimento e melhoramento da legislação existente;
- Capacitar os membros dos Conselhos de Escola e as autoridades locais em assuntos que versam sobre o funcionamento e gestão de escola, a segurança da rapariga, a qualidade da educação, o sucesso no processo de ensino e de aprendizagem e a retenção das crianças nas escolas até à conclusão do ensino primário de 7 classes.
 - Reforçar a planificação e descentralização da tomada de decisões para as províncias, distritos e escolas tornando-as pró-activas no tratamento das questões de qualidade e acesso;
 - Reforçar o programa de apoio directo às escolas para estimular abordagens inovadoras, no âmbito da melhoria da qualidade da educação;
 - Reforçar as administrações a nível da escola, do distrito e da província através da formação do pessoal e da atribuição de recursos adicionais transferindo, igualmente a responsabilidade decisória no âmbito da gestão financeira e operacional,
 - Focalizar a responsabilidade de gestão do MEC para um papel de planificação, facilitação e monitoria da implementação do PEEC.

3.2.4 Ensino Primário: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Expandir o acesso a oportunidades de aprendizagem	Passos para as metas da “EFA/MdM”	TLE EP 95 %	Construção gerida pela comunidade, custo médio não superior a 12.000 USD por sala de aula Envolvimento da comunidade escolar e professores
	Construção de 4.100 salas de aula/ano com casas para dois professores por escola nas áreas rurais	Rácio aluno por sala de aula reduzido de 90:1 para 78:1	
	Reduzir a entrada tardia das raparigas	73% de raparigas com 6 anos admitidas na 1ª classe	
	Dar o ciclo completo do EP1 em todas as escolas	90% de escolas com o ciclo completo do Ep1	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Melhorar a qualidade da instrução e o sucesso da aprendizagem dos alunos	Escolas centradas na aprendizagem do aluno	Repetição reduzida no EP 1 para 5% e para 10% no EP2 Desempenho dos alunos em português e matemática no teste padrão melhorado em 10%	Implementação do Novo Currículo do Ensino Básico, Aumento das tempo lectivo no EP1 (eliminar 3 turnos)
	Reestruturado e incorporada a formação de professores, inicial e em serviço	Recrutamento de professores com formação inicial Todos os professores com acesso a oportunidades de formação em serviço ZIPs reforçadas	Os novos professores do EP formados nos novos programas de 10+1. CRESCER implementado em todo o país
	Assegurado o fornecimento suficiente de livros e de materiais de ensino	Livros disponíveis para os alunos num rácio de 1:1 por disciplina	Professores e directores de escolas formados, livros distribuídos
	Novo currículo do Ensino Primário implementado com ênfase particular no ensino bilingue e em classes múltiplas	Os professores a aplicarem o novo currículo. Professores e outros materiais disponíveis para o ensino bilingue e de classes múltiplas	Materiais de ensino para o ensino bilingue e para o ensino em classes múltiplas produzidos e distribuídos onde necessário
	Apoio directo às escolas para consumíveis, manutenção das instalações e programas de nutrição, saúde escolar e de desporto escolar	Todos os alunos têm material apropriado e acesso a programas de saúde; ADE assegura a manutenção das escolas, programas de produção escolar implementados	ADE aumentado para cerca de 5 USD por aluno por ano até 2011

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Tratados os problemas de corrupção e abuso sexual nas escolas	Políticas disseminadas e sendo cumpridas; professores e pessoal da administração formados	Formação e capacitação dos directores, professores e Conselhos de Escola.
Reforço da planificação descentralizada e da tomada de decisões	Revisto o mandato de gestão do director, Conselho de Escola e direcções distritais	Regulamentos das escolas revistos; As escolas têm um plano de desenvolvimento	Programa estendido a todo o país (componente 12)

3.3 Educação Não-Formal e de Adultos

3.3.1 Situação Actual

Na altura da Independência (1975), Moçambique tinha uma taxa de analfabetismo de 93%, com índices ainda maiores nas mulheres, colocando um desafio ao desenvolvimento nacional. Foram mobilizados recursos do Governo, das comunidades e das empresas, para se criar as condições de aprendizagem, através das escolas primárias formais, Educação Formal e não Formal de Adultos e de actividades de alfabetização. As oportunidades de ensino cresceram e o analfabetismo reduziu para 72%, em 1980.

O início da guerra de desestabilização e a crise económica na década de 80 a 90 resultou numa queda drástica das admissões na educação não formal e na educação de adultos. A única excepção foi a actividade de alguns provedores não governamentais, tais como as ONGs, grupos comunitários, organizações religiosas e individuais. Estas organizações desenvolveram programas em pequena escala, mas muitas vezes, inovadores (incluindo o uso de línguas locais) para mulheres, jovens e adultos. Infelizmente, até muito recentemente, estas iniciativas eram mal coordenadas e documentadas e como tal não foram utilizadas para o desenvolvimento de estratégias e actividades em escala maior. O MEC reconhece que os desafios da Educação de Adultos e não Formal estão estreitamente ligados aos do Ensino Primário. O fraco acesso à educação significa que, para muitos, a escola não é nem sequer uma opção. Para além disso, a fraca qualidade da educação, a falta de relevância, os altos custos, questões culturais e o impacto do HIV/SIDA contribuem para as altas taxas de desistências e repetição.

A Educação de Adultos e não-formal desempenham um papel chave em conjunto com o Ensino Primário, no avanço para o alcance da Educação para Todos. O obje-

ctivo geral é de trabalhar em parceria com a sociedade civil, para se poder dar acesso a oportunidades de Educação Básica aos Jovens e mulheres. Para além da redução do analfabetismo, os programas AEA/ENF podem também contribuir para o desenvolvimento da comunidade, respeito pelos valores culturais, desenvolvimento de uma cultura de paz, tolerância e democracia, prevenção e mitigação do impacto do HIV/SIDA e das doenças de transmissão sexual, e a redução da pobreza absoluta.

3.3.2 Realizações durante o PEE I

O PEE I estabeleceu o quadro para um compromisso claro com a Educação Básica para todos onde a Educação de Adultos e não Formal eram um elemento chave, com o Ministério da Educação a desempenhar um papel mais de facilitação do que de implementação. Esse papel centra-se no fornecimento de um quadro normativo para a Alfabetização de Adultos e actividades de Educação não Formal, desenvolvendo e fornecendo currículos e materiais de alfabetização tanto em Português como nas línguas locais, formando os formadores para a supervisão da alfabetização e enfatizando a garantia de qualidade. Muitas das realizações durante o período do PEE I incluem:

- Elaboração e disseminação de uma estratégia específica para a Educação de Adultos e não-formal com base num processo longo de pesquisa e consulta com os parceiros;
- Criação de uma Direcção para a Educação não-formal e de Adultos dentro do Ministério da Educação - com representação a nível das províncias e dos distritos - e preenchimento com pessoal;
- Expansão das turmas de alfabetização de adultos, de 320 em 1999 para 5.000 em 2005, o que contribui para a redução da taxa de analfabetismo nos adultos de 60,5% para 53.6%;
- Maior envolvimento dos parceiros externos e ONGs nos programas AEA/ENF;
- Progresso no tratamento de questões relacionadas com o HIV/SIDA na educação não-formal e de adultos, embora ainda haja muito a ser feito.

Sumário dos dados de base

- Fraca sensibilização e mobilização das comunidades e potenciais beneficiários.
- Parceria e coordenação insuficiente com a sociedade civil.
- Fraca relevância do programa de AEA/ENF.
- Fraca retenção no programa de AEA/ENF, particularmente no que concerne a mulheres e raparigas.
- Recursos humanos insuficientes em termos de quantidade e qualidade.
- Recolha de dados e sistemas de análise estatística inadequados.
- Supervisão, monitoria e sistemas de avaliação deficientes.

3.3.3 Estratégia

A qualidade e relevância dos programas têm sido muitas vezes menores do que as desejadas. Mesmo assim, com uma melhor qualidade e eficiência dos programas e com uma capacidade institucional reforçada, será possível reduzir a taxa de analfabetismo para 40% até 2010/11. A AEA / ENF é um complemento importante ao Ensino Primário. Contudo, também está claro que o MEC não está em posição de aumentar de forma significativa o nível de financiamento e espera-se que a parte da Educação não-formal e de Adultos não se altere significativamente dos níveis actuais. O MEC pretende na área da AEA/ENF:

- Continuar a melhorar a coordenação e a qualidade e quantidade das intervenções;
- Desenvolver os currículos e materiais para a Alfabetização e Educação de Adultos e não-formal, e encontrar meios sustentáveis de tornar estes disponíveis aos vários parceiros;
- Identificar e apoiar parceiros adicionais, incluindo os do sector privado;
- Utilizar canais, tais como a rádio e a televisão, para apoiar os programas de AEA/ENF;
- Desenvolver mecanismos adequados e meios para monitorar as várias actividades.

3.3.4 AEA/ENF: Quadro para acção e reformas de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Aumentar as matrículas em programas de alfabetização e de pós-alfabetização	Taxas mais elevadas de participação particularmente de mulheres e raparigas; 300.000 novas matrículas/ano	Taxa de analfabetismo reduzida para 40%; 70% das novas matrículas são mulheres	Parcerias com a sociedade civil, organizações religiosas e operadores do sector privado
	Sensibilização e mobilização das comunidades e potenciais beneficiários	Reuniões com líderes comunitários e formação de mulheres activistas	
	Parcerias estabelecidas com outras instituições do estado e da sociedade civil.	Reunião regular do Fórum Nacional de AEA/ENF; Manual de procedimentos para parcerias	
Melhorar a qualidade e relevância	Novos currículos implementados para a alfabetização e pós-alfabetização	Número de provedores que adoptam os novos materiais do currículo	

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
dos programas	Materiais para programas de alfabetização e pós alfabetização, em português e línguas nacionais		
	Pessoal AEA/ENF formado no novo currículo	Número de pessoal formado	
	Programas de alfabetização apoiados por transmissões por rádio e televisão	Programas piloto em 3 províncias implementados e avaliados	
Reforçar a capacidade do INEA e CFQAEAs a nível provincial	Instalações e equipamento apropriados e equipamento no INEA e nos CFQAEAs		Colaboração com outros parceiros de cooperação
	Estatísticas fiáveis sobre AEA/ENF		
	Capacidade de monitoria e avaliação reforçada		

3.4 Ensino Secundário

3.4.1 Situação Actual

As admissões no ensino primário representam mais de 90% de todos os alunos em Moçambique. No entanto, durante o PEE I, o ensino secundário também se expandiu rapidamente, em parte como resultado do crescimento das escolas privadas, particularmente nas áreas urbanas.

A expansão do acesso e a melhoria da qualidade no ensino secundário terá de ser uma área de principal enfoque no PEEC, por três razões. Primeiro, a melhoria nas taxas de retenção e de conclusão no ensino primário já estão a aumentar a procura pelo ensino secundário, e esta pressão por um maior acesso continuará a aumentar. Segundo, o crescimento económico também depende das escolas secundárias produzirem graduados qualificados para as empresas públicas e privadas em Moçambique. É deste nível que a maioria dos professores e administradores do sistema de educação e não só, são recrutados. Terceiro, as escolas secundárias também produzem candidatos ao ensino superior. Por isso, o desafio é encontrar um caminho equilibrado para o crescimento do ensino secundário que responda a estes objectivos, fazendo isto dentro de um contexto de expansão orçamental limitada para o subsis-

tema, tendo em consideração as necessidades de expansão e melhoria de outras partes do sistema.

O actual currículo é enciclopédico (10 disciplinas no ESG1 e 6 ou 7 em cada opção no ESG2), altamente académico e muito virado para uma preparação para a continuação dos estudos no ES2 e nas universidades, não respondendo, deste modo, em muitos aspectos às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade moçambicana no geral. Como resultado, os graduados do secundário não estão equipados com as capacidades e conhecimento que lhes dêem uma boa base para a entrada no mercado de trabalho, para ensinarem no ensino primário ou para prosseguirem outros cursos especializados no ensino técnico e profissional. É frequente a queixa das empresas privadas de que estes graduados precisam de muita formação em serviço para se tornarem minimamente eficientes no seu trabalho. Tais preocupações com a qualidade são exacerbadas pelo facto da maioria das infra estruturas do ensino secundário estar em muito más condições e de haver muito pouco equipamento básico - bibliotecas e laboratórios estão frequentemente em tão mau estado que não podem ser usados. Neste contexto não é surpreendente que a eficiência interna deste nível seja baixa. As taxas anuais de repetição no ES1 e ES2 são de 28% e 25%, respectivamente. Isto aumenta os custos substancialmente e impede a expansão das admissões. Para além disso, há uma enorme disparidade entre a idade oficial de ingresso e a idade com que os alunos efectivamente ingressam no ES1 e ES2 com claras implicações no conteúdo e qualidade do ensino.

A reforma curricular é particularmente urgente no ES1. O ES1 é parte da educação básica definida pelo NEPAD como um ciclo de nove anos de ensino primário e de ensino secundário básico implicando um aumento rápido da cobertura e objectivos mais amplos de desenvolvimento de capacidades. Deverá fornecer graduados com conhecimentos, capacidades e atitudes que possam competir com sucesso no mercado de trabalho, prosseguir os estudos em escolas formais e em ambientes não formais e participar na vida adulta. O ES1 precisa de preparar os alunos para a entrada num mercado de trabalho onde a natureza das capacidades exigidas está em rápida mutação e onde o domínio de capacidades básicas nas disciplinas de português, inglês, matemática, ciências e de tecnologias de informação e comunicação reforçam as capacidades gerais - capacidade de aprender, de resolução de problemas e de comunicação a que os empregadores dão mais valor e que determinam perspectivas de sucesso no auto emprego.

Em 2005 foram graduados os primeiros alunos da 7ª classe que frequentaram o novo currículo do Ensino Básico, introduzido a partir de 2004. Havendo necessidade de se garantir a continuidade do processo de transformação curricular iniciado no Ensino Básico, está em vigor um Programa Intermédio no ESG que iniciou no ano lectivo de 2006 (8ª classe), devendo terminar no ano lectivo de 2008.

O ES2 precisará então de ser concebido como parte de um sistema pós básico de desenvolvimento das capacidades onde uma série de instituições de formação

fornece aos graduados do ES1 oportunidades para o prosseguimento de estudos académicos e de formação profissional.

Durante o PEE I, a rede de escolas secundárias mais que duplicou havendo actualmente cerca de 230.000 alunos matriculados nas escolas secundárias. Grande parte desta expansão está a ocorrer em distritos onde anteriormente não havia escolas secundárias. No entanto, as taxas brutas de escolarização ainda são baixas tendo sido de 24,5% no ESG1 e 6,1% no ESG2 em 2005. Continuam a existir graves assimetrias regionais e de género no acesso à educação reflectindo em grande medida desigualdades do passado no nível primário. Por exemplo em Nampula apenas 12,2% da população em idade escolar (13-15 anos) estava matriculada no ESG1 em 2005, enquanto que na cidade de Maputo essa proporção era de 95,3%; nas mesmas duas províncias, apenas 32,8% dos alunos no ensino secundário em Nampula eram raparigas, enquanto que na cidade de Maputo essa proporção era de 53,4%.

Muitos problemas são comuns ao ensino primário e secundário. Primeiro, o número de professores não formados nas escolas secundárias é significativo e tem aumentado substancialmente. Em 2005, apenas 78% dos professores que leccionavam o ES1 não tinham qualificações para ensinar este nível. Os programas de formação para os professores do ensino secundário são longos, e os graduados têm amplas oportunidades de trabalho fora da educação, forçando o MEC a contratar professores não qualificados. Em segundo lugar, a formação que é dada a um professor do ensino secundário é cara e em muitos casos pouco ajustada para lidarem com as realidades práticas que enfrentam nas salas de aula.

Em 2005 apenas 20% dos professores do secundário eram mulheres. Face às inequidades históricas esta proporção está a aumentar muito lentamente. A segurança das alunas é uma questão importante, principalmente no caso dos internatos (que muitas vezes são a única forma de dar acesso aos alunos que vivem longe). A ausência de professoras significa que as alunas se encontram num ambiente predominantemente masculino o que aumenta os sentimentos de insegurança. As raparigas estão também mais vulneráveis a que lhes seja pedido que troquem favores sexuais por boas notas. Estes factores podem contribuir para o número significativamente maior de matrículas de raparigas nas escolas privadas do que nas escolas públicas (54,7% contra 41,3% no ESG1 em 2005).

O ensino secundário tal como está actualmente organizado é caro para o governo e para os pais. Envolve muitas vezes custos de alojamento, e altos custos em livros e outras transacções (incluindo “propinas” informais ou outras formas de pagamento a professores ou funcionários das escolas para se garantir uma vaga). Para além disso, há grandes diferenças salariais entre os professores no ensino primário e secundário. O salário médio no ESG1 é cinco vezes mais alto do que no EP1, e os salários no ESG2 são seis vezes mais altos. Estes níveis salariais impõem efectivamente graves impedimentos à capacidade do governo de financiar um sistema de ensino secundário público em rápida expansão. Apesar destes salários relativamente mais altos, alguns professores do ensino secundário deixam o ensino por empregos mais bem remun-

rados. Tal como no ensino primário, a moral e a motivação dos professores são baixos. Sem dúvida que muitos factores contribuem para isto, desde os salários mais altos no sector privado numa economia em rápida expansão com uma falta significativa de mão de obra de qualificada, mas também as más condições de trabalho nas escolas e as limitadas oportunidades de desenvolvimento profissional. Uma preocupação adicional, é que se espera que a escassez de professores aumente dramaticamente devido ao impacto do HIV/SIDA. Tal como no ensino primário e na formação de professores faltam dados específicos para o ensino secundário, mas está claro que ainda muito terá de ser feito para se ter informação fiável sobre o impacto que o HIV/SIDA tem e poderá vir a ter nos professores e nos alunos, e para mitigar as suas consequências. Uma área de preocupação aqui são os internatos que não oferecem segurança ou condições de saúde adequadas, exacerbando o risco do HIV/SIDA.

3.4.2 Realizações durante o PEE I

A importância do Ensino Secundário para alcançar o Ensino Primário Universal, para promover o crescimento económico e o desenvolvimento social sustentado assim como o tratamento de problemas relativos à pobreza foi reforçada durante a implementação do PEE I. As principais realizações incluem:

- Elaboração e disseminação de uma estratégia para o ensino secundário baseada na consulta com os vários parceiros no sector e que reflecte a prioridade considerável das questões relacionadas com o género e HIV/SIDA;
- Aumento das admissões no nível secundário: 3,3 vezes o número no início do PEE I (1999);
- Expansão da rede de escolas secundárias, mais de metade das quais estão localizadas nos distritos onde anteriormente não havia escolas secundárias;
- O início de um processo abrangente (2003) de reforma curricular para tratar de questões de qualidade e relevância e assegurar que o currículo do ensino secundário está adequadamente ligado ao recentemente revisto currículo do ensino primário, e que também responde a uma gama mais ampla de necessidades dos alunos.

Sumário dos dados de base

- 286 mil alunos admitidos na 8ª classe em 2005 (público e privado, diurno e nocturno) dos quais 16% em escolas privadas e comunitárias
- 42% do total de alunos ESG1 e 39% do ESG2 eram raparigas em 2005
- A idade efectiva de ingresso tem sido 3 anos mais tarde que o padrão, devido às altas taxas de repetição no EP1 e EP2
- A taxa de repetição do ESG1 foi de 28% (2005); a taxa de desistência foi de 13,1% para raparigas e 11,1% para rapazes no mesmo ano e nível de ensino
- Grandes disparidades no acesso ao Ensino Secundário entre e dentro das províncias
- Muitas escolas cobrem grandes áreas com estudantes residentes em internatos
- Muitas comunidades rurais não têm acesso fácil às escolas secundárias
- O currículo é orientado apenas para a preparação académica pré-universitária. Por isso, não responde às necessidades mais amplas dos graduados que entram como força de trabalho no sector privado, ou que entram para leccionar nas escolas primárias
- Muitos dos professores recentemente recrutados têm falta de formação pedagógica
- Apenas 20% dos professores eram mulheres em 2005
- A procura no acesso ao ESG1 está a aumentar rapidamente com consequências negativas para o ensino primário que está a perder os seus professores e salas de aula
- Os níveis salariais dos professores são insustentáveis num sistema mais alargado.

3.4.3 Estratégia

O PEE I criou as bases para a continuação do trabalho de melhoria de qualidade e acesso equitativo ao Ensino Secundário, em reconhecimento do apoio importante deste para se atingirem as metas da “EFA” e do seu contributo para o crescimento e desenvolvimento nacionais. Com base nesta experiência, as seguintes prioridades estratégicas serão prosseguidas durante o PEEC:

- Rápida expansão das admissões, particularmente no ESG1;
 - Melhoria do acesso ao Ensino Secundário para as crianças dos grupos menos favorecidos, especificamente raparigas e alunos das áreas rurais, e assegurar que as assimetrias regionais sejam substancialmente reduzidas;
 - Identificação e implementação de formas de assegurar que o Ensino Secundário fique localizado mais perto das comunidades, promovendo desta forma o acesso e equidade e reduzindo a necessidade de internatos;

- Construção e melhoria das infra-estruturas escolares, centrando-se em soluções eficientes em termos de custos;
- Aumento da utilização do ensino à distância como uma forma complementar particularmente no ESG2;
- Identificação e implementação de estratégias para aumentar a percentagem de mulheres como professoras e gestoras.
- Melhorar a qualidade e relevância;
 - Continuação do trabalho de desenho e implementação de um novo currículo do ESG1, mais centrado na obtenção de habilidades para a vida, entrada no mercado de trabalho e capacidades e aptidões mais valorizadas pelo mesmo, ao invés de estar apenas direccionado para o Ensino Superior;
 - Desenvolvimento de material didáctico, nomeadamente, apetrechamento de laboratórios, bibliotecas e aquisição de material para alunos portadores de necessidades educativas especiais;
 - Promoção da utilização adequada das TIC nas escolas secundárias;
 - Melhoria da formação em serviço dos professores e melhoria das oportunidades de desenvolvimento profissional;
 - Melhoria da supervisão, apoio e gestão e direcção escolar (e de internatos) para assegurar que as escolas constituam ambientes seguros
 - Formar pessoal para gerir as escolas face a pandemia do HIV/SIDA;
- Gerir o crescimento da despesa pública no Ensino Secundário;
 - Implementação de uma política sustentável de formação inicial de professores, colocação de professores e quadro de progressão na carreira docente (incluindo salários);
 - Estabelecimento de um ambiente regulador positivo para os provedores privados e comunitários.

3.4.4 Ensino Secundário: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Expandir o acesso ao Ensino Secundário	Progresso em direcção ao ciclo de ensino básico de 9 anos	TBE ES1 65% TBE ES2 23% Aumento da raparigas escolarizadas (44% em 2010 no ESG1 e 42% no ESG2)	Padrões de infra-estruturas e de equipamento definidos; gestão dos trabalhos descentralizada;
	Novas escolas secundárias construídas e salas de aulas existentes reabilitadas	Salas de aulas construídas, 5.300 ESG1 e 1.600 ESG2;	Definida a política de formação de professores de forma acelerada e com qualidade;

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Estabelecido o Mapa das escolas num quadro de equidade	% de escolas nas áreas rurais; Modelo piloto para as pequenas escolas rurais	
	Implementado o programa de ensino à distância para o ESG1 e ESG2	Admissão inicial equivalente a 10% dos novos ingressos nas escolas secundárias	
	Mais professoras e mulheres gestoras	% de mulheres aumentada em 5%	
Melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos	Adquiridos conhecimentos e capacidades especificadas no currículo pelos alunos	Melhor eficiência interna: redução da taxa de repetição e melhores taxas de aprovação nos exames	Definida a política sobre a elaboração e fornecimento de materiais
	Novo currículo implementado	Currículo do ESG1 implementado em 2008; currículo do ES2 implementado em 2009; Materiais, incluindo micro kits de ciências disponíveis; Revisto e tratado o preconceito de género nos currículos; Criação de bibliotecas	
	Formação em capacidades relacionadas com as TIC no novo currículo realizada	300 escolas a darem formação em TIC	Definição de uma política para a Formação de Professores tanto inicial como em serviço; Formação de directores das escolas Implementação da
	Reforçada a formação em serviço de professores	Todos os professores a participarem regularmente em formação em serviço	

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Reforçada a gestão escolar	Directores de escola e supervisores dos internatos formados, com ênfase especial em consciencialização e prevenção do HIV/SIDA	política das TICs
Gerir a despesa pública no Ensino Secundário	Orçamento para o ensino secundário geral que não exceda 22% do orçamento total do sector	22% do Orçamento da Educação para as ES	Parceria para a prestação pública/privada
	Prestação comunitária expandida	Cerca de 14% dos alunos do ES1/2 matriculados em escolas privadas	Estabelecido o quadro regulador positivo
	Formação inicial de professores reestruturada	Programa de formação de professores de 12+1 focalizado nas necessidades do ESG1 Estabelecida uma formação à distância para professores com o curso de 12+1 para os habilitar a ensinar no ESG2	Reformas, tal como definido na componente de educação dos professores

3.5 Educação Técnico-Profissional

A Educação Técnico-Profissional (ETP) é um elemento essencial no Sistema Educativo, cujo objectivo chave é o de contribuir para a criação de uma força de trabalho qualificada, essencial para reforçar o crescimento económico e tirar os cidadãos e as comunidades da situação de pobreza. As razões incluem aspectos relacionados com o acesso, relevância, eficiência e eficácia, coerência e coordenação.

Em 2005, havia 47 instituições de ETP com 41.000 alunos – menos de 2% dos jovens em idade escolar. A admissão de raparigas no ETP é mais baixa do que nos

outros níveis do sistema de educação (20%). A ETP é ministrada a três níveis: i) o nível elementar: a exigência para a entrada é a 5ª ou a 7ª classe, e a duração dos cursos varia de 2 a 3 anos; ii) o nível básico: o nível de ingresso é a 7ª classe e o curso tem a duração de 3 anos; e iii) o nível médio que forma técnicos profissionais em agro-pecuária, indústria ou comércio. Mais de 80% das vagas existentes são dos cursos de nível básico.

As preocupações relativamente à relevância espelham as do Ensino Secundário Geral. Os currículos estão em processo de revisão, no quadro da Reforma da ETP, com envolvimento dos empregadores, sindicatos e outros parceiros. Este processo permitirá a adequação dos currículos às actuais necessidades do mercado, colmatando os problemas detectados relativamente à falta de capacidades práticas, como também de exposição a tecnologias modernas (tais como TIC), fraca fluência em Português e línguas estrangeiras, e fraca capacidade de gestão ou de supervisão.

O baixo nível de capacidades é também um impedimento para os graduados que queiram optar pelo auto-emprego. Isto é agravado pelas fracas qualificações, em geral, dos instrutores e os melhores, muitas vezes, abandonam o ensino em troca de empregos melhor pagos. Não há programas de ETP alternativos para os que terminam o Ensino Primário ou para grupos de desistentes. As instituições de formação têm pouca autonomia e sofrem de má gestão. Os orçamentos das escolas são insuficientes, e os poucos fundos alocados são, amiúde, mal geridos. Os internatos constituem uma grande preocupação, uma vez que são dispendiosos e frequentemente não oferecem o nível de protecção mais básico de factores que contribuem para a disseminação do HIV/SIDA.

Como reflexo da fraca eficiência e eficácia, as taxas de repetição, desistência e de insucesso são altas. Acima de tudo, a média das taxas de desistência é de 40-45%, com variações substanciais entre os diferentes níveis e tipos de cursos. Para além disso, muitos alunos – calcula-se que pelo menos 30% das admissões - entram para os programas da ETP porque não conseguem arranjar vaga nas escolas secundárias normais. A ETP constitui uma alternativa para a obtenção do nível académico. Seria mais eficaz em matéria de custos e, em última análise, mais proveitoso dar vagas a estes alunos nas escolas secundárias. O custo por aluno da ETP é relativamente alto, 2,5 vezes mais do que o custo/aluno numa instituição do Ensino Secundário Geral.

3.5.1 Realizações durante o PEE I

Apesar das substanciais dificuldades que esta área do Plano Estratégico de Educação enfrenta, a ETP mereceu atenção renovada durante o PEE I. As grandes realizações durante o PEE I incluíram:

- Elaboração e disseminação de uma política de ETP, baseada na pesquisa e discussões com parceiros chave.
- Envolvimento do sector privado, organizações religiosas e ONGs na criação e gestão de escolas, particularmente as que oferecem cursos de nível elementar e básico.

- Realização de estudos que permitam a tomada de decisões sobre políticas e estratégias em áreas importantes, tais como custos, eficiência interna, estudos de acompanhamento e pesquisa sobre currículo.
- Melhoria dos recursos financeiros através do aumento das propinas e da mobilização dos doadores.
- Estabelecimento de um acordo entre o Governo, Empregadores, Sindicatos e outros parceiros sociais no desenvolvimento de um Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP);
- Criação de uma Comissão para a Reforma da Educação Profissional (COREP) para dirigir e regular o sector, bem como promover reformas políticas.

Sumário dos dados de base

- O MINED apoia 47 instituições da ETP (11 elementares, 28 básicas e 8 de nível médio) cobrindo cerca de 41.000 alunos (20% são raparigas).
- Os professores qualificados tendem a retirar-se da Educação Técnico-Profissional, à procura de melhores empregos .
- Currículos não ajustados à economia e mercado de trabalho.
- Empregadores não envolvidos na definição dos padrões de competência e currículos.
- Estruturas físicas, particularmente, laboratórios, oficinas e salas de aulas insuficientes e deterioradas.
- As taxas de desistência e de repetição são altas e a eficácia externa é baixa.
- Admissões influenciadas por oferta insuficiente no Ensino Secundário Geral.
- Os alunos da ETP mudam-se para as escolas secundárias gerais para prosseguirem os estudos.
- Oportunidades limitadas para os que terminam o Ensino Primário e os que desistem
- Disparidades regionais e desequilíbrio de género.
- 22 instituições de ETP estão sob a autoridade de outros ministérios, sendo 8 privadas

3.5.2 Estratégia

O Governo Moçambicano adoptou um Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP), a ser implementado num período de 15 anos. A primeira fase do Programa, com duração de 5 anos (2006-2011), será financiada através de um crédito do Banco Mundial. Alguns doadores, nomeadamente, Países Baixos, Dinamarca, Portugal, Espanha e Alemanha, já acordaram em providenciar financiamento e/ou assistência técnica suplementar na prossecução do PIREP, através do alinhamento dos seus programas de assistência bilateral a um Sistema de Formação Técnico-

co-Profissional coerente e integrado. Outros doadores com novos projectos em curso ou planificados, são, também, encorajados a alinhá-los à visão, princípios e objectivos da Reforma da Educação Profissional (REP) em Moçambique preconizados no PIREP.

A filosofia do PIREP assenta na transformação da provisão da ETP num sistema orientado pela procura, construído num quadro de formação modular com cursos baseados em padrões de competência e assente num Sistema Nacional de Padrões, o qual deverá ser reconhecido pelos empregadores e pela sociedade civil. Para este propósito, empregadores e organizações da sociedade civil deverão ser progressivamente envolvidos no desenho e desenvolvimento dos padrões e currículos, bem como na gestão de instituições de ensino.

O PEEC fornecerá um quadro de desenvolvimento da ETP que incluirá o PIREP como estratégia de Reforma da ETP, assente em quatro grandes componentes:

- Reforma do Sistema e desenvolvimento institucional, incluindo o estabelecimento de um Conselho Nacional para a Formação (CNF) e sistemas sustentáveis para o financiamento e gestão da ETP; o CNF criará um quadro para assegurar o envolvimento de ONGs, instituições do sector público e privado, bem como dos empregadores e sindicatos, na reforma;
- Desenvolvimento de um sistema da ETP baseado em padrões de competência, incluindo a avaliação e certificação;
- Melhoria da qualidade, por via da formação de professores, do fornecimento de materiais de ensino adequados, equipamento e infra-estruturas físicas, o estabelecimento de serviços de orientação dos alunos e reforço da capacidade de gestão das instituições da ETP (assim como a capacidade de planear e gerir o impacto do HIV/SIDA nos professores e alunos);
- Criação de um fundo para o desenvolvimento de capacidades para estimular a emergência de programas de formação inovadores e de alta qualidade.

Os novos cursos baseados em padrões de competência foram planificados para serem executados, na fase piloto, em quatro sectores económicos prioritários e serão testados em 16 instituições de formação.

Constituirão, também, parte integrante da estratégia de desenvolvimento da ETP no período de vigência do PEEC as seguintes actividades:

- Construção de 22 Escolas de Artes e Ofícios (EAOs) e 6 Institutos;
- Capacitação dos professores em exercício e formação de 340 novos no novo currículo baseado em padrões de competência;
- Capacitação de gestores e pessoal administrativo das instituições de formação da ETP;
- Reabilitação e apetrechamento da rede de instituições da ETP;
- Introdução de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em todas as instituições de formação.

Os recursos públicos e externos para 2005-2010, disponíveis para o sector da ETP, estão calculados em cerca de 100 milhões de dólares incluindo 7,8 milhões de dólares/ano dos recursos do MEC, principalmente (92%) para despesas correntes. Contudo, espera-se que o novo ambiente institucional torne possível atrair investimentos adicionais externos e privados para a ETP.

3.5.3 ETP: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Implementar o programa de Reforma da ETP (PIREP)	Novo sistema de gestão descentralizada estabelecido e em funcionamento	% de escolas que implementam o novo sistema de gestão descentralizada	Estabelecidos o Conselho Nacional de Formação, a Autoridade Nacional para a Educação Técnico-Profissional e um mecanismo sustentável de financiamento; Quadro legal e regulador para a gestão descentralizada aprovado.
	Currículos, avaliação e sistema de certificação reflectindo os padrões ocupacionais introduzidos em sectores seleccionados	Nº e % de ocupações e níveis definidos com base em padrões de competência	Quadro Nacional de Qualificações desenvolvido e aprovado
		Nº e % de programas de formação baseados em padrões de competência elaborados.	
	Professores formados no novo modelo baseado em padrões de competências	Nº e % de professores alvo que a) participaram em acções de formação de acordo com o sistema CBT; b) completam a formação baseada em padrões de competência.	Novo modelo de formação de professores definido e implementado.

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Gestores formados no novo modelo baseado em padrões de competências.	Capacitados 180 membros de direcção e todo o corpo administrativo das instituições de formação.	Novo modelo de formação de gestores definido e implementado.
Aumentar o acesso e reduzir as disparidades geográficas e de género	Rede de EAOs e de instituições de nível médio ampliada e participação da rapariga aumentada.	Rede de instituições públicas equitativamente distribuídas por todas as zonas geográficas do País e construídas e equipadas 22 EAOs e 6 Institutos; % de raparigas frequentam instituições da ETP aumentada	Incentivos para a participação da rapariga na ETP definidos e implementados.
ETP mais orientado pela demanda do mercado de trabalho	Instituições de formação reabilitadas e apetrechadas; Novas Tecnologias de Informação e Comunicação introduzidas.	Rede de instituições da ETP reabilitada e apetrechada; Tecnologias de Informação e Comunicação introduzidas em todas as instituições de formação.	

3.6 Formação de Professores

3.6.1 Situação Actual

Professores bem formados e motivados são essenciais para um ensino de qualidade. O recrutamento e colocação de professores terá de tomar em consideração as diferenças regionais, particularmente com respeito ao nível de formação e equilíbrio de género. O impacto do HIV/SIDA precisará também de ser adequadamente planeado e tratado. Existem actualmente cerca de 60.000 professores primários (EP1 e 2), e 8.000 professores secundários (ESG1). Existe uma variedade de programas diferentes para a formação inicial, com administração separada, diferentes níveis de entrada, diferentes durações e várias modalidades. As maiores preocupações residem nas implicações óbvias de uma tal diversidade em termos de qualidade, eficiência e custos.

Desde 1992, a procura de professores tem vindo a aumentar rapidamente, particularmente a nível do primário. A média anual de exigência de novos professores para o EP1 e EP2, para o período de 2006-2010/11, está calculada em cerca de 10.000. Embora muitos esforços tenham sido feitos para aumentar o número de professores qualificados, a expansão ainda é baseada, sobretudo, no recrutamento de professores não qualificados profissionalmente. Os CFPP - que formam professores num curso de 3 anos a partir de um nível de ingresso de 7^a classe – estão actualmente a formar uma média de 2.000 professores por ano. O IMAP e iniciativas privadas relacionadas – que recrutam graduados da 10^a classe e lhes dão dois anos de formação - formam cerca de 3.000 professores anualmente. No total, tem havido uma necessidade, anual, de se recrutar pelo menos 2.000 professores não qualificados para preencherem a lacuna. Actualmente, o MEC assegura que os professores não qualificados tenham pelo menos a 10^a classe.

Esta falta de professores pode piorar, por várias razões. Primeiro, o crescimento económico criou novas oportunidades e muitos professores deixam a educação por empregos melhor remunerados (ou consideram temporário o seu trabalho como professor), particularmente a nível do Ensino Secundário. Segundo, muitos professores incluindo os recentemente formados, são colocados em áreas administrativas nas direcções provinciais e distritais. Em terceiro lugar, é provável que a diminuição de professores aumente como resultado do HIV/SIDA, sobretudo nas províncias centrais do país, mais afectadas pela pandemia.

Constrangimentos financeiros frustram os esforços de se colocar nas escolas um número suficiente de professores formados. O crescimento esperado nas admissões nos próximos cinco anos é de tal forma que o Governo não conseguirá colocar nas escolas primárias, graduados dos IMAPs, que actualmente têm um nível salarial equivalente a 10,7 vezes o PIB per capita ou colocar nas escolas secundárias, graduados universitários que têm salários superiores a 20 vezes o PIB “per capita”. Os desafios financeiros são ainda mais agravados por discrepâncias não explicadas no número de professores na folha de salários e o número no activo, inflacionando as despesas de salários do Ministério da Educação e Cultura.

O número de professores que pode ser recrutado está aquém das necessidades. Como resultado disso o rácio alunos:professor aumentou consideravelmente (de 62/1 em 1999 para 74/1 em 2005 no EP1) enquanto que o rácio alunos:sala de aula aumentou de 83/1 (1999) para 90/1 (2005). Turmas com 80 alunos não são mais uma excepção. Para lidar com estas faltas as salas de aulas nas áreas urbanas são usadas em turnos triplos, e os professores nas áreas rurais dão aulas a duas turmas em sequência. Ambas as estratégias reduzem as horas de leccionação efectiva que os professores podem dar e têm um efeito adverso no desempenho dos alunos. Os professores estão também colocados de forma ineficiente para o sistema, particularmente nas classes superiores. A nível do EP2, por exemplo, o rácio de professor por turma é de 1:3. Para além disso, há uma séria falta de mulheres professoras qualificadas.

Em 2005, no EP1 31% dos professores eram mulheres. As assimetrias entre as provinciais são grandes. Enquanto que em Cabo Delgado 16% dos professores do EP1 eram mulheres em 2005, na província de Maputo esta percentagem era de 50,8% e de 63,6% na cidade de Maputo. No EP2 menos de 23% dos professores são mulheres existindo enormes assimetrias regionais: de 10% de professoras em Niassa, para 29% em Inhambane e 32,8% na cidade de Maputo. Nas áreas rurais é raro encontrar-se mulheres professoras ou a trabalhar na administração. A ausência de modelos mulheres pode contribuir para o número reduzido de admissões, altas taxas de desistências e baixa taxa de conclusão das raparigas, particularmente nas áreas rurais.

A qualidade do ensino é ainda uma outra preocupação. A fraca formação de professores, a insuficiência de materiais e a falta de apoio pedagógico significa que a maioria dos professores se tem apoiado em métodos didáticos centrados no professor, que enfatizam a repetição e a memorização, mais do que em abordagens centradas no aluno que encorajam o pensamento criador e o ensino baseado em capacidades. Os professores estão mal preparados para lidarem com alguns dos desafios que o sistema lhes coloca, tais como a realidade de ensino em turmas mistas (turmas com alunos de classes diferentes), o ensino em turmas grandes, sem terem materiais didáticos, e de lidar com desafios como a disparidade de género e o HIV/SIDA.

A acrescentar a estes desafios temos ainda o baixo moral dos professores. Os salários dos professores são muitas vezes pagos com meses de atraso, especialmente para os novos professores, o que lhes leva a abandonar os seus lugares e a dar prioridade a outras actividades que não sejam de ensino para garantirem o seu rendimento e das suas famílias.

3.6.2 Realizações durante o PEE I

Em reconhecimento do compromisso com a Educação para Todos e com outros acordos internacionais importantes, a formação de professores constituiu uma grande prioridade no primeiro Plano Estratégico do Sector da Educação, tal como se pode ver nas seguintes realizações:

- Reforma do currículo do ensino primário, o que incluiu provisões para a capacitação de professores, embora a falta de fundos tenha limitado a quantidade de formação que foi feita;
- Aumento do número de mulheres recrutadas para as instituições de formação inicial de professores;
- Criação de oportunidades adicionais para a formação de professores em serviço através do ensino à distância, com a introdução de um novo curso para os professores da 10ª classe sem formação profissional;
- Expansão das infra-estruturas físicas para a formação de professores, especialmente a nível dos IMAPs;

- Experimentação com modelos para formação de professores em serviço, com o recente estabelecimento do programa CRESCER que tem por objectivo integrar estas experiências.

Sumário dos dados de base

- As instituições de formação de professores estão a fornecer menos de 50% das necessidades anuais de professores. No EP1 e EP2 – há 11 CFPPs, 9 IMAPs e 7 ADPPs a formar professores para o EP1 e EP2. Os professores para o ensino secundário são formados na Universidade Pedagógica mas muitos graduados do IMAP são recrutados para darem aulas no secundário
- Há muito poucos formadores de professores adequadamente qualificados e com experiência, e a desigual provisão de recursos deixa muitas instituições sem recursos
- O orçamento disponível não permite que se coloquem professores nas escolas primárias que sejam provenientes dos IMAPs ou professores secundários que sejam graduados da universidade
- Cerca de 42% dos professores no EP1 (31% no EP2) não têm formação pedagógica
- O sistema de desenvolvimento profissional permanente (CRESCER) está em processo de implementação e 20% dos professores do EP1 serão envolvidos no CRESCER
- Apenas 31% dos professores no EP1 e 23% dos professores no EP2 eram mulheres

3.6.3 Estratégia

A qualidade da formação, a colocação e apoio pedagógico aos professores continuarão a ser fundamentais para a estratégia nos próximos anos. Melhorar a qualidade da educação exige, que os alunos sejam ensinados por professores qualificados. Reduzir os rácios aluno:professor e acabar com o recrutamento em larga escala de professores sem qualquer formação profissional tem de ser a principal prioridade. A Universidade Pedagógica (UP) terá um papel importante na formação dos professores colaborando na formação dos formadores das instituições de formação de professores e no desenho dos currículos dos novos cursos de 10^a+1 e 12+1 e apoiando na sua implementação e supervisão. Os professores para o ES2 serão formados por instituições de ensino superior, incluindo a UP.

Para lidar com os desafios de quantidade, custo e qualidade, as reformas urgentemente necessárias que se seguem serão implementadas a médio prazo com início no ano lectivo de 2007:

- Alunos com 10 anos completos de escolarização serão recrutados para um programa de formação de um ano que incida no desenvolvimento de capacidades pedagógicas e de gestão das aulas e colocados no ensino primário;
- Alunos com 12 anos completos de escolarização serão recrutados para um programa de formação de um ano que incida no desenvolvimento de capacidades pedagógicas e de gestão das aulas e colocados no ES1;
- Os programas de ensino à distância oferecerão a oportunidade a professores do ES1 de obterem um certificado, que os qualificará para ensinarem a nível do ES2;
- Os CFPPs serão reabilitados para darem um curso de 10+1 que se espera que tenha um “output” anual de 3.000 professores;
- Quatro mil vagas (das 7.500) nos IMAPs serão utilizadas para o programa de 10+1; as restantes vagas serão utilizadas para o programa de 12+1, que será desenhado especificamente para preparar professores do ES1;
- Expandir os programas de formação em serviço, coordenados e com recursos adequados, providos através das ZIPs com base na experiência do programa CRESCER;
- Para o ES2, o MEC vai continuar a recrutar graduados da universidade (UP e outras);
- Será estimulada a pesquisa que permita sugestões práticas imediatas para melhorar a prática nas salas de aulas, e as constatações serão divulgadas;
- Será aumentado o número de professoras e de administradoras através de uma melhor planificação e gestão com vista também a lidar com as assimetrias regionais;
- Será incluído nos programas de Formação de Professores para o Ensino Primário e Secundário, matérias de Educação inclusiva e especial, saúde escolar e educação física.

3.6.4 Desenvolvimento de professores: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Reformar a formação inicial de professores	Sistema integrado e coerente de formação inicial	Todos os novos professores com formação profissional são recrutados numa escala de salários sustentável	Nova política de recrutamento e de pessoal aprovada
	Novo programa de formação inicial 10 +1 desenvolvido e a funcionar	7.500 graduados de 10+1 por ano formados	Aprovada a nova política de recrutamento e de pessoal;

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Novo programa de formação inicial 12 +1 desenvolvido (tendo em conta o novo currículo) e a funcionar	2.500 graduados de 12+1 formados para o ESG1	UP envolvida no apoio e supervisão da qualidade dos cursos de formação de professores
	Curriculum para formação avançada à distância de professores do ESG1 para os habilitar a leccionar o ESG2	Estudo para o certificado avançado do ES1 realizado	Certificado de ensino avançado criado
Dar aos professores formação permanente em serviço e apoio	Melhor qualidade da instrução	Todos os professores beneficiam de apoio pedagógico e formação em serviço	
	Programas nacionais de desenvolvimento profissional para os professores de todos os níveis incluindo formadores de professores com base na experiência do CRESCER		Todos os programas em serviço adoptem o modelo CRESCER revisto
	As ZIP reforçadas e os directores formados para tarefas de apoio pedagógico	Apoio pedagógico para os professores, disponível; formação continua de directores	Afectação de 10 dólares/professor por ano à ZIP
	Reforçar a inspecção	Todos os inspectores formados para a nova tarefa e colocados no distrito	Ver também a componente 12

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Reforçar a administração da educação dos professores	Instituto Nacional de Formação de Professores coordena e administra a formação de professores		Instituto Nacional de Formação de Professores estabelecido legalmente
	Desenvolver um modelo de progressão na carreira para professores		Cursos de EAD permitem que os professores adquiram certificados mais avançados
	Conduzir pesquisa e desenvolver padrões de qualidade na formação de professores		
	Definição de padrões de competência para os professores em função dos níveis de ensino	Padrões de competência e remuneração estabelecidos e articulados com o MAE e MF	Recrutamento e remuneração dos professores realizado com base nos padrões de competência estabelecidos

3.7 Ensino Superior

O Ensino Superior contribui para o desenvolvimento económico através da formação de técnicos superiores qualificados e da investigação científica que conduza ao aumento da produtividade do trabalho e da qualidade da produção.

O ensino superior continuará a reforçar o sistema de educação através de um conjunto de acções que vão desde a formação de professores, sobretudo do ensino médio, da capacitação permanente dos gestores do sistema, do apoio às ZIPs e da investigação educacional, promovendo a melhoria qualidade de ensino a todos os níveis.

3.7.1 Situação Actual

O Ensino Superior em Moçambique é constituído por 23 instituições de ensino, entre universidades, institutos politécnicos e escolas superiores. Parte destas instituições possuem delegações noutras regiões do país e, com a abertura de institutos politécni-

cos em Gaza, Manica e Tete, praticamente todas as províncias do país, à excepção da de Maputo têm pelo menos uma delegação de uma instituição de ensino superior, muito embora maior concentração das instituições se situe ainda na cidade de Maputo.

Das 23 instituições de ensino existentes, 11 são públicas e 12 privadas, tendo o número de instituições privadas crescido rapidamente desde a sua entrada em vigor a partir de 1995.

O Ensino Superior conta presentemente com cerca de 22.300 estudantes matriculados em quase todas as grandes áreas científicas, na aceção da classificação da UNESCO. Cerca de um terço de estudantes é do sexo feminino, e dois terços do total de estudantes está matriculado em áreas de ciências sociais devido, sobretudo, à relativamente menor oferta de lugares nestas áreas, nas diferentes instituições de ensino superior.

O quadro de professores a tempo inteiro apresenta cerca de 1.200 docentes nas categorias de assistente e professor, tanto nas instituições públicas como nas privadas. Deste número, apenas 15% possui o nível de Doutoramento e 25% o nível de Mestrado. Os restantes (60%) são Licenciados ou Bacharéis.

3.7.2 Avaliação do Plano Operacional (2000-2005)

O Plano Operacional 2000-2005 tinha em vista viabilizar o alcance dos objectivos do Plano Estratégico, ou seja, criar as bases para um desenvolvimento harmonioso do subsistema do ensino superior em Moçambique. O plano foi financiado em cerca de 70.000.000 USD pelo governo de Moçambique e pelo Banco Mundial.

O número de estudantes matriculados no ensino superior cresceu de 11.169, em 1999, para cerca de 22.300, em 2004. Como resultado, houve um aumento da taxa bruta de acesso ao ensino superior (isto é, a percentagem de estudantes matriculados em relação ao grupo etário relevante) de 0,35% para 0,56%. Com este aumento, conseguiu-se atingir 117 estudantes matriculados por 100.000 habitantes em 2004.

Por razões históricas, o Ensino Superior estava exclusivamente concentrado na Cidade de Maputo. Com a abertura do primeiro polo da UP na Beira em 1990 iniciou-se um processo de expansão do ensino superior pelas outras províncias. A equidade regional foi melhorando entre 2000 e 2005 com abertura de mais delegações, nomeadamente, da UP em Quelimane, da UEM na Beira e em Inhambane, e da UCM em Cabo Delgado. Durante este período foram sendo estabelecidos pólos do ensino superior em quase todo o país, tanto pelas instituições públicas como pelas privadas, existindo, neste momento, praticamente pelo menos uma delegação de uma instituição do ensino superior em cada província do país.

A equidade nos aspectos regional, económica e social é preocupação chave do PEEC. Para aumentar a participação de estudantes das províncias no ES, para além de outras medidas, criou-se o fundo de bolsas provinciais que desde 2002 financia

cerca de 400 estudantes oriundos de 7 províncias. As bolsas são dadas a estudantes cujos recursos financeiros próprios são insuficientes, mas com boa condição académica, na base de um plano de formação de técnicos superiores dos governos provinciais.

Durante o mesmo período, registou-se, também, um incremento da participação de mulheres no Ensino Superior, de 28% para 33% dos matriculados. Este crescimento na equidade de género deve-se principalmente a uma alta taxa de participação feminina em cursos na área de ciências sociais nas instituições do ensino superior (IES) privadas.

Ao longo do quinquénio passado, várias instituições implementaram reformas curriculares que visavam por um lado o aumento da relevância do ensino em função das expectativas mercado do emprego e, por outro, a melhoria da eficiência no processo de ensino-aprendizagem. A redução de duração de alguns cursos de licenciatura de 5 para 4 anos e introdução de cursos de bacharelato, com duração de 3 anos, contribuíram também para o incremento do número de graduados, o que resultou na melhoria da eficiência interna das IES.

Foram ainda abertos cursos pós-laborais nas áreas de economia, direito e estatística e de pós-graduação.

Durante o último quinquénio, foi ainda elaborada uma proposta para o estabelecimento do Sistema de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA) que contribuirá não só para uma maior transparência e flexibilidade mas também facilitará a mobilidade de estudantes entre cursos e instituições e aprendizagem ao longo da vida.

Com o objectivo de ajudar algumas IES públicas a melhorar os seus mecanismos de gestão financeira interna, o Governo encetou um estudo de custos unitários que foi realizado em quatro IES, nomeadamente na UEM, UP, ISRI e ACIPOL. Este estudo poderá servir de modelo para estudos similares em todo o subsistema de ensino superior.

Durante o quinquénio findo iniciou-se o processo de criação do ensino superior politécnico. Abriram-se também cursos nas áreas de ciências policiais e turismo e nas ciências de comunicação. Como resultado, o ensino superior já abrange todas as principais áreas de ciência. A diversificação foi ainda alargada com a abertura de cursos pós-laborais, que permitem a participação por estudantes trabalhadores no ensino superior fora das suas horas de actividade profissional, e constituindo assim um passo importante na via para o ensino ao longo da vida.

No âmbito da melhoria e garantia de qualidade é preciso salientar a criação de cursos de pós-graduação em várias instituições públicas e privadas. Estes cursos indicam, por um lado, o crescimento da capacidade académica das instituições em causa e, por outro, contribuem para a formação de quadros mais qualificados.

Ainda visando a garantia da melhoria da qualidade foi formulada uma proposta para a criação de um sistema nacional de acreditação e garantia de qualidade, que mereceu já a aprovação pelo CNESCT.

O papel do governo ao longo do quinquénio foi orientado fundamentalmente para os seguintes aspectos:

- Reforma legal visando uma abordagem do Ensino Superior como um subsistema integrado;
- Criação de órgãos consultivos ao nível do subsistema com a participação dos intervenientes e parceiros (CES, CNESCT);
- Criação de um sistema de recolha de dados sobre o ensino superior, ciência e tecnologia e a definição de indicadores para monitorar o progresso do Ensino Superior no país. Neste momento, já se produzem dados que cobrem todas as IES e que dizem respeito à maioria dos objectivos do PEEC, nomeadamente acesso, equidade por género e área de origem, e eficiência;
- Mobilização de fundos em benefício de todo o subsistema;

Os resultados acima resumidos mostram que o Plano Operacional tem conduzido a grandes avanços no sector do ensino superior na maioria das áreas visadas.

Sumário dos dados de base

- Número de Instituições do ensino superior 23, das quais:
 - 11 do sector público
 - 12 do sector privado
- Número total de estudantes 22.256 dos quais:
 - 15.113 no sector público (68%)
 - 7.143 no sector privado (32%)
- Participação feminina: 32%
- Estudantes por 100.000 habitantes: 116
- Docentes em tempo inteiro (ou equivalente): 1200
- Docentes com Licenciatura ou Bacharelato 752 (63%)
- Docentes com Mestrado: 254 (21%)
- Docentes com Doutoramento: 194 (16%)

3.7.3 Estratégia para o período 2006-2010

O plano operacional do ensino superior para os próximos 5 anos centrar-se-á na consolidação dos resultados conseguidos na primeira fase do Plano Estratégico do Ensino Superior, visando a consolidação das acções iniciadas nomeadamente a criação de bases para a expansão do ensino superior sustentável do ensino superior relevante, de qualidade e com equidade. O plano operacional toma em consideração o plano quinquenal de desenvolvimento e os objectivos de desenvolvimento do

governo e as oportunidades e desafios que se espera que o país enfrenta nos próximos anos.

À luz de tudo isto, torna-se crucial que as reformas iniciadas na primeira fase do plano estratégico sejam consolidadas e de forma mais específica que sejam operacionalizados os dispositivos legais. A implementação com sucesso da maioria das reformas propostas vai depender das reformas financeiras que têm efeitos de maior alcance em outras áreas.

As diferentes acções estratégicas do plano estratégico serão enquadradas em três eixos fundamentais, nomeadamente:

- Melhorar e fortalecer a governação e gestão do subsistema de ensino superior por forma a maximizar o retorno do investimento feito através do aumento da eficiência no uso dos escassos recursos que lhe são atribuídos pelo Governo:
 - Redefinição do papel do governo na gestão e no financiamento do subsistema através de explorar modelos alternativos de financiamento;
 - Introdução de um sistema nacional de garantia de qualidade e acreditação;
 - Introdução de um sistema nacional de acumulação e transferência de créditos académicos
 - Melhoramento do sistema de informação para a gestão do subsistema
 - Eficiência na gestão de recursos nas instituições de ensino, e diversificação das fontes de financiamento;
- Fortalecer, ao nível da oferta, o subsistema de ensino superior por forma a oferecer um leque largo de cursos relevantes e de qualidade com a finalidade de formar uma força de trabalho altamente habilitada e diversificada:
 - Garantia mais crescente de acesso e equidade ao ensino superior, independente da província ou zona de origem, e condição social ou económica e género;
 - Maior relevância e flexibilidade na oferta de cursos;
 - Melhoria e garantia de qualidade de ensino;
 - Diversificação de tipos de instituições, oportunidades de formação e formas de ensino;
 - Criar duas Universidades públicas no Norte (2009) e no Centro (2011), integrando as delegações das universidades públicas.
 - Estabelecer uma articulação entre a UP e demais instituições de formação de professores para implementação da estratégia de formação de professores.
- Ao nível da procura, vai-se assegurar que o subsistema de ensino superior seja capaz de satisfazer a procura pelo Ensino Superior e promove a equidade regional, social, económica e de género, maximizando assim a relação entre a sua qualidade e o custo da formação

3.7.4 Quadro de Acções Estratégicas e Reformas

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Melhorar e fortalecer a governação e gestão do subsistema de ensino superior, através do aumento da eficiência no uso dos recursos que lhe são atribuídos	Regulamentação da Lei do Ensino Superior (Lei 05/2003)	Implementação do SINAQUES Implementação do SNATCA	Acordos sobre a necessidade e conteúdos dos regulamentos
	Melhoria do fluxo de informação necessária para alimentar o processo de governação e gestão	O sistema de recolha de dados e de indicadores melhorado.	Empenho das IES no melhoramento qualidade e periodicidade dos dados;
	Implementação do SINAQUES	Quadro para qualidade e padrões definido	O SINAQUES é assumido pelos parceiros como instrumento na garantia de qualidade
	Implementação do Sistema de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA)	SNATCA em funcionamento	Acordos entre as IES sobre o reconhecimento e transferência de créditos
	Revisão do modelo de financiamento das IES	Novo Modelo de financiamento em funcionamento.	Acordos entre os diferentes intervenientes
Fortalecer a capacidade das IES por forma a oferecer um leque largo de cursos relevantes e de qualidade com equidade	Aumento da eficiência interna das IES públicas	Taxas de graduação melhoradas até pelo menos 15%	Capacidade real das IES
	Aumento da qualidade do ensino superior	Padrões de qualidade definidos	Acordos entre os parceiros sobre os padrões de qualidade
	Aumento da relevância	Maior empregabilidade dos graduados	As IES aumentam capacidade de responder ao mercado de emprego

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Criação de duas novas universidades públicas na zona Norte e Centro Maior distribuição geográfica do ES e criação do INED	Abertura de novas ES nas províncias INED operacional	Condições para a abertura de unidades públicas e privadas criadas em termos de docência
	Estabelecimento de um Fundo de financiamento institucional	Políticas nacionais financiadas através do fundo institucional	Empenho das IES na formulação de projectos para financiamento através do fundo institucional
Fortalecer o subsistema de ES por forma a satisfazer cada vez mais a procura e garantir a equidade regional, social, económica e de género	Criação do fundo nacional de bolsas de estudo	Um órgão independente gere as bolsas para o ES	Sistema instalado com garantias de funcionamento independente, transparente e robusto
	Criação de um sistema de apoio social ao estudante independente das instituições de ensino	Número de estudantes servidos por sistemas integrados	Interesse compartilhado entre as IES na integração dos seus sistemas individuais.

3.8 Ensino à Distância

3.8.1 Situação actual

O Ministério da Educação reconhece o papel crítico que a Educação Aberta e à Distância (EAD) desempenha na ampliação do acesso e aos diferentes tipos e níveis de ensino e na melhoria da qualidade dos programas oferecidos.

Em 2001, o Conselho de Ministros aprovou a política e estratégia da educação à distância e estabeleceu os seguintes princípios orientadores:

- O papel do governo é fundamental na definição de políticas, estratégias, desenvolvimento e financiamento da EAD;

- A EAD deve contribuir para a equidade regional, social e do género no acesso à educação e ao conhecimento;
- A EAD deve ser implantada em todo o território nacional;
- A implementação deve ser coordenada entre as diferentes instituições envolvidas, de maneira a assegurar racionalização na utilização dos recursos, em particular, nas infraestruturas, formação de pessoal, reprodução e distribuição de materiais de auto-aprendizagem aos estudantes e, deste modo; evitar a dispersão e a duplicação de esforços e de recursos;
- O apoio aos estudantes envolvidos nesta modalidade de educação deve ser assegurado através duma rede nacional de Centros de Educação a Distância a nível provincial, distrital e local, devendo oferecer tutoria, supervisão, bibliotecas física e virtual;
- A modalidade de EAD deve oferecer cursos de qualidade que gozem do mesmo reconhecimento e valorização que os cursos presenciais.

Nos últimos anos tem vindo a crescer o número de provedores de EAD (públicos e privados) para além de cursos ministrados nesta modalidade o que exige a criação de mecanismos de controle e uma regulamentação adequada.

O PEE I enfatizou o uso da EAD com objectivo de melhorar as competências dos professores através da formação à distância em exercício e a expansão do ensino secundário geral. Com base nas lições tiradas dos programas de educação à distância em curso, o PEEC reconhece as potencialidades desta modalidade de ensino para expandir o acesso a outros níveis e subsistemas do SNE para além do Ensino Secundário e da Formação de Professores do Ensino Primário.

Tendo em vista iniciar a implementação da política e estratégia da EAD acima referida, foi estabelecida a Comissão Instaladora do Instituto Nacional da Educação à Distância (CIINED) com a função de

- Criar uma equipe de profissionais em EAD com habilidades e “*know how*” suficientes para garantir a implementação da política e estratégia desta modalidade de educação no INED, Centros Provinciais de Educação Aberta e a Distância e nas instituições parceiras provedoras de cursos tanto públicas e privadas);
- Criar infraestruturas, meios materiais e organizacionais necessários para o funcionamento do Instituto Nacional de Educação à Distância (INED);
- Criar a rede nacional de Centros Provinciais de Educação Aberta e a Distância para garantir apoio efectivo aos estudantes, tanto em termos de infraestruturas, assim como em termos de TICs que lhe dêem suporte;
- Em articulação com as instituições parceiras, desenvolver e iniciar a implementação de projectos pilotos.

Importa referir que a estratégia adoptada pelo Conselho preconiza a criação do INED como uma instituição promotora e reguladora de cursos oferecidos através da EAD.

3.8.2 Realizações durante o PEE I

O PEE I registou significativos desenvolvimentos no ensino à distância, que reforçaram tanto a sua credibilidade, estatuto e legitimidade como deram um contributo significativo para se alcançarem os objectivos mais amplos do ministério. A criação do Departamento do Ensino à Distância (DED) no ex-MINED consubstancia a visão do sector sobre a importância desta modalidade de ensino. Outros desenvolvimentos durante o período do PEE foram:

- A expansão do programa do IAP em termos de números e programas, em particular a implementação do 7 + 3 e o lançamento do 10 + 2;
- O lançamento do projecto piloto de Ensino Secundário através do Ensino à Distância na província de Nampula;
- O programa Telescola em colaboração com a TVM;
- O desenvolvimento da capacidade em recursos humanos para o ensino à distância no Ministério da Educação através de vários programas de formação realizados pelo DED
- A avaliação do relatório do IAP, o qual tem grande potencial para informar estratégias futuras para o aperfeiçoamento dos programas das instituições;
- A elaboração da estratégia do ensino à distância;
- Planificação e desenho de projectos piloto preconizados no âmbito da política e estratégia da EAD, nomeadamente, o curso de formação em exercício de professores do ensino secundário geral (a ser executado pela UP), o curso de Economia e Gestão (a ser oferecido pela UEM), o curso de capacitação para a frequência do ensino superior (a ser oferecido pelo ISPU) e o curso de 11ª e 12ª classes (a ser desenvolvido pelo INDE)
- Desenvolvimento de Redes com instituições de ensino à distância e associações profissionais na região da SADC.

Sumário dos dados de base

- Grande procura não respondida de ensino secundário, particularmente nas comunidades rurais, uma vez que o número de escolas e a rede escolar continua a ser insuficiente para se alcançar o objectivo de aumentar o acesso ao ensino no nível pós primário.
- Grande utilização de professores não qualificados tanto a nível primário como pós primário que necessitam de formação posterior.
- Número insuficiente de pessoas com conhecimento e capacidades para desenhar e implementar abordagens e programas de ensino à distância no MEC.

3.8.3 Estratégia

O desenho e implementação de programas efectivos e sustentáveis de ensino à distância exige capacidades e aptidões técnicas, recursos financeiros e instituições bem geridas. Por isso, é importante desenhar-se um quadro institucional que utilize os recursos de forma eficiente e que faça a regulamentação e monitoria cuidadosa dos resultados do programa. Neste contexto, é crucial a criação e entrada em funcionamento de um órgão promotor, regulador e gestor da rede de centros de educação à distância.

Paralelamente, o MEC concentrará esforços no desenvolvimento do IEDA, instituição implementadora de programas formais de ensino à distância e outros de carácter não-formal.

Outras áreas de intervenção do PEEC são:

- Dotar o sector de capacidade para a concepção, implementação e avaliação dos programas de educação à distância.
- Avaliar a eficiência da educação à distância para responder aos vários desafios da educação;
- Assegurar o desenvolvimento da qualidade, um ensino eficiente a nível de custos e programas de formação, que contribuam para o aumento do acesso a oportunidades de educação;
- Promover o uso das TIC como suporte fundamental do processo de ensino aprendizagem.
- Reforçar e desenvolver programas de educação à distância que propiciem
 - A formação de professores em serviço com o objectivo de melhorar a qualidade da leccionação.
 - Oportunidades de prosseguir o ensino secundário fora das escolas convencionais
 - Programas de formação noutros domínios conforme necessidades e prioridades de desenvolvimento sócio-económico.

Espera-se que o financiamento nacional permaneça estável, mas que fundos externos significativos possam ser mobilizados para a implementação do programa de educação aberta e à distância.

3.8.4 Ensino à distância: Quadro para ação e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores / Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e reformas
Desenvolvimento institucional	Capacidade reforçada para a gestão, coordenação e avaliação do programa de ensino à distância	Reforço da capacidade nacional no IEDA	Ensino à distância reconhecido como um instrumento para promover o desenvolvimento da educação incluindo a formação dos professores Estabelecimento do quadro financeiro sustentável para o ensino à distância
	Criação de Centros de recursos	Centros de recursos criados apetrechados	
Avaliação do programa	SEDE e TELES-COLA avaliados; programa em serviço da UP avaliado	Os resultados da avaliação disponíveis e acompanhados	
	Programas do IAP avaliados		
Desenvolvimento e implementação do programa	Programas do IAP dão aos professores oportunidades de desenvolvimento na carreira	Número de participantes e graduados	
	Desenvolver um programa piloto de ensino à distância para o ESG2	Número de participantes e graduados	
	Programa de formação de professores do ESG1 (12+1) desenvolvido	Número de participantes e graduados	
	Estabelecidos os programas de equivalência ao secundário	Número de participantes e graduados	

3.9 Educação Especial

3.9.1 Situação actual

O Ministério da Educação e Cultura promove o direito de todas as crianças à educação básica, incluindo aquelas que apresentam dificuldades de aprender ou que sejam portadoras de necessidades educativas especiais. A estratégia do MEC para melhorar os serviços prestados às crianças com necessidades especiais está baseada no princípio da inclusão. O MEC procura assegurar que as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam integradas nas escolas regulares, em vez de serem segregadas em escolas separadas ou completamente excluídas deste meio. A formação de professores, reforço da gestão das escolas e ligações sólidas com as comunidades são os elementos chave para uma inclusão com sucesso.

Em linha com esta prioridade de inclusão escolar, o MEC lançou o Programa “Escolas Inclusivas” em 1998. Este programa visa gerar experiência com a gestão de crianças com antecedentes e potencial de aprendizagem diferentes, e a gradualmente disseminar e estender esta experiência a todas as escolas do país. Sob os auspícios do Programa de Escola Inclusiva, uma escola primária piloto foi inicialmente seleccionada em cinco províncias. Foi dado apoio a cada uma das escolas piloto (formação, materiais e monitoria) na adopção da abordagem da educação inclusiva. O enfoque nestas escolas é de que todos os alunos devem estudar juntos sempre que possível, incluindo aqueles que são portadores de deficiência. Para que se possa assegurar que as estratégias e as abordagens que são geradas possam lidar com as necessidades das crianças a todos os níveis do Sistema, esta experiência está agora a ser gradualmente estendida para incluir mais escolas e para cobrir todos os níveis do sistema, tais como escolas secundárias e de nível médio.

3.9.2 Realizações durante o PEE I

O lançamento do PEE I coincidiu com o início do Programa de Educação Inclusiva.

As realizações chave durante o PEE I incluem:

- Elaboração de um documento específico de política e estratégia para a Componente da Educação Inclusiva do Plano Estratégico de Educação (período 2004-2008).
- Melhoramento na coordenação das actividades e apoio às crianças com necessidades especiais em geral, através de reuniões regulares;
- Promoção da integração das crianças com necessidades especiais no Sistema de Educação regular. Em 2005 momento mais de 31.000 crianças e jovens com necessidades educativas especiais foram e estão a ser apoiados. A maioria foi integrada nas escolas regulares. Outras 418 crianças que exigem uma atenção mais especializada, estão sendo escolarizadas em 4 escolas especiais;
- Formação em serviço de técnicos provinciais e distritais, directores de escola e professores. Mais de 3.000 professores, 275 técnicos da província e do

distrito, 45 pessoal do MEC central, 1781 directores de escolas inclusivas, 322 coordenadores de agrupamentos de escolas, 18 activistas surdos, 22 professores para escolas especiais para crianças surdas e 20 professores de escolas secundárias participaram em cursos de formação.

- Desenvolvimento de um programa de formação para professores das escolas secundárias com contractos temporários e que não tem formação profissional.
- Introdução de conteúdo específico sobre necessidades da educação especial no currículo para formação acelerada de professores secundários.
- Clarificação e regulação da tutela e papel das Escolas Especiais através da elaboração de um Diploma Ministerial relativo a escolas especiais. Este Diploma Ministerial define também o papel e responsabilidades dos dois ministérios chave no que concerne à educação especial, nomeadamente o Ministério da Mulher e Acção Social e o Ministério da Educação e Cultura.

Sumário dos dados de base

- A educação especial que ao longo dos anos desenvolveu sistemas altamente especializados para a escolarização da pessoa portadora de deficiências segregadas de todos outros sistemas normais, está conhecendo nos dias de hoje mudanças substanciais dada a necessidade de se oferecer aos portadores de deficiências oportunidades de acesso e frequência escolar, através do estabelecimento de uma educação inclusiva;
- O MEC desenvolve uma política inclusiva, numa perspectiva transversal a todos os subsistemas de ensino para as crianças com necessidades educativas especiais, incluindo as portadoras de deficiências;
- As crianças com necessidades educativas especiais com o nível de afecção orgânica muito agudo são enquadradas em escolas do ensino regular com o atendimento especial e individualizado. As outras com o grau de afectação severo são atendidas em escolas especiais;
- O ambiente das escolas do ensino regular deve tornar-se mais acessível para as crianças com necessidades educativas especiais;
- O MEC para responder aos desafios da educação inclusiva está a capacitar técnicos a diferentes níveis, direcções de escolas, professores, pais, encarregados de educação de modo a prepará-los para as exigências do ensino para um grupo mais diverso de alunos, bem como desenvolvimento de estratégias e materiais apropriados para o uso nas salas de aulas do ensino inclusivo.

3.9.3 Estratégia

O PEE I lançou as bases tanto para a política como para a estratégia na área de Educação inclusiva. O PEEC enfrentará o desafio de consolidar e expandir este trabalho. Isto implica:

- Desenvolver com base na experiência existente e melhorá-la para que a Educação inclusiva se possa tornar numa realidade em todas as escolas e para que desse modo se assegure que todas as crianças com necessidades educativas especiais (NEEs) recebam atenção apropriada;
- Assegurar a sustentabilidade integrando de forma adequada as estratégias e abordagens da educação inclusiva na formação inicial e em serviço de todos os professores;
- Fornecer aos professores, técnicos provinciais e distritais acesso a recursos sobre a educação inclusiva através do estabelecimento de três centros de recursos que irão cobrir o norte (Nampula), centro (Tete) e sul (Gaza) do país;
- Continuar a desenvolver estratégias apropriadas e materiais específicos para utilização em ambientes de salas de aulas inclusivas;
- Apoiar o desenvolvimento de uma metodologia para identificação e criação de um banco de dados das crianças em idade escolar com necessidades educativas especiais por organizações que trabalhem no terreno;
- Melhorar a articulação com os pais e as comunidades, para que a abordagem da educação inclusiva possa ser alargada às comunidades e não limitada apenas ao ambiente da sala de aulas.

O orçamento do MEC continuará a apoiar o programa de educação especial aos níveis actuais de financiamento, espera-se que o apoio externo efectue um avanço em direcção aos objectivos chave estratégicos delineados no quadro abaixo. Muitas das actividades serão integradas em outras componentes em particular na formação de professores.

3.9.4 Educação Especial: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de Políticas e reformas
Integrar estratégias de educação inclusiva nos programas de formação inicial e em serviço de professores	Integrados planos de estudos na formação de professores, educadores Aplicadas estratégias de formação inicial em serviço e à distância	Número de crianças, jovens e adultos apoiadas em programas de educação inclusiva Número de instituições especializadas; Novos professores formados para atender crianças com NEE	A educação inclusiva é a principal estratégia para a educação geral
Apoiar o professor na implementação de estratégias inclusivas	Criados três centros de recursos Desenvolvida a metodologia, métodos e materiais específicos, para facilitação da aprendizagem de crianças, jovens e adultos com NEEs	Zona Norte – Nampula Zona Centro – Tete Zona Sul – Gaza Até 2010/11 Construídos e equipados os três centros de recursos	

3.10 Integração do Género

3.10.1 Situação actual

O Programa Quinquenal do Governo chama a atenção para a observância de questões do género na planificação de actividades em todos os sectores. As várias iniciativas de que o governo de Moçambique é signatário, tais como a Plataforma de Beijing, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação, bem como os programas específicos que foram criados são um testemunho do compromisso do governo de tratar da questão da equidade do género. Moçambique trata também das questões de género através da Política do Género recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros, bem como do Plano Nacional para o Avanço da Mulher (2001), que fornece um quadro de prioridades, estratégias e metas do país em geral e em que a educação desempenha um papel chave.

O Ministério da Educação e Cultura tem-se centrado principalmente na correcção das assimetrias em termos de acesso à educação. Isto teve um sucesso particular nas primeiras cinco classes do ensino primário onde a percentagem de raparigas aumentou de 43% em 1999 para 46% em 2005. Uma outra área de atenção foi o recrutamento de professoras. Embora a percentagem geral de professoras permaneça baixa (32% do total dos professores do Ep1 com discrepâncias entre as regiões e entre as áreas rurais e urbanas), passos dados recentemente levaram ao aumento da admissão de professoras como formandas.

Contudo, a paridade de género no acesso ainda está longe de ser alcançada nos níveis superiores de educação, onde a percentagem de admissão ainda é baixa. Para além disso, sérias diferenças regionais e geográficas existem entre as províncias e dentro das províncias, e entre os distritos. Em média, as taxas brutas e líquidas de escolarização são mais baixas nas províncias do norte (especialmente para raparigas). Em 2003, o fosso do género era maior do que 10% em mais de um terço dos distritos,

Um outro problema é o das ainda baixas taxas (brutas) de conclusão. Em 2005, a taxa bruta de conclusão no EP1 para as raparigas relativamente aos rapazes foi 16,9 pontos percentuais mais baixa (49,4% comparado a 66,4%). No EP2 o diferencial foi 13,7% (46,0% para rapazes contra 32,4% para raparigas). Entre e dentro das províncias há diferenças marcantes: por exemplo, a taxa bruta de conclusão no EP1 para raparigas na cidade de Maputo foi de 131,5% em 2005, comparado a apenas 27,6% na província central da Zambézia. No EP2 mais ou menos na idade em que as raparigas atingem a puberdade, o factor idade torna-se cada vez mais importante. Raparigas de 12 a 14 anos tinham 2,5% pontos mais altos, na taxa de desistência, do que os rapazes em 2003, na altura em que elas atingem os 15 anos e mais este fosso aumenta até 11 pontos percentuais.

Em 2005 a taxa de escolarização aos 6 anos era de 58,2% para as meninas, correspondendo a um índice de paridade de 1,03. Em 1999 esta taxa era de apenas 24,1% para as meninas e de 25,7% para os rapazes

3.10.2 Realizações durante o PEE I

Progressos significativos foram conseguidos ao nível das questões de género durante a implementação do PEE I:

- O número de raparigas ingressando e frequentando os vários níveis de ensino, em particular o ensino primário, aumentou de forma significativa. O fosso do género (índice de paridade de género) diminuiu de forma substancial em praticamente todos os indicadores de acesso, de frequência e de conclusão;
- Aumentou de forma significativa o número de professores no ensino primário (no EP1, 24,9% em 1999 e 31,3% em 2005; no EP2 18,9% em 1999 e 23,3% em 2005);
- Aumentou também o ingresso de formandas nos cursos de formação de professores, principalmente nos CFPPs mas também nos IMAPs;

- Implementação do novo currículo com um melhor enfoque no género;
- Elaboração de novos livros escolares com mais integração de modelos mulheres;
- Criação de unidades de género a nível central e provincial, embora estes ainda precisem de ser reforçados na medida em que lhes falta um mandato claro;
- Preparação do “FTI” que inclui estratégias para tratar das questões de género.

Sumário dos dados de base

- A admissão de raparigas no Ensino Primário e nos cursos de formação de professores melhorou;
- Das raparigas apenas 50% concluem o EP1 e 27% o EP2, comparado a 66% e 40% dos rapazes;
- Há pouco modelos de mulheres nas áreas rurais, poucas mulheres nos institutos de formação de professores (9% em 2000) e poucas mulheres a nível da administração na educação (6% em 2002);
- As raparigas são desproporcionalmente afectadas pelo HIV/SIDA (taxas mais altas de prevalência e as raparigas são as primeiras a sair da escola quando há um caso de HIV/SIDA);
- Grandes assimetrias regionais e geográficas no acesso e conclusão pelas raparigas na educação;
- Espera-se que a qualidade e relevância da educação para as raparigas melhore com a introdução do novo currículo, mas não existem sistemas de monitoria.
- Escolas e internatos seguros constituem um problema, particularmente para as raparigas, e os casos de abuso sexual precisam de ser tratados mais sistematicamente e de forma vigorosa;
- Capacidade para acções concertadas e inovadoras no tratamento das questões de género precisam de ser reforçadas a todos os níveis do sistema. O mandato das unidades de género não está claro.

3.10.3 Estratégia

Terminar com o fosso do género no EP1 até 2009 e EP2 até 2015 é um objectivo central da estratégia do PEEC. Isto irá exigir que se melhore a qualidade e relevância da educação para alunos, homens e mulheres, e que se trate das questões acima identificadas. O PEEC procurará assegurar o progresso nas seguintes áreas:

- Melhorar a acessibilidade e segurança das escolas, incluindo acções concertadas para terminar com o problema do abuso sexual nas escolas;
- Promover escolas primárias completas (da 1ª à 7ª classe);
- Expandir acesso a todos níveis de ensino reduzindo as distâncias casa-escola-casa

- Melhorar as condições vida nos actuais centros internatos assegurando padrões de segurança e alimentação aceitáveis para todos os alunos;
- Identificar e implementar estratégias para tratar de outros custos directos e indirectos de se enviar as raparigas para a escola;
- Encorajar, através de incentivos, a matrícula de todos os alunos/crianças com idade prevista na lei para o ingresso no EP1;
- Melhorar a planificação e identificar estratégias para tratar das assimetrias regionais de género;
- Conduzir pesquisa e implementar projectos piloto em áreas chave, tais como programas de alimentos nas escolas e outros programas de incentivos, para avaliar o impacto e a sustentabilidade a médio e longo prazo;
- Encorajar o recrutamento de raparigas para se formarem como professoras;
- Estabelecer mecanismos de apoio às professoras nas áreas rurais;
- Encorajar as mulheres a candidatarem-se a postos administrativos e de gestão;
- Assegurar sistemas efectivos de monitoria para medir o impacto de iniciativas específicas;
- Criar estratégias específicas para atender às diferenças geográficas e regionais e às questões de qualidade;
- Incluir no currículo de Formação de Professores temas tais como género, saúde sexual e reprodutiva e HIV/SIDA para melhorar a qualidade de ensino e a sua sensibilidade ao género.

A implementação da estratégia do género deve ser um esforço conjunto de todas as direcções do MEC; elementos relacionados com o género foram incluídos em todas as componentes da estratégia do PEEC. As actividades que a seguir se propõem irão apoiar e complementar estas.

3.10.4 Género: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e de reformas
Reforçar a capacidade institucional	Os membros do concelho da escola estejam conscientes das questões do género na educação	Todos os concelhos das escolas tenham sido formados e recebido materiais sobre questões de género	Implementar a Política e Estratégia do Género Política de comunicação estabelecida e implementada Elaboração de módulos de
	Institucionalizadas as unidades de género e pontos focais no Sector da Educação.	Criadas as unidades de género e pontos focais a todos os níveis	

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e de reformas
	Formado o pessoal das unidades de género a todos os níveis em análise e planificação com sensibilidade ao género.	O pessoal das Unidades de Género tenha se beneficiado de acções de formação e de capacitação	capacitação em Género para os CE; Estratégias específicas para atender as diferenças regionais estabelecidas a nível local
	A planificação e a gestão de recursos humanos tenham em conta o equilíbrio do género em todas as variáveis	Observado o equilíbrio do género na planificação e gestão de recursos humanos	
	As unidades de género apoiem políticas sensíveis ao género em todas as direcções.	Todas as direcções sensíveis às políticas de género	
	Acesso significativo para as mulheres e sua plena participação nas estruturas de tomada de decisões	50% de assentos nas estruturas de tomada de decisões para as mulheres	
	Levantadas as necessidades de formação em matéria do género no MEC	Fazer uma auditoria do Género para definir as necessidades de formação em Género para todo o MEC.	
Promover o acesso Equitativo do género	A construção de Escola seja sensível ao género, sanitários para meninas e com acesso a água	% de novas escola construídas e reabilitadas tendo em conta as questões do Género	Ver componente 1
	Componente género integrada nos currículos e materiais de ensino a todos os níveis e modalidades de ensino	100%	O processo de elaboração de currículos observe as questões do Género

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e de reformas
	Reduzir a admissão tardia de alunas no EP1	Aumento da % de raparigas a serem matriculadas na idade prevista de ingresso	Ver componente 1
	Aumentar a rede de escolas completas do EP1	% de escolas do EP1 a oferecerem curso completo	Ver componente 1
	Monitorar as assimetrias regionais e estabelecer soluções locais para situações específicas	Aumento do índice de paridade de género nos distritos onde as raparigas estão em maior desvantagem	(mapear e monitorar os distritos com maior fosso do Género)
	Mais raparigas matriculadas em todos os níveis de ensino.	% de raparigas no EP, ES1, ES2 e no ETP	
	Mais mulheres matriculadas no ensino superior	Aumento em 35% da presença feminina no ensino superior	
	Implantado um sistema de isenção de propinas no ESG em particular para as raparigas (desfavorecidas) residentes em zonas rurais	50%	
	Criados incentivos para aumentar a presença de professoras nas zonas rurais	Atribuídos kits, meios de transporte e construídas casa para as professoras em 60%	Através de parcerias
	Directores, Conselhos de Escola e professores incentivados a serem mais proactivos no acompanhamento e retenção das raparigas	100% de directores, Conselhos de escola e professores e escolas sensibilizados Os modelos de formação de professores sensíveis género	ZIPs

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e de reformas
	Atribuídas bolsas de estudo para as melhores alunas que ingressem nas Instituições de Formação de Professores no Centro e Norte do País.	100%	Através de parcerias

3.11 Desporto Escolar

3.11.1 Situação actual

O desenvolvimento de capacidades psicomotoras é de importância vital para o processo de aprendizagem em geral, um facto que é claramente reconhecido pelo novo currículo. Contudo, limitações de âmbito financeiro e de capacidade mutilam seriamente esta visão projectada. O enfoque no PEEC será o de gradualmente reforçar uma série de aspectos chave que podem contribuir para a criação de condições para se colocar um cada vez maior ênfase no desporto escolar.

3.11.2 Realizações durante o PEE I

Algum progresso foi registado a nível de escolas individuais no desenvolvimento da experiência com formação e através de investimentos limitados na infra-estrutura desportiva. Para além disso, o currículo de desporto das escolas foi profundamente revisto no processo de revisão curricular. Finalmente foi dado início ao desenvolvimento de um documento de política sobre o desporto escolar. Este documento está actualmente a ser discutido no Ministério da Educação. Foram mobilizadas contribuições do sector privado para apoio a competições entre escolas.

Sumário dos dados de base

- Degradação e falta de equipamento nas infra-estruturas escolares;
- Muitas escolas construídas sem infra-estruturas escolares;
- Falta de professores de educação física e desporto;
- Poucos técnicos e árbitros disponíveis para as competições escolares;
- Fraca implementação do movimento associativo do desporto escolar no país;
- Falta de promoção e valorização dos jogos tradicionais nas escolas;
- Falta de critérios e de acções sistemáticas para promover talentos desportivos.

3.11.3 Estratégia

Encorajar a participação das raparigas e rapazes no desporto e a utilização de eventos desportivos como um meio para reforçar a consciencialização sobre o HIV/SIDA e para ajudar os jovens a tomarem decisões acertadas na vida, serão elementos chave deste processo. Por isso, o Ministério da Educação procura implementar estratégias que irão:

- Encorajar a formação de jovens moçambicanos como professores de desporto
- Assegurar que a formação de professores tenha em conta a formação na área de educação física e desporto escolar;
- Assegurar que as escolas e os professores são capazes de identificar e implementar actividades desportivas de baixo custo que encorajem a participação de rapazes e raparigas;
- Encorajar as associações desportivas a envolverem-se activamente em programas no ensino primário e secundário;
- Aumentar o envolvimento da comunidade e do sector privado nas actividades desportivas.
- Estabelecer competições desportivas inter-escolares regulares ao longo de todo o ano.

Dada a pressão de outras prioridades no desenvolvimento da educação, os recursos do governo para a educação física deverão manter-se estacionários nos 0,4% do orçamento da educação, embora o esperado aumento do orçamento permita que o MEC inicie actividades prioritárias e procure o apoio do sector privado para outras.

3.11.4 Desporto escolar: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores/metast de desempenho (2010/11)	Pressupostos de Políticas e reformas
Melhorar as infra estruturas desportivas e fornecer material desportivo	Novas escolas com instalações para a prática de educação física e desporto	Recuperadas e/ou ampliadas 14 infra-estruturas desportivas escolares em todo o país	Parceria com a sociedade civil e o sector privado
	As instalações desportivas existentes melhoradas, material desportivo disponibilizado	Apetrechadas as infra-estruturas reabilitadas; equipamento desportivo distribuído	

Objectivos	Resultados	Indicadores/met de desempenho (2010/11)	Pressupostos de Políticas e reformas
Melhorar a formação em desporto	Plano para a formação de professores desenvolvido	Todos os professores do EP são formados com a componente de educação física e desporto escolar Formação de professores de Educação física para o ETP, ES e Ensino Superior.	Formação de professores incorpora a área da educação física e desporto escolar
Reforçar a capacidade para gerir o Desporto Escolar e a Educação Física	Associações desportivas e competições para rapazes, raparigas e crianças portadoras de deficiência	Promovida a prática do desporto pela rapariga e pelos alunos portadores de deficiência	
	Definição e implementação de um quadro competitivo regular e sistemático	Definido e implementado um quadro nacional de competições desportivas escolares regulares, sistemáticas e integrado	
Definir o tipo de material e equipamento desportivo obrigatório para as escolas	Definição do tipo de material a adquirir por níveis de ensino	Normas elaboradas e implementadas	Normação da área da educação física e desporto escolar
Promover a pesquisa e valorização de talentos	Promovida a pesquisa e valorização de talentos	Talentos desportivos promovidos e valorizados através de concessão de bolsas de estudo e desportivas a nível local, provincial, nacional e no estrangeiro	

Objectivos	Resultados	Indicadores/metasp de desempenho (2010/11)	Pressupostos de Políticas e reformas
Promover a valorização de jogos tradicionais	Promovida a pesquisa e valorização de jogos tradicionais	Jogos tradicionais promovidos e valorizados a nível das escolas com particular incidência nas escolas primárias.	

3.12 Saúde Escolar

3.12.1 Situação Actual

Os problemas de saúde das crianças, em idade escolar, têm levantado uma crescente preocupação pelo impacto que provocam no desenvolvimento, estabilidade e no futuro do país.

Nem todas as escolas e centros internatos têm sistemas de saneamento eficientes, originando vários problemas de saúde nas crianças.

Continua a falta de professores treinados em matéria da saúde, sobretudo nos aspectos relacionados com o controle de Saúde Auditiva, Visual, Oral e Mental, incluindo saneamento do meio. Por outro lado, não estão ainda criadas as condições nas escolas para colocação dos Kits dos primeiros socorros.

3.12.2 Realizações durante PEE I

O Ministério da Educação e Cultura reconhece terem havido progressos significativos no âmbito do cumprimento do PEE I que serviu de modelo para dar os primeiros passos na criação de condições básicas visando a promoção de actividades tendentes a educação para a saúde, controle de saúde, primeiros socorros, e prevenção das doenças infecto-contagiosas nas escolas e manutenção de estilos de vida saudáveis.

- Reactivação do grupo técnico do programa de saúde escolar;
- Elaboração dos instrumentos normativos do programa de Saúde Escolar;
- Capacitação de 245 professores em 7 províncias em matérias de Saúde Escolar;
- Realização de acções de desparasitação de alunos do EP1 e EP2 nas províncias de Gaza, Inhambane e Sofala;
- Reforço de mecanismos de coordenação entre a Educação e Cultura e a Saúde.

3.12.3 Estratégia

A implementação dum programa de saúde escolar bem sucedido depende do compromisso de todos os intervenientes a todos os níveis e de estratégias de intervenção. Neste sentido dever-se-á observar os seguintes aspectos:

- Implementar a parceria MEC/MISAU em relação à saúde escolar
- Adoptar políticas de saúde escolar que privilegiam a responsabilização individual e colectiva dos intervenientes;
- Criar um ambiente escolar que proteja a saúde dos alunos;
- Estimular as acções comunitárias de apoio ao processo da promoção de saúde escolar e ligação entre a escola e outras instituições;
- Promover e melhorar os serviços de saúde escolar tendo como orientação o pacote básico de saúde escolar: vacinação antitetânica, exames médicas, saúde oral, ocular, mental;
- Melhorar o saneamento do meio escolar (sanitários, fornecimento de água potável);
- Capacitar, os professores em matérias relacionadas com a Saúde escolar com o envolvimento do MISAU;
- Formar professores em matéria de saúde escolar incluindo o manejo de kits de primeiros socorros;
- Introduzir conteúdos de saúde escolar nos curriculum de formação de professores;
- Criar condições para a realização de acções de desparasitação em todas as províncias (EPI e EP2);
- Garantir a promoção e divulgação das mensagens educativas de saúde, viradas essencialmente para a prevenção de doenças endémicas e outras;
- Adoptar horários que tenham em atenção a saúde das crianças, sobretudo no EPI (1ª e 2ª classes).

3.12.4 Saúde Escolar : Quadro de acções e reformas políticas

Objectivo	Resultados	Indicadores/meta s de desempenho (2010/11)	Pressupostos de Políticas e reformas
Participar na Expansão e melhoramento dos serviços de saúde escolar tendo como o instrumento o pacote básico de saúde escolar.	Expandido e implementado o pacote básico nas EPI e EP2	100 % das escolas a implementar o pacote básico	

Objectivo	Resultados	Indicadores/meta s de desempenho (2010/11)	Pressupostos de Políticas e reformas
Melhorar o saneamento do meio escolar	Mapeamento da situação de saneamento nas escolas	Mapeamento realizado, situação identificada, plano de construção de sanitários e poços estabelecido	
	Construir sanitários e aterros	100% das escolas da escala nacional	
	Garantir a fornecimento de água potável	65% das escolas da escala nacional	
Formar professores em matéria de saúde escolar incluindo o manejo do kit de primeiros socorros	Capacitados professores em exercício matéria de saúde escolar	85% dos professores do país	Matérias de saúde escolar introduzidas no currículo da formação de professores
	Capacitados professores de formação inicial matéria de saúde escolar	100% dos professores de formação inicial	

3.13 Produção e Alimentação Escolar

3.13.1 Situação Actual

A Produção Escolar é uma actividade curricular cuja finalidade é a formação integral do aluno, ligando a teoria à prática e o estudo à produção.

A produção escolar inspira-se na experiência da escola durante a luta heróica de libertação nacional e fundamenta a filosofia do nosso Sistema Nacional de Educação.

Nos anos que se seguiram à introdução do SNE em 1983, a produção escolar era praticada de forma extensiva em quase todas as escolas e níveis dos subsistemas de ensino, visando a satisfação dos objectivos pedagógicos. Contudo, somente nos Centros Internatos e Lares a produção escolar conjugava o objectivo pedagógico à melhoria da dieta alimentar dos alunos e reforço das suas verbas de funcionamento.

A capacitação dos professores nesta componente curricular constitui um dos desafios do Sector da educação dada a relevância do papel que estes desempenham como facilitadores das aprendizagens dos alunos.

A organização dos alunos para as actividades produtivas nas escolas requer a planificação dos espaços nos horários escolares bem como nos programas de ensino para permitir que o conhecimento teórico seja conjugado ao saber fazer, saber ser e saber estar – condição essencial para o desenvolvimento de competências profissionais e para a promoção da realização pessoal. Por outro lado, muitos alunos que concluem o ensino primário sem possibilidade de continuarem com os seus estudos, não possuem preparação profissional nem habilidades necessárias que facilitem a sua adaptação e/ou integração no mercado de emprego ou mesmo para tomarem iniciativas de auto-emprego.

O apoio alimentar que tem vindo a ser dado às escolas e lares e internatos desde 1975, enquadrado no programa de desenvolvimento e de emergência, poderá sofrer transformações. Neste contexto as escolas e centros internatos deverão ser capacitadas para promoverem a produção escolar com vista a resolver a situação da falta de alimentos e de desnutrição das crianças.

Durante o conflito armado, grande parte das infraestruturas de produção agro-pecuárias e oficiais escolares foram danificados e, consequentemente, agravada a necessidade de investimento para a produção escolar, provocando, deste modo, um défice considerável em meios necessários para assegurar o desenvolvimento curricular nas escolas.

Por outro lado, parte considerável dos técnicos especializados nas diferentes áreas produtivas que coordenavam a produção nas escolas abandonaram, deixando os professores sem os seus colaboradores directos na implementação do programa de produção escolar.

Os parceiros de cooperação que, encorajados com os progressos que a produção escolar ia conseguindo desde 1983, apoiando consideravelmente a aquisição de meios/equipamento de produção para as escolas, reduziram substancialmente os seus apoios, enfraquecendo a dinâmica da construção de um sistema de produção escolar eficaz e sustentável.

3.13.2 Realizações durante o PEE I

Durante o período de vigência do PEEI, a produção escolar não foi contemplada em termos de realização de acções devidamente planificadas e coordenadas. Contudo, a produção escolar neste período foi praticada de forma dispersa e dependia da sensibilidade e consciência de cada escola, centro ou lar e de acordo com os recursos disponíveis localmente. Em muitos casos, estas iniciativas contavam com o apoio dos parceiros de cooperação.

De entre as várias realizações deste período, destacam-se as seguintes:

- O plantio de árvores de fruta, com destaque para o plantio de cajueiros em algumas províncias do país.

- A implementação do Projecto de Horta Orgânica nos Centros de Alfabetização e Educação de Adultos da província de Inhambane.
- Aprendizagem de técnicas para o desenvolvimento de pequenos negócios na província de Manica.
- Aprendizagem de técnicas de produção de material de construção de baixo custo.
- A implementação do Projecto de Horta Escolar nas províncias de Gaza, Inhambane e Tete.
- A implementação do Projecto Celeiro da Vida na província de Manica.
- Para além destas iniciativas, algumas escolas, centros internatos e lares desenvolveram a produção escolar de forma variada e diversificada, sendo a produção mais dominante a agro-pecuária visando objectivos pedagógicos e para a melhoria da dieta alimentar dos alunos, embora insuficiente em termos quantitativos.

Sumário dos dados de base

- Inexistência de um mecanismo de articulação entre as diversas áreas de gestão do Sistema sobre produção escolar.
- Falta de preparação dos professores de todos os níveis e subsistemas de ensino para ministrarem os programas de forma profissionalizante;
- A prática de produção escolar não se adapta ao calendário escolar vigente e não estão definidos os mecanismos de participação dos alunos e dos professores nas actividades produtivas;
- Fraca capacidade de intervenção aos níveis provincial e distrital para o acompanhamento e supervisão do trabalho produtivo que se desenvolve nas escolas;
- Dificuldades das escolas na aquisição de meios/instrumentos de produção;
- Inexistência de técnicos de produção nas instituições de ensino e nos órgãos de gestão do SNE.
- Inexistência da consciência no seio de alguns gestores do SNE e de alunos sobre a importância do seu papel na criação da riqueza nacional.

3.13.3 Estratégia

- Estabelecimento parcerias com outros Ministérios (MAG, MTC) e o sector privado para incentivar a produção escolar;
- Adaptação do calendário escolar para acomodar a produção escolar e regulamentação da participação dos alunos e professores nas actividades de produção escolar;
- Formação dos directores de escolas em matérias de gestão de programas de produção escolar;

- Capacitação dos professores em técnicas simples de produção para sua réplica nas escolas;
- Sensibilização a comunidade escolar para a necessidade da produção;
- Aquisição de equipamento e material necessário para a produção escolar nas escolas;
- Avaliação do estado das infraestruturas de produção escolar danificadas e/ou obsoletas existentes em todas as escolas, centros internatos e lares e elaborar os respectivos projectos de reabilitação e/ou construção.
- Identificação dos aspectos chave dos currícula e dos programas de ensino que limitam o envolvimento dos alunos e dos professores e traçar as devidas medidas correctivas.
- Identificação das áreas relevantes da produção escolar que devem merecer atenção especial no relançamento da produção escolar.
- Criação de capacidade para a substituição gradual do apoio alimentar do PMA nas escolas.
- Promoção do desenvolvimento da piscicultura, apicultura e do artesanato nas escolas.
- Divulgação de técnicas para maximizar a produção de culturas e criação de animais com base nas potencialidades locais em zonas/escolas propensas a seca prolongada e a erosão, em coordenação com os Ministérios da Agricultura e de Coordenação da Acção Ambiental.

3.13.4 Produção e Alimentação Escolar: Quadro para Acção e reformas de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores/metast de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Estabelecer parcerias com os Ministérios relevantes para o relançamento da produção escolar	Parcerias estabelecidas	Memorandos assinados e implementados	

Objectivos	Resultados	Indicadores/metasp de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Identificar os aspectos chave dos currícula e dos programas que limitam o envolvimento dos alunos e dos professores na produção escolar e traçar as devidas medidas correctivas	Elaboração do Regulamento de produção escolar para todos os níveis e subsistemas de ensino.	Regulamento de produção escolar elaborado.	Fortificada a coordenação e articulação entre a DIPE e os Subsistemas de Ensino Assegurada a operacionalização do currículo profissionalizante
Construir/reabilitar infraestruturas de produção escolar danificadas ou em falta nas escolas.	Construídas/reabilitadas infraestruturas de produção escolar danificadas ou em falta nas escolas.	50% das infraestruturas de produção escolar construídas/reabilitadas nas escolas, internatos e lares.	Criada capacidade para a substituição gradual do apoio alimentar às escolas, internatos e lares.
Fortificar relações de cooperação entre a Educação e Parceiros no âmbito da produção escolar.	Desenvolvimento de relações com parceiros locais e internacionais.	Relações de parceria fortificadas com todos os parceiros locais e internacionais.	
Coordenar as iniciativas no âmbito da produção escolar.	Coordenadas as iniciativas no âmbito da produção escolar.	Todas as iniciativas no âmbito da produção escolar coordenadas.	Todos os projectos e programas no âmbito da produção escolar funcionam dentro dos mesmos parâmetros e objectivos do SNE.
Criar condições para o desenvolvimento de outras áreas de produção escolar.	Desenvolvidas áreas de piscicultura, apicultura, artesanato, produção oficial e gestão de pequenos negócios.	Condições para o desenvolvimento de outras áreas de produção escolar criadas.	

Objectivos	Resultados	Indicadores/metasp de desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Promover a aplicação de técnicas para a produção agro-pecuária.	Aplicação de técnicas específicas p/ maximizar a produção agro-pecuária em zonas e escolas propensas à seca e à erosão.	Técnicas de produção agro-pecuária específicas aplicadas em todas as zonas/escolas propensas a seca e a erosão.	

3.14 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

3.14.1 Situação Actual

As TICs desempenham um importante papel de apoio ao sector da Educação, particularmente no reforço dos processos de gestão. A contribuição mais importante é o ambiente de rede para a planificação e gestão da Educação a nível central, que está gradualmente a ser estendido para os gabinetes provinciais. O MEC tem ao seu dispor recursos tecnológicos eficientes e seguros, bem como capacidade em recursos humanos para planear e monitorar as actividades na Educação. Até agora, apenas houve um uso limitado das TIC como um instrumento para complementar e reforçar os processos de aprendizagem em institutos de formação de professores seleccionados, e em algumas escolas secundárias. O governo reconhece que as TIC podem ser um instrumento poderoso para o desenvolvimento da educação, e o aumento da utilização das TIC nas salas de aulas permanece como uma meta a longo prazo. O governo definiu uma política de tecnologias de informação na qual se compromete a investir nas TIC também a nível das escolas. Para a formação de professores, graduados do ES1 e ES2 a aquisição de conhecimentos básicos de computadores é um importante elemento para a sua preparação para o mundo de trabalho.

3.14.2 Realizações durante o PEE I

Embora as TIC não sejam mencionadas como uma área particular de atenção no documento de políticas do PEE I, têm vindo há uns anos a desempenhar um papel importante, principalmente no reforço da gestão e na administração de finanças no MEC. As realizações chave durante o PEE I nesta área incluem:

- Participação na elaboração de uma estratégia nacional de TIC;
- Melhoria e extensão da rede TIC a nível central, nas províncias e distritos para fins de contabilidade, gestão financeira e planificação;
- Formação em serviço de pessoal chave nestas áreas;

- Criação de centros de recursos para professores, formandos e instrutores em institutos seleccionados de formação de professores e num número pequeno de escolas secundárias.

Sumário dos dados de base

- MEC, nível central bem equipado e em rede para a partilha de ficheiros, internet e e-mail;
- Entidades subordinadas e algumas DPE estão em rede, mas muitas não estão ligadas ao gabinete central;
- Existem laboratórios de computadores em 40 escolas;
- Software de estatísticas da Educação desenvolvido e implementado em algumas DPE;
- Software da Carta Escolar implementado apenas em duas províncias;
- Algumas escolas na cidade de Maputo já têm conectividade à internet;
- Há falta de penetração do Sistema de Informação de Gestão da Educação em vários níveis, por ex. SISTAFE, Sistema de Gestão dos Recursos Humanos e bens. Não há utilização nas escolas de sistemas computadorizados de registos dos alunos;
- Pouco conteúdo de educação numa Plataforma TIC;
- Falta de recursos humanos em campos das TIC: para dar formação em TIC, formação numa fase inicial e ensino com base em TIC numa segunda fase.

3.14.3 Estratégia

O principal desafio para os próximos cinco anos será o de se aumentar o uso efectivo de TIC como um instrumento para se alcançarem as principais metas do PEEC, em áreas onde está claro que o investimento justifica o retorno esperado e não agrava as desigualdades existentes. O PEEC, dessa forma, fornecerá um quadro para o uso contínuo das TIC como um instrumento para melhorar a gestão e a administração. Para além disso, haverá uma limitada exposição dos professores e outros a estas tecnologias como um meio para complementar o seu desempenho (por exemplo no contexto de programas de ensino à distância). As seguintes áreas de actividade serão centrais para o PEEC:

- Formar os professores e pessoal administrativo nas escolas e distritos em informática;
- Apetrechar os distritos e escolas com equipamento informático para a formação dos alunos e para a gestão escolar, e para a administração do sistema;
- Preparar/implementar um plano director de utilização de TIC na Educação;

- Continuar a colocar e a melhorar o uso de software de Educação para a gestão, carta escolar, planificação e projecções da Educação e para a gestão financeira, administração e gestão dos recursos humanos;
- Continuar a reforçar a capacidade de recursos humanos no uso e manutenção de TIC a nível central, provincial e distrital;
- Usar de forma selectiva as TIC para apoiar processos de aprendizagem nos institutos de formação de professores e no Ensino Secundário.

3.14.4 TIC: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Incorporar o ensino de TICs no currículo	Instalados laboratórios informáticos em 200 escolas, incluindo CFPP, IMAP e ES1 e 2, ZIPs	Número de graduados com conhecimentos de informática	Currículos revistos
	Incluído nos currículos o ensino de TICs		
	Formados professores e técnicos		
Reforçar o apoio à gestão com base em TIC	Colocado nas DPECs Software para gestão, orçamentação e planificação	TIC usadas para a gestão da planificação e para a orçamentação a nível da DPE	Expansão da rede de TIC até ao nível da DPEC neste período de planificação e para DDEC seleccionadas
	MEC em rede com as entidades subordinadas e as DPEC		
	Portal da Educação implementado		
Desenvolver a capacidade em TIC	Criados centros de apoio e Capacitados professores do ESG	3 centros de apoio criados e N° de professores do ES treinados no uso do portal, 500 funcionários formados	Plano director de TICs guia o desenvolvimento
	Portal da Educação operacional		
	Apoio técnico disponível		
	Pessoal administrativo a usar TIC		

4. Implementação

4.1 Interdependência das Componentes

O PEEC, tal como apresentado no Capítulo 3, está organizado em doze componentes. Contudo, é importante que a estratégia seja abordada como um único plano coerente para o sector da Educação. As componentes individuais são instrumentos organizacionais para apoiarem na planificação e implementação, mas elas apenas contribuirão efectivamente para os resultados do PEEC quando forem complementadas pelas actividades nas outras componentes. De facto, a implementação bem sucedida do PEEC só será possível se se conseguir um forte trabalho de equipa entre todos os departamentos, direcções e níveis do sistema. A escola, a comunidade, o distrito, a província e os departamentos centrais do MEC, devem estar engajados numa tarefa e plano comuns. Por isso, a visão motriz deve ser a de contribuir para o sucesso da equipa, composta por todos os actores em todas as partes do Sistema de Educação.

As duas componentes da Educação Básica em conjunto com a ETP, o Ensino Secundário, a Formação de Professores e o Ensino Superior estão obviamente ligados e com exigências recíprocas do Sistema. As componentes do Género e de saúde escolar e do HIV/SIDA são descritas como transversais, uma vez que cada uma delas é apoiada por uma unidade designada no MEC, mas as componentes não serão implementadas por estas unidades. Deste modo, a responsabilidade pelo cumprimento das metas destas componentes é partilhada por todas as partes do Sistema de Educação. As duas últimas componentes, TICs e Capacidade Institucional têm inter-conexões claras. Na verdade, os problemas de capacidade foram identificados como o maior obstáculo à implementação com sucesso do PEE I. Estas duas componentes são instrumentos críticos para permitir o sucesso nas outras nove componentes. A sua implementação irá envolver e ter impacto em todas as partes do Sistema.

Todavia, não basta ter um plano bem equilibrado, sustentável e “financeiramente credível”. Em última análise, o sucesso do PEEC será determinado pela qualidade e eficiência da sua implementação. O desafio da implementação reflecte a ambição do PEEC, as complexidades do sector da Educação com os seus inúmeros e diversos pontos de prestação de serviços, e a multiplicidade de fontes de financiamento. A experiência mostra que vários elementos chave devem estar estabelecidos para se alcançarem as metas definidas no PEEC:

- Compromisso e liderança do Governo;
- Comunicação efectiva;
- Apoio externo coerente;
- Planificação e implementação descentralizada;
- Procedimentos de gestão financeira e “procurement” reforçados.

4.2 Compromisso e liderança do Governo.

Um progresso sustentado em direcção aos objectivos do PEEC está criticamente dependente da implementação de várias reformas de políticas, particularmente as que se relacionam com :

- Reestruturação da formação inicial e em serviço de professores, para reduzir a falta de docentes e assegurar que todos os alunos possam ser ensinados por um professor qualificado;
- Revisão dos currículos do Ensino Secundário e ETP, para melhor preparar os alunos para a vida de trabalho e para o prosseguimento dos estudos;
- Reorganização da ETP, como um sub-sector que responda à procura;
- Descentralização da responsabilidade e de recursos para as escolas, distritos e províncias, para reforçar a qualidade e eficiência na prestação de serviços;
- Adopção de um sistema de construção de salas de aulas baseado na comunidade;
- Sustentação das reformas do Ensino Superior, desenhadas para reforçar a qualidade e eficiência de um sub-sector cada vez mais diferenciado.

O Governo está fortemente comprometido em assegurar o envolvimento e apoiar todos os cidadãos ligados ao Sector da Educação. A preparação dos planos das componentes que sustentam o PEEC reflecte as contribuições de muitos parceiros e partes interessadas durante as muitas consultas que se realizaram nos últimos anos. Este processo de partilha de informação e consulta sobre o caminho a seguir, irá continuar durante a implementação.

O Governo reconhece e valoriza os importantes contributos dos parceiros de desenvolvimento para o PEE I. Espera que este apoio continue e seja aumentado para o PEEC. Mas, ao mesmo tempo, o governo assegurará que o apoio dos parceiros externos esteja alinhado com os objectivos do PEEC, que os arranjos de financiamento sejam coerentes e os procedimentos harmonizados.

4.3 Estratégia de Comunicação

O desenvolvimento de parcerias numa base ampla para a implementação e aumento da compreensão pública dos objectivos do PEEC e o apoio às reformas de políticas são elementos chave da estratégia de implementação do PEEC. Uma estratégia efectiva de comunicação necessita envolver os parceiros do sector num debate público para beneficiar da sua activa participação nos programas do PEEC. O MEC precisa de reforçar a sua capacidade para comunicar de forma efectiva os desafios que enfrenta, os planos para lidar com os mesmos, os resultados alcançados, assim como os obstáculos encontrados. É necessário permear o Sistema com esta capacidade de comunicação e diálogo com os parceiros. O MEC está determinado a desenvolver uma estratégia de comunicação que será implementada a todos os níveis e que incluirá:

- Explicitação das estratégias desenhadas para atingir o público de uma forma geral, envolvendo a imprensa escrita, bem como a rádio e televisão;
- Estabelecimento de um sistema transparente de administração de fundos a todos os níveis do sistema, incluindo a partilha de informação sobre a disponibilidade e afectação de fundos a níveis descentralizados;
- Lançamento de campanhas de informação centradas nas comunidades, implementadas em estreita colaboração com os oficiais dos distritos, para encorajar as comunidades a participarem na construção e administração das escolas através dos conselhos de escolas;
- Aumento da consciencialização sobre a importância de matricular as crianças nas escolas aos 6 anos de idade, incluindo as crianças portadoras de necessidades educativas especiais;
- Aumento do apoio do público e da compreensão sobre o papel das escolas na luta contra o HIV/SIDA, uso de drogas e abuso sexual.
- Fornecimento de informação específica sobre a lógica e o progresso da implementação de reformas chave de políticas, tais como a de formação de professores;
- O desenvolvimento de “web sites” para partilha, com todos os parceiros, de informação sobre o progresso da implementação;

4.4 Apoio externo coerente

Durante o PEE I, foi iniciada a abordagem do apoio sectorial à Educação. O objectivo central do processo de apoio sectorial é o desenvolvimento e implementação de um programa abrangente de desenvolvimento do sector, que seja sustentável e integrado pelos parceiros, bem como uma melhor coordenação dos doadores, através de reuniões conjuntas regulares e troca de informação. Foi criado um fundo sectorial financiamento das acções do sector (FASE) que se está transformando num mecanismo cada vez mais efectivo para a canalização do apoio externo ao sector da Educação. A preparação do PEEC envolveu uma reflexão considerável e um intenso diálogo do Governo e parceiros externos sobre questões centrais relacionadas com as políticas. Como resultado, os parceiros de cooperação, outras agências têm vindo a aderir ao sistema de financiamento ao Orçamento. Ainda se verificam casos de parceiros que continuam a usar modalidades de projecto, como um meio para apoiar o sector. Embora se reconheça que os projectos podem dar um contributo valioso - em circunstâncias específicas e para fins específicos - muitas vezes não reforçam os sistemas e pessoal do Governo. O mesmo acontece relativamente à assistência técnica externa, que muitas vezes assume responsabilidades do Governo, em vez de as reforçar.

Características da abordagem sectorial “SWAp”**Programa Abrangente de Desenvolvimento do Sector**

- Âmbito - todo o sector, cobrindo todos os programas e projectos
- Baseado nos objectivos das políticas para o sector e em estratégias para os alcançar a médio e longo prazo
- Um programa de intervenções específicas e planos de despesas no período mais próximo

Quadro de Despesas de Investimento

- Ligações com o quadro macro e a Estratégia de Redução da Pobreza para integração com o programa geral de despesas
- Tem um plano intra-sectorial de despesas derivado das prioridades do programa
- Apropriação pelo País
- O governo lidera, define as prioridades, coordena os doadores e consulta amplamente com os parceiros locais

Parceria com os Doadores

- Os doadores apoiam o país no seu papel, e alinham o seu apoio ao mesmo programa do governo

Harmonização do Doadores

- Os doadores adoptam estruturas comuns de implementação e gestão, de preferência as do governo

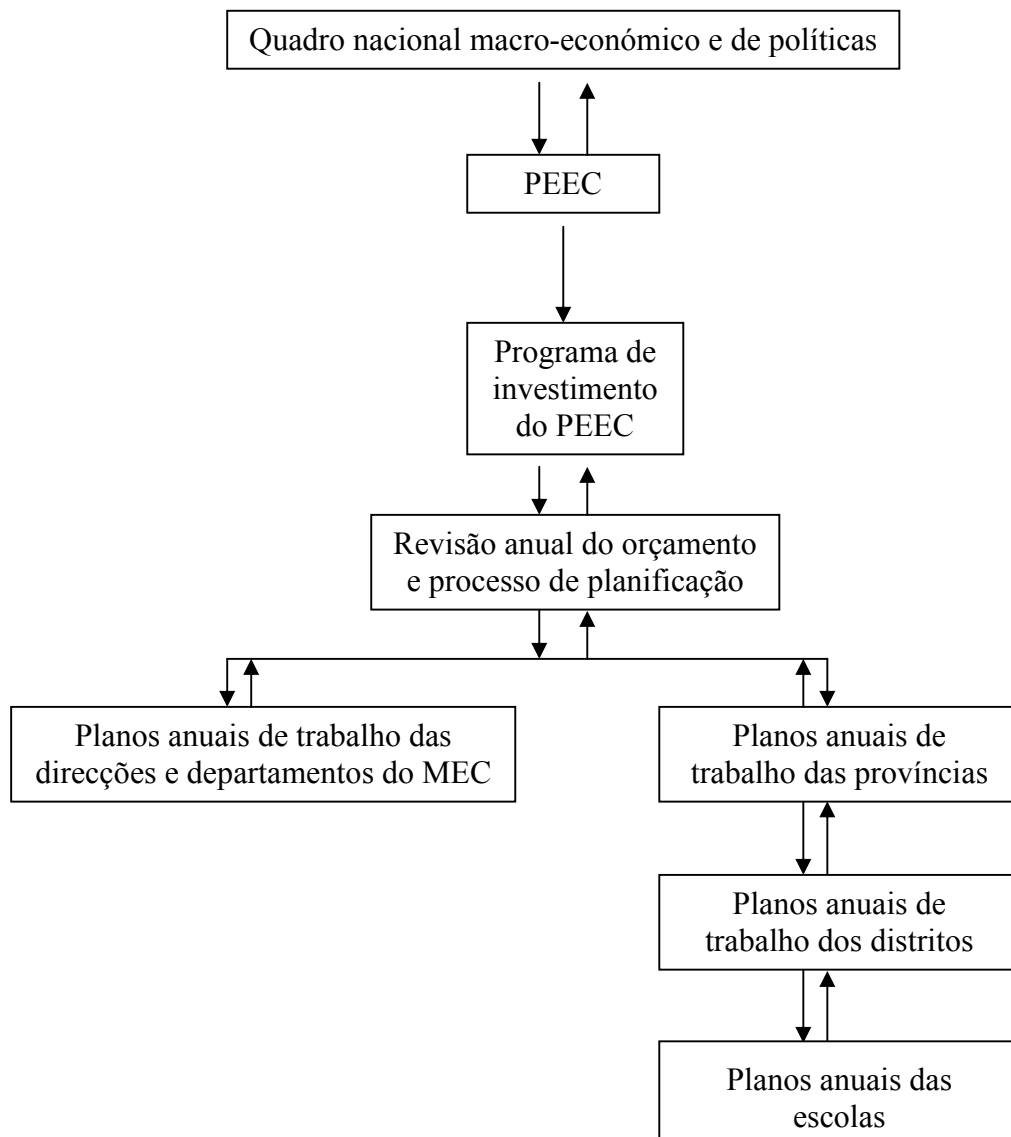
É intenção do Governo prosseguir e intensificar ainda mais os processos “SWAp”, durante a implementação do PEEC. Como passo seguinte do processo de planificação, serão desenvolvidos planos detalhados de investimento, de despesas e de implementação. O desafio é o de aumentar o número de parceiros que apoiam o “SWAp”, através de um arranjo de parceria mais intensivo, envolvendo apoio ao Orçamento Geral, ou através do FASE. Todos os parceiros são convidados a participar no processo “SWAp”, desde que o seu apoio seja consistente com os objectivos do PEEC, o programa nacional de políticas de reformas e as prioridades do programa de investimentos. Um memorando de entendimento especificará o compromisso do Governo e dos parceiros externos no “SWAp”.

Será também importante rever e reforçar a gestão da assistência técnica prestada pelos parceiros de desenvolvimento. O apoio externo, tanto em recursos financeiros como em assistência técnica, precisará de continuar a aumentar. Para além disso, para uma planificação efectiva, esta assistência terá de fluir de forma estável e previsível, através de procedimentos coordenados e harmonizados que minimizem os custos de transacção. O MEC e os seus parceiros externos estão comprometidos com este tipo de parceria, e o seu crescimento e reforço é um pressuposto chave. Por isso, o MEC pretende explorar com os seus parceiros externos a possibilidade de criar um fundo para a assistência técnica, possivelmente como parte do FASE, que estaria disponível para financiar intervenções de assistência técnica externa, com termos de referência que sejam acordados em conjunto pelo governo e pelos parceiros de cooperação e, dentro do possível, incluídos nos programas anuais de trabalho e orçamento.

4.5 Gestão descentralizada do processo de planificação e implementação

Os processos de gestão e implementação da Estratégia pressupõem mudanças dos papéis e responsabilidades, a todos os níveis do Sistema de Educação. As actividades a nível central centrar-se-ão mais nas políticas e planificação de alto nível, processos de facilitação e monitoria de progresso. Para além disso, a responsabilidade por administrar a prestação dos serviços de Educação e a gestão dos (e prestação de contas) recursos necessários, será gradualmente transferida para as províncias, distritos e escolas individuais.

Figura 2: PEEC - Processo de Planificação e Orçamentação



O quadro para se atingir esta descentralização pode ser encontrado no plano do Governo para a reforma do sector público. No Ministério da Administração Estatal (MAE), a Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público (UTRESP) é responsável por prestar assistência e facilitar a implementação dos processos de descentralização, incluindo o exigido reforço de capacidade. Apoiado pela UTRESP, como é adequado e orientado pelo PEEC, este processo de criação da capacidade necessária para gerir a responsabilidade transferida deve proceder num ritmo apropriado. As responsabilidades de administração, particularmente na área de finanças, só podem ser transferidas quando estiver claro que existem nas devidas unidades, tanto estruturas organizacionais como recursos humanos que possam garantir o sucesso.

A implementação do PEEC, com sucesso, vai exigir que todos os participantes ao longo de todo o Sistema o utilizem durante os cinco anos de duração da Estratégia, como uma parte central do processo emergente de planificação descentralizada. A nível nacional, isso implica assegurar coerência contínua com os grandes processos do Governo, incluindo o PARPA e a sua expressão anual, o Plano Económico e Social (PES), à medida que estes continuam a evoluir e quando aparecerem novas versões. Por isso, espera-se que o PEEC seja revisto periodicamente, para tomar em consideração os objectivos estratégicos a nível de políticas e estratégias.

Operacionalizar a estratégia do PEEC exigirá, primeiro, traduzi-lo num programa de despesas e investimento de 5 anos que detalhará as actividades, custos e fontes de financiamento de actividades específicas do PEEC. Este programa de investimento será a base para os planos anuais de trabalho e orçamento para estas actividades. Tais planos anuais precisarão de ser desenvolvidos e revistos por cada uma das direcções nacionais e departamentos do Ministério da Educação e Cultura para que tenham consistência relativamente ao cumprimento das metas do PEEC. Eventualmente, estes planos devem reflectir as prioridades definidas a nível da escola. Segundo, o programa de investimento será acompanhado por um manual de implementação que especifica os meios e métodos de implementação para cada uma das componentes do plano de investimento, bem como os mecanismos gerais para a gestão financeira, “procurement” e auditoria. O programa de investimento e o manual de implementação reflectirão o que o PEEC prevê: que o nível central passará a dedicar-se mais à planificação e políticas de alto nível, facilitação, apoio e monitoria, enquanto que a administração da prestação de serviços se dirige mais para outros níveis do Sistema, e é cada vez mais visível nas escolas locais e distritos com maior autoridade financeira e poder na tomada de decisões. Uma tarefa chave da Direcção Nacional de Planificação será o desenvolvimento da capacidade de planificação nos níveis descentralizados. A descentralização pressupõe que as províncias, municípios, distritos e escolas serão as responsáveis por operacionalizar, a nível local o Plano estratégico da Educação e Cultura, gerindo os processos de contratação de professores, de construções de escolas a baixo custo, de mobilização da comunidade para matricular as crianças aos 6 anos de idade na primeira classe, bem como da monitoria de outros indicadores relevantes. A figura 1 mostra os principais elementos do desenho e do processo de planificação que está previsto para o PEEC.

4.6 Reforço da gestão financeira e administração

A implementação do PEEC será orientada por planos operacionais anuais de trabalho, tal como acima foi descrito. Estes traduzirão a visão da estratégia em acções faseadas, articuladas dentro dos orçamentos anuais afectados a cada nível do Sistema: escolas, distritos, províncias e o nível central. Estes planos anuais de trabalho serão desenvolvidos e implementados usando um Manual de Implementação do Plano, comum (MIP). O MIP é um instrumento que vai estabelecer as linhas de orientação para todos os actores: Governo, DPE, parceiros de cooperação e outras organizações comunitárias. O seu objectivo será facilitar intervenções, ao mesmo tempo que reforça os sistemas de planificação e gestão do governo. Como instrumento de planificação e de gestão financeira o MIP definirá como o PEEC se traduz em planos anuais de trabalho e orçamentos, e clarificará responsabilidades nas relações de prestação de contas entre o nível central, as DPECs, DDECs e escolas. O MIP cobrirá também a gestão financeira, concursos, responsabilidade e procedimentos de auditoria.

O plano financeiro para o PEEC será estruturado de acordo com as 14 principais componentes. Os planos anuais de trabalho terão então de afectar recursos às unidades individuais, a todos os níveis, cujos planos de trabalho tratem de actividades particulares dentro destas componentes. Este procedimento significa que quando as DPECs e as Direcções Nacionais e Departamentos do MEC estabeleceram os seus planos anuais, o seu ponto de referência serão as actividades previstas nas componentes. Os seus orçamentos reflectirão os recursos alocados a cada componente no plano financeiro. Prevê-se que esta metodologia facilitará a orçamentação anual e a gestão dos recursos disponibilizados para apoiarem a estratégia de forma efectiva.

Alcançar os objectivos estratégicos que estão desenhados para o sector da Educação exigirá uma melhoria significativa na capacidade, processos e procedimentos para gestão do “procurement” e administração financeira. Presentemente, muitos parceiros externos preferem gerir fundos através de modalidades de projecto para assegurar que estes sejam devidamente justificados. Isto representa uma sobrecarga não só para os parceiros de cooperação, como também, para as autoridades centrais e provinciais, cujo “input” e consulta são muitas vezes absolutamente dominados pela quantidade de planos e relatórios requeridos.

A estratégia de implementação descentralizada do PEEC torna imperativo o reforço da capacidade de administração financeira a todos os níveis do Sistema de Educação e, em alguns casos, que se considere a possibilidade de actividades terceirizadas e, consequentemente os fundos entregues a organizações fora do Sistema. Isto não acontecerá, a menos que os recursos (incluindo fundos) possam ser empregues de forma flexível, e as estruturas a todos os níveis sejam reforçadas, sendo-lhes dado poder e sendo responsabilizadas. Isto significa que:

- Os mandatos, procedimentos e instrumentos para a gestão financeira a níveis descentralizados precisam de ser claramente definidos;

- Os fundos devem ser transferidos regularmente para as instituições descentralizadas;
- A transparência e responsabilização pública pelo uso de fundos sejam uma obrigação; significa a publicação de informação sobre os recursos transferidos na imprensa, nas escolas, nas direcções distritais e provinciais e o envolvimento dos conselhos de escolas nas decisões sobre as execuções orçamentais;
- As auditorias externas sejam regular e profissionalmente implementadas; as sanções para punir desvios financeiros sejam severas.

O estabelecimento de uma administração financeira e gestão de “procurement” criará o ambiente para o progresso em direcção a mecanismos de financiamento que sejam melhor integrados e harmonizados, e reunidos em forma de fundo comum, ou de apoio ao Orçamento do Estado (OE).

4.7 Monitoria do Progresso

A implementação do PEEC terá de ser flexível, respondendo às lições tiradas da experiência, à medida que estas se tornam disponíveis. Os relatórios anuais de progresso em direcção ao cumprimento das metas de desempenho do PEEC - detalhando as despesas pré alocadas e desembolsadas, que avaliem os obstáculos e identifiquem as prioridades para acção correctiva (incluindo ajustes nas políticas e estratégias do PEEC) - são os instrumentos chave para a monitoria do progresso. Até agora, isto tem sido em grande parte feito a nível central, como uma actividade conjunta entre o MEC e os seus parceiros de cooperação. Estas actividades são orientadas por um conjunto de princípios acordados, constantes de um memorando de entendimento que foi desenvolvido entre o MEC e os seus parceiros. Está previsto um conjunto de reuniões estruturadas de revisão para darem orientação, supervisão e consulta efectiva, designadamente:

- Reuniões anuais de revisão (A Reunião Anual de Revisão ou RAR);
- A reunião a nível ministerial (Comité Paritário de Acompanhamento ou COPA);
- O comité conjunto de coordenação (Grupo do Conselho Coordenador ou GCC);
- O Comité de Gestão Financeira (CGF);
- Grupos de trabalho (GT);
- Secretariado do PEEC.

A um nível mais alto, o Governo e os seus Parceiros de Ajuda ao Programa fazem a revisão regular da implementação do PARPA, através do Plano Económico e Social anual e do seu associado Quadro de Avaliação de Desempenho (PAF). Este inclui a Educação como um sector prioritário do PARPA, e o cumprimento dos indicadores do PAF para a Educação são monitorados de perto, com subsequentes ajustes das metas do PAF para os anos futuros.

Para reflectir e apoiar a descentralização acelerada proposta no PEEC, serão necessários processos mais fortes de monitoria e de apresentação de relatórios a nível provincial, distrital e de escola. Isto assegurará o fluxo efectivo de informação entre os níveis do Sistema, apoiando os níveis mais altos de responsabilidade necessários numa administração financeira local. O desenvolvimento de tais sistemas e a formação para a sua utilização, são uma parte chave das actividades de capacitação incluídas no PEEC. Os dados de monitoria recolhidos desta forma pressionarão as unidades centrais que são responsáveis por recolher, verificar e analisar informação e estatísticas da educação. É necessário um Sistema forte de Gestão de Informação sobre a Educação usando ferramentas eficientes de TIC, se os instrumentos exigidos para a planificação e apresentação de relatório se emergirem destes processos.

Um quadro de indicadores foi estabelecido e constitui anexo do Plano Estratégico. As DPECs, DDECs e escolas deverão, com base nos indicadores estabelecidos a nível nacional elaborar um quadro de indicadores que realcem as acções prioritárias no âmbito do cumprimento das metas do PARPA, Programa do Governo e do PEEC, assegurando a sua monitoria constante.

5. Financiamento do PEEC

5.1 Pressupostos

Os pressupostos subjacentes às projecções financeiras do PEEC assim como os pormenores das mesmas são apresentados em detalhe no anexo 2. Eles serviram de base para a preparação do plano financeiro do PEEC que inclui cálculos detalhados relativos aos custos correntes e de capital da estratégia.

De forma geral, os principais pressupostos assumidos na preparação do plano financeiro do PEEC são:

- Crescimento do PIB de 7% ao ano;
- Aumento do orçamento da Educação no Orçamento Geral do Estado de 24% para 30%.

Tabela 2: Financiamento do PEEC

	2006	2007	2008	2009	2010
PIB (em bilhões de MT, 2006)	180.831	193.491	207.012	221.538	237.046
<i>Crescimento real</i>		7,0%	7,0%	7,0%	7,0%
Recursos públicos (em bilhões de MT, 2006)	49.049	52.709	54.990	57.817	60.637
<i>Crescimento real</i>		7,5%	4,3%	5,1%	4,9%
Total investimento PEEC (em bilhões de MT, 2006)	11.672	13.986	15.593	16.897	18.279
Total investimento PEEC (em milhões de USD, 2006)	467	559	624	676	731
<i>Em % dos recursos públicos</i>	23,8%	26,5%	28,4%	29,2%	30,1%
<i>Em % do PIB</i>	6,5%	7,2%	7,5%	7,6%	7,7%

Neste contexto, prevê-se que a implementação do PEEC implique para o período 2006-2010 um investimento total de 76,427 bilhões de MT ou cerca de 3 bilhões de USD; um aumento do orçamento da Educação no Orçamento Geral do Estado passando de 23,8% em 2006 para 30,1% em 2010 e um aumento do orçamento da Educação no PIB de 6,5% em 2006 para 7,7% em 2010. Um maior detalhe destes dados, relativos ao plano financeiro do PEEC, encontra-se na tabela 2 em baixo.

5.2 Financiamento do PEEC: informação detalhada

Relativamente à natureza da despesa, estima-se que do envelope financeiro necessário à implementação do PEEC, em média 82% dos recursos sejam para financiar despesas correntes, principalmente salários e remunerações e 18% sejam para financiar despesas de capital. A distribuição no período encontra-se na tabela 3.

Tabela 3: Financiamento do PEEC por natureza da despesa

	2006	2007	2008	2009	2010
Total investimento PEEC (em bilhões de MT, 2006)	11.672	13.986	15.593	16.897	18.279
Custos correntes (em % total)	78	81	82	85	86
Custos de capital (em % total)	22	19	18	15	14

Um elemento central que está na base das estimativas do plano financeiro do PEEC é a política da despesa total com salários, e o controle do custo de construção de salas de aulas. Efectivamente, controlar o orçamento para o salário dos professores é o elemento crucial para a viabilidade e sustentabilidade financeira das metas de políticas e objectivos do PEEC. As políticas relativas às reformas no recrutamento e

colocação de pessoal docente e não docente foram discutidas no capítulo 3.6 e incorporadas nas projecções de custos. O segundo elemento fundamental para a promoção da sustentabilidade financeira do PEEC é o controle dos custos de construção de salas de aulas; a gestão comunitária da construção para o EP1 e EP2 apresentada no capítulo 3.1, e que se espera resulte num custo por sala de aula de USD 10.000-20.000 dólares americanos.

Uma vez que o PARPA não compreende de momento todas as intervenções do Sistema Nacional de Educação, que recentemente passou também a incluir o sub-sistema do Ensino Superior e a área da Cultura, o plano financeiro do PEEC é mais abrangente do que o preconizado no PARPA. Enquanto o PARPA prevê que no sector da educação se invistam 18,9% do total dos recursos públicos em 2007 chegando a 21,9% em 2010, o PEEC estima a necessidade de um investimento de 26,5% do total dos recursos públicos em 2007 subindo para a 30,1% em 2010. Estas diferenças são ilustradas pela tabela 4.

Tabela 4: Comparação do plano financeiro do PEEC relativamente ao PARPA.

	2006	2007	2008	2009	2010
PIB (em biliões de MT, 2006)	180.831	193.491	207.012	221.538	237.046
Recursos públicos (em biliões de MT, 2006)	49.049	52.709	54.990	57.817	60.637
Recursos para educação (em biliões de MT, 2006) - PARPA	9.728	9.944	10.953	11.977	13.262
<i>% dos recursos públicos</i>	<i>19,8%</i>	<i>18,9%</i>	<i>19,9%</i>	<i>20,7%</i>	<i>21,9%</i>
Total investimento PEEC (em biliões de MT, 2006)	11.672	13.986	15.593	16.897	18.279
<i>% dos recursos públicos</i>	<i>23,8%</i>	<i>26,5%</i>	<i>28,4%</i>	<i>29,2%</i>	<i>30,1%</i>

Relativamente à estrutura do plano financeiro do PEEC por níveis de ensino e áreas transversais, pode-se constatar na tabela 5 que no ensino primário (EP1 e EP2) se prevê investir, em média por ano 49% do investimento total estimado para o PEEC; no ensino secundário se prevê a necessidade de um crescimento de investimento que deverá passar de 18,4% do investimento total do PEEC em 2006 para 22,6% em 2010; no ensino técnico se prevê a necessidade de um investimento de 4% do total do PEEC no período e no ensino superior um investimento em média de 18,5% do total do PEEC no quinquénio. Por outro lado, prevê-se que os recursos para os restantes sub-sistemas e áreas transversais se mantenham constantes, em termos proporcionais, no período e que os custos administrativos passem progressivamente a representar um menor investimento no total de recursos afectos ao sector.

Tabela 5: Estrutura do plano financeiro do PEEC por níveis de ensino e áreas transversais.

	2006	2007	2008	2009	2010
Educação primária (Ep1 e Ep2)	49,9%	48,8%	48,6%	48,8%	49,4%
Educação secundária, 1º ciclo (Es1)	11,9%	11,0%	11,7%	13,1%	13,9%
Educação secundária, 2º ciclo (Es2)	6,5%	7,1%	7,4%	8,1%	8,7%
Educação técnica	4,1%	3,8%	3,8%	4,0%	4,2%
Formação de professores	0,4%	0,8%	1,0%	0,7%	0,7%
Educação de Adultos e não formal	0,8%	0,9%	1,0%	1,1%	1,1%
Ensino Superior	19,1%	20,2%	19,7%	17,7%	16,0%
Cultura	0,9%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%
HIV/SIDA	1,0%	1,1%	1,1%	1,2%	1,2%
Administração	5,4%	5,3%	4,8%	4,2%	3,6%
Total sub-setores	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

6. Pressupostos, Oportunidades e Riscos

6.1 Pressupostos

O sucesso do PEEC baseia-se em pressupostos chave que reflectem experiências positivas de desenvolvimento de Moçambique. Há todos os motivos para se esperar que estas continuem a ser válidas. Se algumas passarem para um nível de risco, será necessário reavaliar o Plano Estratégico. Estes pressupostos incluem:

- Um ambiente estável e de paz em todo o país, que permita que todas as partes do Sistema de Educação avancem em conjunto para atingirem os objectivos e metas comuns estabelecidos no PEEC;
- O crescimento económico com uma média anual de crescimento do PIB a manter-se em níveis positivos (entre 7 – 8% anualmente) nos últimos anos, para o crescimento da receita do Governo que irá financiar parte do aumento nas despesas previsto no PEEC;
- O compromisso do Governo para com a visão para a Educação, tal como a experiência em todo o mundo, tem demonstrado que uma reforma de tal envergadura e expansão da Educação não pode ser alcançada num processo de “cima para baixo”. Uma forte liderança e direcção dos níveis políticos mais altos são certamente essenciais, embora a verdadeira mudança deva vir da ampla participação e compromisso a nível local: comunidades, pais e escolas, todos comprometidos com uma educação melhor e uma vida melhor

para os seus filhos. Uma visão partilhada e parceria entre todos os níveis constituem um factor crítico para o progresso acelerado;

- O compromisso e engajamento por parte dos parceiros de cooperação, uma vez que num futuro previsível, Moçambique precisará do apoio determinado dos parceiros externos para ajudar a atingir as metas e objectivos do Plano Estratégico, e ainda alcançar as metas de Desenvolvimento do Milénio, e a visão de desenvolvimento económico e social estabelecida no PARPA. O apoio externo em recursos financeiros deverá continuar a crescer. Para além disso, para uma planificação efectiva, a assistência externa terá de fluir de forma estável, previsível através de procedimentos coordenados e harmonizados que minimizem os custos de transacção. O MEC e os seus parceiros externos estão comprometidos com este tipo de parceria, e o seu crescimento e reforço é um pressuposto chave.

6.2 Oportunidades e Pontos Fortes

Moçambique embarca na implementação do PEEC com vários pontos fortes que criam uma janela de oportunidades:

- **Ímpeto, energia e optimismo:** Muito já foi alcançado na melhoria da Educação em Moçambique, mas muito ainda tem de ser feito. Este sentido de optimismo e de força deve ser mantido para a continuação e aceleração dos programas; educacionais. A prioridade que o Governo recentemente eleito dá à Educação cria uma oportunidade única para a reforma de políticas e um desenvolvimento acelerado no sector.
- **A visão partilhada do Governo, dos parceiros a sociedade civil e de cooperação:** Nos últimos anos grandes esforços têm sido despendidos para se criar uma visão comum para a Educação e o desenvolvimento de Moçambique. Uma vez que a Educação é estimada em todo o país, esta posição pode gerar compromisso e engajamento por parte de todos os moçambicanos no apoio aos programas da Educação. Os parceiros de cooperação partilham esta visão e estão a comprometer muitos recursos para apoiar o país a atingir as suas metas.
- **Ligações com a comunidade dos países de língua oficial portuguesa:** a planificação e os avanços da reforma da Educação, comunidade e redes especializadas e boas práticas que se retiram da experiência de muitos países são um contributo valioso. Moçambique é parte de uma rede extensa de países que falam português, que têm uma experiência considerável com vários modelos de reforma da Educação. Isto poderá servir de ajuda imediata e fornecer um conjunto significativo de conhecimentos e talento que pode apoiar a implementação do PEEC.
- **As ligações com a SADC:** paralelamente como membro da SADC, Moçambique pode apoiar-se em recursos, capacidades e experiência dos seus vizinhos. Embora haja diferenças significativas nos sistemas de educação, muitas questões e desafios são comuns à região. Isto é particularmente

verdade, no papel do Sistema de Educação no combate à pandemia do HIV/SIDA. A partilha de informação, de conhecimentos especializados e de experiências na região pode dar valiosos contributos e em alguns casos evitar projectos piloto que são caros e consomem tempo, na medida em que modelos regionais que obtiveram sucesso podem ser implementados. Os kits de ciências para trabalho de laboratório de ciências do Ensino Secundário, desenvolvidos na África do Sul e agora utilizados em muitos países, são um exemplo vivo. O novo currículo para o Ensino Secundário básico, desenvolvido recentemente na Namíbia pode servir de inspiração a Moçambique.

6.3 Riscos

O PEEC é um plano estratégico ambicioso. O sucesso irregular do PEE I foi atribuído ao número de factores de risco que podem continuar a perigar o progresso e o cumprimento das metas. Mesmo que as estratégias de mitigação para estes factores estejam incorporadas no Plano Estratégico, é ainda assim importante que elas sejam monitoradas e, como parte do processo de revisão anual, os impactos negativos devem ser contrariados através de ajustamentos adequados à estratégia.

- **Recursos financeiros insuficientes (fluxo de fundos internos e externos):** A implementação de todas as partes da Estratégia e alcançar as suas metas acarretarão um alto preço. Não está claro que os recursos financeiros possam ser reunidos para responder totalmente às exigências do Plano. Se houver faltas importantes ou aparecerem falhas no financiamento, o PEEC precisará de ser ajustado. Felizmente, o Governo percebe os impedimentos impostos por horizontes fixos de planificação das agências de desenvolvimento, normalmente com prazos mais curtos que as próprias projecções financeiras do MEC. Ainda que estáveis, os compromissos de financiamento de longo prazo dos parceiros de cooperação simplificariam de forma considerável o processo de planificação.
- **Falta de progresso na reforma do sector público:** Estruturas fracas e reformas demoradas e falha no reforço da capacidade institucional e de recursos humanos, a todos os níveis, podem comprometer o sucesso do PEEC. A reforma das estruturas organizacionais, mandatos e procedimentos acompanhados por formação em serviço, que se centra na preparação de planos, a gestão de processos de implementação incluindo a monitoria e avaliação, administração de recursos humanos e gestão financeira, devem ser uma prioridade a todos os níveis do Sistema.
- **Atrasos na descentralização:** A mudança de responsabilidade, particularmente para o nível de distrito e de escola, é um factor crítico de sucesso. Como a tomada de decisões e a responsabilidade estão a ser deslocadas para mais perto dos beneficiários, espera-se que os serviços de Educação se tornem mais efectivos, uma vez que reflectirão melhor as condições locais, prioridades e necessidades. Contudo, atrasos nestes processos poderão impedir o progresso.

- **Gestão financeira, estruturas de controle, transparência e responsabilidade:** O PEEC apela a uma significativa melhoria na área da gestão financeira e responsabilidade. Isto abarca uma série de questões:
 - Libertação atempada dos fundos e pagamentos (por exemplo, o salário dos professores);
 - Maior responsabilidade pelo financiamento;
 - Melhoria da auditoria, “procurement” e sistemas de informar;
 - Celeridade nos processos de gestão, tomada de decisões e comunicação;
 - Monitoria mais apertada dos resultados das despesas;
 - Maior capacidade local para utilizar os recursos financeiros disponíveis.
- **Capacidade para construção de escolas de baixo custo:** a melhoria da capacidade local para construir, reconstruir, reabilitar e equipar escolas é tida como necessária para o sucesso e está estreitamente ligada à descentralização. A manterem-se os procedimentos de contratação a nível central, há um grande risco de maiores atrasos na implementação, custos mais elevados e cobertura limitada.
- **Sustentabilidade das realizações e resultados:** é um princípio básico de qualquer planificação financeira, que toda a despesa de capital ou aquisição de novos bens imóveis coloca novas exigências nos orçamentos correntes. (Isto é particularmente verdade quando se trata de custos de capital com TIC, onde os custos de capital para a compra de “hardware” se tornaram significativamente mais baixos que os novos custos correntes para apoiar o seu uso efectivo). A sustentabilidade é um risco sério, a menos que os processos de planificação do orçamento de capital e corrente estejam estreitamente integrados para intervenções do tipo de projecto, que muitas vezes introduzem novos activos significativos no Sistema, trazidas “on budget”.
- **Impacto da Pandemia do HIV/SIDA:** O HIV/SIDA é, sem dúvida, uma das maiores ameaças para se atingir o ensino primário universal, e tem o potencial de fazer desaparecer muitas das realizações do Plano Estratégico. Quando os professores ficam doentes e morrem e grandes números de alunos ficam afectados, e em alguns casos infectados, espera-se que a Educação se torne cada vez mais desestruturado com um impacto óbvio na qualidade, acesso e equidade.
- **Oferta e qualidade dos professores:** a disponibilidade de professores, com qualidade suficiente, é uma das condições chave para o sucesso do PEEC. Turmas grandes, turnos múltiplos e um número grande e crescente de professores mal qualificados, comprometem a qualidade e eficiência da Educação. A expansão do Sistema pressionará cada vez mais o fundo de salários, o que poderá ainda enfraquecer os factores que encorajam a retenção dos professores formados no Sistema.

Resumo das projecções financeiras

	2005	2006-2010
EP1		
Número total de alunos (matrículas dos alunos)	3.471.140	4.356.294
Número de professores nas escolas públicas	45.887	64.278
Rácio de turmas por professor nas escolas públicas	1,49	1,36
Rácio de alunos por turma nas escolas públicas	49,5	47,5
Despesas com “inputs” para além dos professores como % do total das despesas correntes do EP1	12,6	32
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	19.379.848
Previsão de número de salas de aula a serem construídas		12.200
Total de despesas de capital (milhões de Mt)	*	4.355.327
EP2		
Número total de alunos (diurno e nocturno)	553.991	1.111.634
Rácio de alunos por turmas nas escolas públicas	51,7	48,7
Número de professores nas escolas (diurno e nocturno)	11.011	23.945
Despesas com outros “inputs” para além dos professores como % do total das despesas correntes do EP2	22,3	32
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	11.784.158
Previsão de número de salas de aula a serem construídas		8.393
Total de despesas de capital (milhões de Mt)	*	1.987.921
ESG1		
Número total de alunos (diurno e nocturno)	357.431	986.511
Rácio alunos por turma nas escolas públicas	59	55,2
Número de professores nas escolas públicas (diurno e nocturno)	5.004	16.573
Despesas com outros “inputs” para além dos professores como % do total das despesas correntes do ESG1	29	33
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	6.759.286
Previsão de número de salas de aula a serem construídas		5.323
Total de despesas de capital (milhões de Mt)	*	3.044.667
ESG2		
Número total de alunos (diurno e nocturno)	54.341	227.530
Alunos por turma nas escolas públicas	53,9	52,2
Número de professores nas escolas públicas (diurno e nocturno)	1.588	6.100
Despesas com outros “inputs” para além dos professores como % do total das despesas correntes do ESG2	36	33

	2005	2006-2010
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	4.526.118
Previsão de número de salas de aula a serem construídas		1.603
Total de despesas de capital (milhões de Mt)	*	1.317.586
ETP		
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	1.475.186
Previsão de número de salas de aula a serem construídas		1.014
Total de despesas de capital (milhões de Mt)	*	1.566.609
FP		
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	469.997
Total de despesas de capital (milhões de Mt) (Reabilitação 6 CFP)	*	92.725
Alfabetização		
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	766.298
Ensino Superior		
Número total de alunos		2.324.438
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	12.949.075
Total de despesas de capital (milhões de Mt)	*	1.090.000
Cultura		
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	810.000
Administração		
Total de despesas correntes (milhões de Mt)	*	3.188.941
HIV/SIDA		
Despesa corrente total do governo em HIV/SIDA	*	864.163
Total de despesas correntes		62.973.068
Total de despesas de capital		13.454.836
Total de despesas do sector		76.427.904

Notas: as projecções financeiras para o quinquénio 2006-2010 estão estimadas a preços constantes de 2006.

* ver tabela seguinte

Execução Financeira de 2004 por classificador funcional da despesa (Central e Provincial)

<i>Classificador Funcional</i>	<i>Despesas correntes</i>	<i>Despesas de Capital</i>
Ensino Primário	2.566.418	62.476
ESG1	567.683	33.610
ESG2	197.027	11.666
Ensino Terciário	599.692	66.160
Outros Serviços	692.224	130.729
Total	4.623.044	304.641

Pressupostos e resultados chave do modelo de projecções financeiras

	2005	PEEC
Educação		
EP1: admissão 1ª classe com 6 anos	55,6	95,0
EP1: admissão 1ª classe com 7-11 anos	24,8	5,0
Eficiência do Sistema		
EP1: Taxa média de aproveitamento	81,4	82,0
EP1: Taxa média de reprovação	11,0	10,0
EP2: Taxa média de aproveitamento	72,6	82,0
EP2: Taxa média de reprovação	19,0	10,0
ESG1: Taxa média de aproveitamento	60,5	70,0
ESG1: Taxa média de reprovação	27,6	15,0
ESG2: Taxa média de aproveitamento	59,0	75,0
ESG2: Taxa média de reprovação	2,0	15,0
Escolarização por tipo de escolas e níveis de ensino		
EP1: proporção de alunos em escolas privadas	0,9	2,0
EP1: proporção de alunos em escolas comunitárias	1,3	3,0
EP2: proporção de alunos em escolas privadas	1,1	2,0
EP2: proporção de alunos em escolas comunitárias	2,0	3,0
ESG1: proporção de alunos em escolas privadas	2,8	3,0
ESG1: proporção de alunos em escolas comunitárias	10,0	10,0
ESG2: proporção de alunos em escolas privadas	3,3	3,5
ESG2: proporção de alunos em escolas comunitárias	14,3	14,5
Eficiência na utilização dos professores		
EP1: proporção de professoras nas escolas públicas	31,3	40,0
EP1: rácio professores por sala nas escolas públicas	1,49	1,20
EP1: rácio alunos por sala nas escolas públicas	49,5	45,0
EP1: rácio alunos por professor nas escolas comunitárias	48,7	45,0
EP2: proporção de professoras nas escolas públicas	23,3	40,0
EP2: carga horária média semanal por professor	28,3	26,0
EP2: rácio alunos por sala nas escolas públicas	51,7	45,0
EP2: rácio alunos por professor nas escolas comunitárias	22,0	45,0
ESG1: proporção de professoras nas escolas públicas	16,8	30,0
ESG1: carga horária média semanal por professor	31,5	24,0
ESG1: rácio alunos por sala nas escolas públicas	59,3	50,0
ESG2: proporção de professoras nas escolas públicas	17,8	30,0
ESG2: carga horária média semanal por professor	15,7	20,0
ESG2: rácio alunos por sala nas escolas públicas	53,9	50,0
Salários dos professores		
EP1: subsídio para turnos múltiplos	60%	60%

	2005	PEEC
Proporção de professores por nível salarial		
EP1: Professores na Categoria 1 (N5) - (6+1, 7+1, NQ<10)	17,0	0
EP1: Professores na Categoria 2 (N4) - (6+3, 7+3, NQ 10+1)	68,0	90,0
EP1: Professores na Categoria 3 (N3) - (10+2)	15,0	10,0
EP2: Professores na Categoria 1 (N5) - (6+1, 7+1, NQ<10)	6,0	0
EP2: Professores na Categoria 2 (N4) - (6+3, 7+3, NQ 10+1)	36,0	60,0
EP2: Professores na Categoria 3 (N3) - (10+2)	58,0	40,0
ES1: Professores na Categoria 3 (N3) - 12+1 & outros	80,0	90,0
ES1: Professores na Categoria 4 (N2) - Bacharéis	9,0	5,0
ES1: Professores na Categoria 5 (N1) - Licenciados	11,0	5,0
ES2: Professores na Categoria 3 (N3) - 10+2 & outros	35,0	20,0
ES2: Professores na Categoria 4 (N2) - Bacharéis	16,0	30,0
ES2: Professores na Categoria 5 (N1) - Licenciados	49,0	50,0
Formação e recrutamento de professores		
CFFP (7+3): total graduados por ano		1350 ano até 2009
CFFP (7+3): graduadas por ano	58,0	60,0
Ano para começar a encerrar os cursos dos CFFP		2007
IMAP (10+2): total graduados por ano		1600 ano até 2008
IMAP (10+2): graduadas por ano	42,0	50,0
Ano para começar a encerrar os cursos dos IMAP (10+2)		2007
Novo programa de formação de 10+1 (EP1, EP2)		
Taxa anual de crescimento real do financiamento per capita (aluno)	0	5,0
Total graduados		18.100
Graduadas por ano no total de graduados		50,0
Novo programa de formação de 12+1 (ESG1)		
Taxa anual de crescimento real do financiamento per capita (aluno)	0	5,0
Total graduados		9.000
Graduadas por ano no total de graduados		40,0
Novo programa de formação de ensino à distância (ESG2)		
Taxa anual de crescimento real do financiamento per capita (aluno)	0	5,0
Total de graduados por ano		1500
Ano para a introdução dos cursos de ensino à distância		2010
Formação em serviço		
Número de professores em formação em serviços a frequentar programas existentes	5.000	
Taxa anual de crescimento real do financiamento para o novo modelo de formação em serviço	0,0	5,0
Crescimento anual na proporção de professores a receberem formação em serviço de acordo com o novo modelo		20,0
Graduados do ensino superior		
Graduados com bacharelato por ano	101	1000
Graduadas na proporção total de graduados com bacharelato	28,0	40,0
Graduados com licenciatura por ano	95	500

	2005	PEEC
Graduadas na proporção total de graduados com licenciatura	22,0	40,0
Despesas		
EP1: outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente) no total das despesas correntes do sub-sistema	12,6	32,0
EP1: despesas em pessoal não docente no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	7,8	11,0
EP1: despesas em livros e materiais pedagógicos no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	31,1	20,0
EP1: apoio directo às escolas no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	42,0	50,0
EP1: despesas em exames no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	2,0	2,0
EP1: outras despesas correntes no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	17,0	17,0
EP2: outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente) no total das despesas correntes do sub-sistema	22,3	32,0
EP2: despesas em pessoal não docente no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	15,9	11,0
EP2: despesas em livros e materiais pedagógicos no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	43,6	20,0
EP2: apoio directo às escolas no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	28,5	50,0
EP2: despesas em exames no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	2,0	2,0
EP2: despesas com os internatos no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	10,0	17,0
ESG1: outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente) no total das despesas correntes do sub-sistema	29,0	33,0
ESG1: despesas em pessoal não docente no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	18,0	14,0
ESG1: despesas em exames no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	6,1	6,1
ESG1: despesas com os internatos no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	52,3	30,0
ESG1: outras despesas correntes no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	23,6	50,0
ESG2: outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente) no total das despesas correntes do sub-sistema	36,0	33,0
ESG2: despesas em pessoal não docente no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	32,6	50,0
ESG2: despesas em exames no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	3,0	10,0

	2005	PEEC
ESG2: despesas com os internatos no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	47,4	10,0
ESG2: outras despesas correntes no total de outras despesas correntes (excluindo salários e remunerações pessoal docente)	17,0	30,0
Ensino Técnico e Vocacional		
Taxa anual de crescimento da escolarização nas EAO (nível elementar)	29,0	15,0
Taxa anual de crescimento da escolarização nas EB (nível básico)	5,0	15,0
Taxa anual de crescimento da escolarização nas EM (nível médio)	5,0	20,0
Taxa anual de crescimento real do financiamento per capita (aluno) nas EAO (nível elementar)	0	10,0
Taxa anual de crescimento real do financiamento per capita (aluno) nas EB (nível básico)	0	10,0
Taxa anual de crescimento real do financiamento per capita (aluno) nas EM (nível médio)	0	10,0
Educação Não-Formal e de Adultos		
Total número de alunos	535.811	1.100.000
Taxa anual de crescimento do número de alunos	0	20,0
Taxa anual de crescimento real do financiamento per capita (aluno)	0	5
Despesas administração		
Despesas em administração no total das despesas correntes	7,3	3,0
Despesas no MEC em proporção do total das despesas em administração	35,8	21,7
Despesas nas DPECs em proporção do total das despesas em administração	23,0	23,0
Despesas nas DDECs em proporção do total das despesas em administração	30,1	45,0
Despesas no INDE em proporção do total das despesas em administração	1,7	5,0
Despesas em capacitação institucional em proporção do total das despesas em administração	2,7	2,0
Despesas em desporto escolar em proporção do total das despesas em administração	0,3	0,3
Despesas em TIC em proporção do total das despesas em administração	6,4	3,0
Infra-estruturas		
O programa de construções escolares está dividido em dois sub-programas quinquenais, 2006-11 e 2011-16		
EP1: número de professores por sala de aula	1,2	1,2
EP2: número de turmas por sala de aula	1,5	1,5
ESG1: número de turmas por sala de aula	2,0	2,0
ESG2: número de turmas por sala de aula	2,0	2,0
ETV: número de turmas por sala de aula	1,5	1,5

	<i>2005</i>	<i>PEEC</i>
EP1, EP2, ESG1, ESG2: proporção de salas de aula precárias actuais a serem reabilitadas em cada programa	20,0	20,0
Proporção de construções escolares construídas usando métodos de baixo custo com envolvimento das comunidades		50,0

Parte 2: Cultura

1. O Contexto

Moçambique é uma nação constituída por um vasto e diversificado mosaico sócio-cultural. Este facto manifesta-se pela grande diversidade etnolinguística do país e, pelas diferentes expressões de tradições, hábitos e costumes dos seus habitantes. A composição da população de Moçambique é, em grande medida, o resultado de um processo de miscigenação de povos, processo que decorre desde as migrações bantu, que no princípio do primeiro milénio se juntaram a comunidades já estabelecidas no actual território moçambicano. Esse processo continuou, através da interacção de comunidades e povos da região.

Em seguida, povos de origem asiática estabeleceram-se na zona costeira, penetrando progressivamente para o interior do país, o que é testemunhado pelas influências islâmicas das populações costeiras e em certas regiões do interior, particularmente no norte do país. A partir do século XV, povos de origem europeia começaram a chegar às zonas costeiras, expandindo-se progressivamente ao longo de todo o país. O mais importante desses movimentos foi o dos portugueses, cuja língua é actualmente a língua oficial de Moçambique. Embora o português seja a língua oficial, de ensino e de trabalho, o último censo revelou que apenas 6,5% da população fala o português como sua língua materna. Para além do português, são faladas em Moçambique, mais de 13 línguas e múltiplos dialectos que enriquecem o panorama linguístico e cultural do país.

Desde a proclamação da independência nacional (1975) e o fim do período de instabilidade política e militar (AGP, 1992), o país tem conhecido um significativo crescimento económico e social. O ambiente de paz e o incremento económico acelerado, têm providenciado condições favoráveis para o desenvolvimento do sector

da educação e cultura. Na área da cultura, isso manifesta-se através da crescente participação da comunidade no desenvolvimento cultural, promovendo e realizando diferentes acções de preservação e valorização das artes e cultura. O desenvolvimento da capacidade interventiva da sociedade civil manifesta-se também, através do aparecimento e fortalecimento de um amplo movimento associativo entre os fazedores da cultura, testemunhando a tomada de consciência de participação na consolidação da Nação e da moçambicanidade.

2. Análise situacional

Durante o processo de elaboração da estratégia para a área da cultura, fez-se uma análise situacional da área da cultura, usando-se três formas metodológicas. Realizaram-se entrevistas individuais com gestores culturais e líderes de instituições culturais; organizam-se workshops de consulta em quatro províncias do país envolvendo vários tipos de intervenientes no campo da cultura, incluindo representantes de associações culturais, artistas, escritores, académicos, jornalistas, empresários e produtores culturais e parceiros. Por fim, organizou-se um workshop nacional, juntando os diferentes níveis e categorias de intervenientes, incluindo dois especialistas providenciados pela UNESCO.

A análise situacional envolveu a análise dos problemas principais que exprimem as realizações alcançadas e as dificuldades sentidas pelos intervenientes na área da cultura. Igualmente, foi feita uma análise das mesmas questões para a identificação das necessidades e interesses específicos de grupos prioritários, de indivíduos e de instituições. Também se procedeu a uma análise SWOT, ligando as ameaças e oportunidades do ambiente externo às fraquezas e pontos fortes do ambiente cultural em Moçambique. Na base das diferentes formas de consulta e metodologias utilizadas para a recolha de dados, os principais problemas do sector podem ser sumarizados da seguinte forma:

A disponibilidade do capital humano competente, profissionalizado, com talento e motivado, é crucial para a implementação desta estratégia. As consultas mostraram que não só existe uma reduzida capacidade humana qualificada na área, mas há igualmente uma necessidade imperiosa de melhorar a qualidade dos programas e actividades das instituições e organizações culturais existentes assim como o nível de profissionalismo de praticantes culturais, artistas, jornalistas e produtores culturais.

A disponibilidade de infra-estruturas, meios culturais e incentivos, é também uma condição crítica para a implementação efectiva desta estratégia. As infra-estruturas existentes não apenas são inadequadas em termos de sua concepção, cobertura e distribuição nacional, mas também em termos de existência de meios básicos de funcionamento (equipamento e materiais) e de qualidade de serviços providenciados.

A Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação (1997) e este Plano Estratégico (2006-2011) demonstram claramente que enquanto a cultura é, por si só, um vasto campo de acções, ela tem também implicações em quase todos outros sectores, como a educação, a saúde, a agricultura, a justiça, o turismo, o ambiente, a indústria e a economia. Outro facto evidente é que, dada a sua natureza e sensibilidade, o governo por si próprio não pode assumir a inteira responsabilidade para a implementação e para o financiamento da área.

O Governo promove a manutenção de um ambiente propício, incluindo o quadro legal e as políticas, as infra-estruturas, a formação e a capacitação institucional, fundamentais para o desenvolvimento do trabalho cultural. Aqui se resume o papel facilitador do Governo. É exigida a participação do sector privado e da sociedade civil para garantir a preservação da cultura e a mobilização de fundos necessários para estimular o crescimento cultural e o desenvolvimento.

A implementação, avaliação e monitoria desta estratégia, pode ser fortalecida se o conhecimento dos recursos culturais do país for melhorado através da identificação, inventariação e documentação do património cultural tangível e intangível, como os monumentos, edifícios históricos e locais culturais, as artes (música, dança e o teatro), o artesanato, os festivais, cerimónias e rituais, as línguas e outras formas literárias. Presentemente, as informações sobre os recursos culturais do país são de alguma forma escassas, dispersas ou incompletas, e serão necessários esforços concretos para lidar com esse problema.

Moçambique apresenta uma significativa quantidade e qualidade de potencialidades culturais e talentos artísticos que, quando bem geridos e explorados, podem contribuir para o fortalecimento económico de artistas e produtores culturais. Produtores culturais e artistas são, contudo, confrontados com vários problemas que devem ser resolvidos para se fortalecer a sua competitividade, como por exemplo:

A necessidade de aumentar valor às suas produções e criatividade, para lhes permitir responder efectivamente às exigências e necessidades do mercado nacional e internacional.

Operando em pequenas unidades de produção, as economias de escala do sector não podem ser aplicadas num contexto de comercialização das indústrias culturais, de modo que se torna imperativo mobilizá-las para se organizarem em cooperativas e associações.

Muitas empresas culturais operam como pequenas e médias empresas no sector informal e devido a sua base de capital limitado e vulnerabilidade às flutuações do negócio, é-lhes difícil aceder ao crédito das instituições financeiras formais. Daí a necessidade de criar ou fortalecer os mecanismos existentes para o financiamento de micro-créditos afim de impulsionar as actividades iniciais.

Para se promover a criatividade e a inovação, com vista a responder efectivamente às exigências do mercado, é necessário estimular a investigação e o desenvolvimento de actividades para os diferentes aspectos da indústria.

Para se obter uma protecção legal adequada para a preservação e promoção do património cultural, da criatividade artística e das produções culturais, há uma necessidade de actualizar e desenvolver o quadro regulador e legal existente. Isto requererá a revisão e elaboração de leis apropriadas e regulamentos, a ratificação das convenções da UNESCO relevantes sobre o património cultural bem como o fortalecimento do regime de aplicação das leis nacionais existentes e os instrumentos legais internacionais.

Para se fortalecer a coordenação, a gestão e a administração da cultura no país, há necessidade de se harmonizar as actividades dos vários intervenientes culturais para evitar a duplicação e sobreposição em termos de responsabilidades e actividades.

A ligação das oportunidades e ameaças do ambiente externo com as fraquezas e forças internas, possibilitou a análise da influência dos factores externos no panorama cultural de Moçambique. A análise possibilitou também a determinação das potencialidades do sector assim como as suas vulnerabilidades e limitações. Baseando-se nas consultas regionais e nacional para a elaboração deste Plano Estratégico, foram destacadas as seguintes forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

A maior **força** é, indubitavelmente a integração das áreas da educação e cultura, o que constitui um valor acrescentado para ambos os sectores face à sua complementaridade. Outra força é constituída pela existência de algumas instituições estatais envolvidas na pesquisa, promoção, formação e gestão cultural, com autonomia e um mandato específico para a cultura. O país tem também uma enorme fonte de recursos culturais e talentos criativos. É igualmente uma força, a existência de bens que são Património Mundial e Obras Primas na lista do Património da Humanidade, o que significa reconhecimento internacional do património cultural do país.

Os factores acima mencionados, ligados à existência de legislação específica para a área e a capacidade do Ministério de preservar e promover o património cultural e de elaborar e negociar projectos de uma forma efectiva, constituem um bom indicador para o aumento da confiança dos doadores ao sector.

As **fraquezas** institucionais, podem tornar-se obstáculos que inibirão a capacidade de tirar partido de algumas vantagens existentes. A maior fraqueza identificada constitui entre outras, a fraca percepção da cultura especialmente entre gestores públicos e decisores. A limitada capacidade e competência institucional e humana para gerir as infraestruturas e instituições existentes, assim como a exiguidade de infraestruturas, constituem outro ponto de fraqueza fundamental. A inexistência de um sistema integrado nacional para a recolha, documentação e arquivo adequado, disseminação e aplicação dos dados (estatísticas) e informação cultural, em particular sobre o

impacto económico da cultura no desenvolvimento do país, é outra debilidade importante.

A ausência de uma política linguística para promover a preservação, promoção e desenvolvimento da riqueza da diversidade linguística do país, é outro calcanhar de Aquiles. A fraca disseminação das políticas, legislações e regulamentos que regem a cultura, que contribuiriam para uma melhor valorização do património nacional deve também ser aqui indicada. A limitada capacidade institucional para a implementação, monitoria e avaliação de políticas, estratégias, programas e projectos, contribui para o fraco desempenho da área da cultura. A fraca capacidade de gestão e a limitada competência profissional dos artistas e produtores culturais, reduz significativamente a sua capacidade competitiva. Predomina também a falta de interacção entre artistas e associações assim como uma mentalidade de dependência em relação ao Estado/Governo.

O ambiente cultural global forma uma fonte constante de **oportunidades**, como de **ameaças**. A habilidade de identificação dessas ameaças e de engendrar medidas para minimizar os seus efeitos adversos, assim como a habilidade para aproveitar e tomar partido das oportunidades e traduzi-las em resultados positivos, seriam uma mais valia para o processo de crescimento cultural e desenvolvimento em Moçambique. Das maiores oportunidades identificadas mencionam-se: a adopção das convenções da UNESCO; a emergência de um movimento cada vez maior em prol da consolidação da moçambicanidade; a emergência progressiva de um movimento associativo e cooperativo no sector da cultura; o reconhecimento internacional de moçambicanos pela excelência das suas criações através de premiações internacionais e convites para expor as suas obras em prestigiados locais e instituições; a rica diversidade etnolinguística do país; o reconhecimento do papel da cultura na educação e formação pelo Governo e por políticas e foros regionais Africanos (NEPAD, UA); por último, mas não menos importante, o programa de descentralização do Governo que dá ênfase especial à planificação e desenvolvimento distrital, assegurando assim um foro para o envolvimento das comunidades.

As maiores ameaças identificadas, incluem entre outras: as excessivas taxas fiscais e aduaneiras para produtos e serviços culturais, a pirataria que é um desincentivo para o investimento nas indústrias culturais, o tráfico ilícito da propriedade cultural, a falta de um sistema nacional de controlo do mesmo e a influência alienatória de culturas externas na população, principalmente a juventude, etc.

Na base das questões e dos problemas centrais identificados e da análise SWOT, esta estratégia tem por grupo alvo, entre outros, os seguintes intervenientes: - autoridades públicas e privadas a todos os níveis, decisores de políticas na área da cultura; planificadores, oficiais de programas da área da cultura e outros sectores implicados nesta estratégia: artistas; investigadores e instituições de ensino e formação; grupos vulneráveis (mulheres, jovens, deficientes e velhos); líderes comunitários; agentes de lei e ordem (juizes, advogados, oficiais das alfândegas e da polícia); agentes de desenvolvimento; produtores culturais (profissionais, especialistas e técnicos); sector

privado; sociedade civil; educadores e formadores; praticantes de medicina tradicional e provedores de serviços na saúde e em sectores relacionados a saúde; operadores turísticos; associações culturais e cooperativas; autoridades locais (municipais) e tradicionais.

3. Aspectos Específicos de Políticas

Como foi referido, esta Estratégia da Cultura foi desenvolvida à luz de um número considerável de políticas nacionais, regionais e internacionais relevantes para a cultura. A Estratégia procura, primeiramente, fortalecer e sublinhar a importante relação entre a cultura e o desenvolvimento, assim como ressaltar o orgulho e a identidade nacional e cultural, ao mesmo tempo que procura promover o diálogo e o respeito intercultural. Tudo isto concorre para o estímulo e preservação da diversidade cultural.

A nível nacional, as recomendações da primeira Conferência Nacional sobre a Cultura, a Agenda 2025, assim como a Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua Implementação, providenciaram bases fundamentais para a elaboração da presente Estratégia. A nível regional, recentemente foram desenvolvidas em África muitas políticas importantes, das quais importa referir a Carta para a Renascença Cultural em África, o Plano de Acção das Indústrias Culturais de Nairobi 2005, assim como a NEPAD. Considera-se importante situar a presente estratégia nacional no âmbito da perspectiva regional de modo a usufruir do ambiente e o movimento que tem existido e que continua a evoluir a nível do continente Africano em relação a questões fundamentais sobre como atingir o desenvolvimento.

Do mesmo modo, o documento reflecte também sobre as iniciativas mais recentes a nível internacional e em particular no que concerne as Convenções da UNESCO, que o Governo pretende brevemente ratificar. A ratificação e a implementação dessas Convenções vai ter o efeito duplo de aliar a legislação e práticas nacionais com as internacionais assim como providenciar uma plataforma para a cooperação internacional na área da Cultura, tanto em termos de recursos como de capacidades técnicas.

3.1 A Constituição da República de Moçambique

A Constituição Moçambicana preconiza que o Estado valoriza as línguas nacionais como um património cultural e educacional e urge a promoção do seu desenvolvimento, assim como a sua utilização como instrumento de fortalecimento da identidade moçambicana. O objectivo fundamental do Estado é indicado como a consolidação da unidade nacional, numa sociedade pluralista e tolerante que valoriza a cultura de paz. O Estado promove igualmente a liberdade de expressão científica,

técnica, literária e criação artística dos seus cidadãos, protege a propriedade intelectual e promove a prática e a disseminação de trabalhos literários e de arte. Os cidadãos são igualmente livres em exprimir as tradições e valores da sociedade moçambicana.

3.2 A primeira Conferência Nacional da Cultura e a Política Cultural

As recomendações da primeira Conferência Nacional da Cultura realizada em Julho de 1993, conferem à Cultura o papel motor na construção da identidade nacional baseada na diversidade dos seus povos, reconhece o papel fundamental da Cultura no desenvolvimento e a necessidade de fortalecer a produção artística, de salvaguardar o património cultural, o papel intersectorial da Cultura (educação, ciências, desportos e educação física), assim como o papel da Cultura nas relações de cooperação internacional. A Conferência, adoptou a proposta da Política Cultural Nacional e recomendou a sua aprovação.

A Política Cultural de Moçambique foi aprovada pelo Conselho de Ministros em Julho de 1997. As prioridades e objectivos nela estipulados serviram de base para formulação das prioridades estratégicas. O desenvolvimento poderá apenas ser sustentável se forem envolvidas as pessoas tomadas como os primeiros e principais beneficiários. Para tal, é fundamental a integração das questões culturais nos programas e processos de desenvolvimento, o que justifica a colocação desta prioridade como a primeira em ambos os instrumentos. Um dos mais importantes papéis da cultura é o fortalecimento da identidade moçambicana no contexto da unidade na diversidade. As outras prioridades, como a preservação do património cultural, o desenvolvimento de instituições culturais, a promoção da pesquisa e investigação, etc., ocupam também um lugar proeminente nesta Estratégia, o qual visa a operacionalização das prioridades identificadas.

3.3 O Plano Quinquenal do Governo (2005-2009) e o PARPA II (2005-2009)

O Plano Quinquenal do Governo (2005-2009), considera a cultura como referência importante em todos os programas que têm por objectivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento do país. A Estratégia destaca a protecção e promoção do património cultural assim como a transmissão das tradições culturais, encorajando em simultâneo, formas contemporâneas de expressão de valores culturais. A cultura é vista como um instrumento fundamental para a promoção do patriotismo e da unidade cultural.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) é um plano operativo do Plano Quinquenal do Governo que se concentra no melhoramento da qualidade de vida dos grupos mais desfavorecidos da sociedade, ou seja, os que vivem em condições de pobreza absoluta. Ademais, a cultura é um elemento importante do capital humano que, por sua vez, assumido como prioridade. Na secção da estratégia de desenvolvimento, o PARPA considera a cultura como uma dimensão

relevante da educação dos indivíduos, um elemento vital para melhorar a qualidade da educação, contribuindo assim para o desenvolvimento e para a redução da pobreza.

Nesta perspectiva, a Cultura é também abordada como componente provedor de actividades de auto-emprego, de consolidação da moçambicanidade, da auto-estima, assim como de valores cívicos e morais. A dimensão cultural é ainda descrita como fundamental para o sucesso e a sustentabilidade de todos os programas de desenvolvimento.

3.4 Agenda 2025

A Agenda 2025 é um documento visionário que analisa a situação actual e desenvolve cenários desejáveis em que o país se deveria encontrar em 2025. As prioridades das questões culturais identificadas correspondem grandemente a esta Estratégia. O conhecimento das práticas e a medicina local são considerados elementos importantes do capital social e humano. A Cultura é considerada importante, principalmente porque a adopção dos conteúdos da educação ao nível local são fundamentais para as comunidades e para uma educação completa do indivíduo.

A ausência de uma política linguística, uma das questões que a presente Estratégia aborda, é vista pela Agenda 2025, como uma das maiores fraquezas para o desenvolvimento do capital humano e o acesso limitado à informação por parte da maioria da população devido a obstáculos de língua é considerado uma das fraquezas da governação. A Agenda também reitera a importância da integração dos factores endógenos ao processo de desenvolvimento, assim como apela para a promoção da leitura e a transferência de valores e tradições culturais às novas gerações como estratégias de construção do capital humano.

Uma das 14 premissas que a Agenda 2025 apresenta para um bom cenário para o país, é de que o desenvolvimento do país apenas será possível quando as comunidades locais, as suas identidades e normas culturais, as suas regras e mecanismos de tomada de decisões forem valorizadas e integradas no processo de desenvolvimento.

3.5 Os instrumentos legais regionais

A Carta para a Renascença Cultural de África estabelece padrões para os Estados Africanos no que se refere à diversidade cultural, identidade e renascença Africana, desenvolvimento cultural, e formação, o uso de línguas africanas, o papel do Estado, relações de cooperação entre os Estados e a diáspora africana. Os objectivos estratégicos deste plano estão de acordo com a Carta, principalmente no que concerne a integração da cultura nos processos de desenvolvimento, na promoção do uso das línguas locais, na protecção do património cultural assim como na promoção da identidade Moçambicana num contexto de diversidade.

O Plano de Acção para as Indústrias Culturais em África foi aprovado em Nairobi, Quénia durante a Conferência de Ministros da Cultura de África. Este documento propõe várias soluções para resolver os problemas enfrentados pelas indústrias culturais em África. A Estratégia analisa os aspectos económicos, sociais e políticos do sector numa perspectiva dos Estados Africanos. Entre os maiores problemas identificados encontram-se o difícil acesso aos mercados de exportação, impostos fiscais e aduaneiros excessivos, o estatuto social baixo dado ao artista e a fraca qualidade dos produtos culturais africanos. A Estratégia tem por objectivo reforçar a contribuição económica da cultura para o desenvolvimento do país e incluem várias actividades para fortalecer a produção, a venda e a distribuição dos produtos culturais moçambicanos, a promoção do turismo cultural e a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento das indústrias culturais. Outra prioridade, relaciona-se com a capacitação da área, para que contribua para o desenvolvimento das indústrias culturais através da organização e formação técnica e em gestão das organizações culturais (instituições, associações, cooperativas, etc.).

O documento base do NEPAD, apenas menciona a cultura no que concerne à importância do uso e protecção do conhecimento local. Uma área também valorizada por esta Estratégia, é o fortalecimento e promoção da identidade moçambicana no contexto da diversidade. De facto, o NEPAD é baseado na necessidade de África resolver os seus próprios problemas através dos seus próprios meios mas com o apoio activo dos parceiros e dos intervenientes nos níveis local, nacional, sub-regional, continental e internacional. O que significa que toda a fundação do NEPAD está baseada na cultura Africana. A Estratégia baseia-se nessa mesma filosofia, em particular, no que se refere à primeira prioridade estratégica que visa a integração das questões culturais nos processos de desenvolvimento do país.

3.6 Instrumentos internacionais

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) desenvolveu uma série de instrumentos (Convenções, Recomendações e Declarações), para a área da Cultura, algumas das quais foram elaboradas e adoptadas nestes últimos anos. Os objectivos estratégicos e as actividades deste Plano Estratégico foram elaborados de modo a corresponder a esses padrões internacionais, relativos a preservação e promoção do património cultural tangível e intangível.

No que se refere às Convenções Internacionais, existem actualmente 7 Convenções da UNESCO para a área da Cultura, 5 das quais se tornaram já Legislação Internacional, sendo que as outras duas aguardam um número suficiente de ratificações para serem internacionalmente compulsivas. As primeiras cinco são:

- A Convenção Universal dos Direitos de Autor (1952) e a sua Revisão (1971);
- A Convenção para a Protecção da Propriedade Cultural no Evento de um Conflito Armado (1954) e os seus 1º e 2º protocolos (1954 e 1999);
- Os Meios de Proibição de Importação e Exportação e Transferência Ilícita de Bens Culturais (1970);

- A Convenção sobre a Protecção do Património da Humanidade Cultural e Natural (1972);
- A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Intangível (2003) vai se tornar efectiva em Maio ou Junho de 2006.

As outras duas convenções adoptadas pelo países membros da UNESCO mas, ainda no processo de serem ratificadas pelos países membros são:

- A Convenção para Protecção do Património Subaquático (2001);
- A Convenção sobre a Protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais (2005).

Moçambique já ratificou a *Convenção sobre a Protecção do Património da Humanidade Cultural e Natural* e iniciou o processo da ratificação da *Convenção dos Meios de Proibição de Importação e Exportação e Transferência Ilícita de Bens Culturais*, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural* e a *Convenção sobre a protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais*.

A ratificação das Convenções de 1970, 2003 e 2005, está prevista para um futuro próximo e alimentarão directamente as prioridades estratégicas delineadas nesta Estratégia. Por exemplo, a implementação da *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Intangível*, vai reforçar a possibilidade de obter resultados concretos.

As consultas feitas no âmbito da elaboração deste Estratégia, sublinham a importância do lançamento dos processos de ratificação das outras convenções. Por exemplo, tendo em consideração que Moçambique tem uma longa linha costeira e por consequência, um vasto património subaquático conhecido e desconhecido, torna-se imperioso considerar a ratificação da *Convenção para Protecção do Património Subaquático*. É importante utilizar este instrumento para proteger o património das gerações vindouras mesmo que agora o país não tenha os meios técnicos e financeiros para identificar e preservar tal património. Neste momento o Oceano Indico é terreno livre para caçadores internacionais de tesouros e saqueadores, visto que não existe nenhum instrumento legal internacional que os impeça.

No que se refere a *Convenção sobre a Protecção do Património da Humanidade Cultural e Natural*, há necessidade de se fortalecer a aplicação desta Convenção, com o objectivo de se expandir o número de locais incluídos na lista do Património Mundial. Há também necessidade de se fortalecer a capacidade do país de preservar e gerir esses locais. Isto não é apenas para cumprir com os nossos compromissos com a humanidade mas também para assegurar que as gerações futuras possam usufruir e beneficiar desses locais de extraordinário valor universal. Para além disso, é fundamental explorar as grandes oportunidades económicas e sociais desses locais, que, neste momento, estão subaproveitadas, em particular no contexto do desenvolvimento da indústria turística, contribuindo assim para o empoderamento das comunidades.

Esta Estratégia reitera que a adopção desses instrumentos permitirá que o país beneficie de um quadro legislativo e de protecção da comunidade internacional, assim como da possibilidade de poder beneficiar de outros incentivos e recursos que a ratificação dessas convenções oferecem. Fazendo isso, o país estará a elevar as suas próprias políticas e quadros para os mais elevados padrões internacionais.

4. Componentes da Estratégia

A combinação dos ambientes interno e externo, a missão, a visão e os princípios do Ministério da Educação e Cultura, conduziram à definição de prioridades estratégicas para área da cultura. Cada prioridade estratégica é apresentada com uma análise da situação actual e o alcance que se pretende num futuro próximo.

4.1 Promoção da Cultura e sua contribuição no desenvolvimento social e económico.

4.1.1 Situação actual

O turismo sustentável é uma ferramenta importante tanto para o desenvolvimento económico de uma comunidade como para a preservação de seu património natural e cultural. O sucesso do desenvolvimento sustentável reclama uma planificação turística participativa, onde o sector público, empresariado e comunidade se unam para buscar, acima de tudo, o bem-estar para a população local e a valorização de sua identidade. O turismo cultural, por exemplo, exige uma gestão pública comprometida com a ideia de que a sustentabilidade requer uma comunidade autónoma para tomar decisões sobre como compartilhar o seu património com o turista, sem que com isso condene sua cultura à espectacularização.

O turismo cultural é uma das alternativas para complementar a actividade turística que já se desenvolve e, reverter a estagnação da economia nacional. A actividade turística implementada em Moçambique deve procurar explorar os seus atractivos naturais, arqueológicos artísticos e edificados. O património natural de Moçambique é composto de dezenas de ilhas marítimas e fluviais, milhares quilómetros de praias, reservas naturais e paisagens de beleza natural. Embora, o turismo em Moçambique, esteja voltado para o ecoturismo, o país também apresenta um rico conjunto de elementos que o elevam à categoria de espaço com potencial para o desenvolvimento do turismo cultural. São histórias, costumes, experiências e edificações que só contribuem para transformá-lo num local de importância singular (abrigos rochosos com pinturas rupestres, conjuntos arquitectónicos antigos) e numerosas estações arqueológicas.

Contudo, no desenvolvimento de qualquer tipo de turismo, a planificação da actividade deve partir, primeiramente, da vontade e da participação da comunidade local. Nesse sentido, conhecer as bases de planificação do turismo em Moçambique é uma forma de compreender a natureza dos impactos que o empreendimento turístico poderá provocar, bem como uma oportunidade de propor medidas para implantação do turismo cultural.

Uma planificação turística com base na sustentabilidade envolve a articulação dos vários segmentos sociais, a saber: governo, empresariado e comunidade. Importa ressaltar que as decisões sobre os assuntos do turismo devem partir do ponto de vista da comunidade. Como forma de se auto-preservar, cabe à população local decidir sobre o que é importante para si e o que deve ser mostrado ao turista. Nesse sentido, é a comunidade que estabelece limites à actividade turística e não o turismo que lhe dita regras.

Por outro lado, é importante destacar a relação existente entre o *património edificado* e o desenvolvimento económico. O restauro de monumentos, e a consequente atribuição de uma função social ou económica a esses mesmos edifícios (hotel, escritório, loja casa de cultura, sala de espectáculos, etc.), criará oportunidades de emprego e rendimentos a curto e longo prazos. Um bom exemplo desta abordagem pode ser visto na Ilha de Moçambique, onde a reabilitação deste património mundial constitui factor importante para o desenvolvimento sócio-económico da Ilha e da região circunvizinha, através da criação de postos de trabalho e da atracção de turistas e investidores.

As indústrias culturais compreendem todos os empreendimentos e sectores de produção de bens culturais, indo desde os espectáculos, cinema e audiovisual, os estúdios de gravação musical, o fabrico de instrumentos musicais, o livro, entre outros. A produção de espectáculos culturais e recreativos, cuja relevância reside também no facto de constituírem momentos privilegiados de educação cívica e patriótica dos cidadãos, é uma das acções desenvolvidas preferencialmente pela sociedade civil.

Como acontece com os outros sectores da vida económica do país, a agressividade do empresariado nacional tem sido ofuscada pelo poder de compra dos cidadãos. Visando contornar esta situação, a produção de espectáculos com artistas estrangeiros de reconhecida popularidade e a escolha de centros de maior consumo, a fim de minimizar os riscos dos seus investimentos, tem sido a tendência dos últimos tempos. Estas atitudes, que resultam também da falta de capitais iniciais, colocam em segundo plano a promoção de artistas e criadores nacionais.

O desenvolvimento da área do audiovisual e cinema, cujos produtos muito contribuem para a educação dos cidadãos, está igualmente condicionado pela iniciativa privada. Esta área comporta três sectores fundamentais: a produção, distribuição e exibição, sendo a produção, com mais de 14 empresas registadas, a que mais se ressentir da falta de recursos para o seu desenvolvimento. Esta situação

prende-se com os elevados custos envolvidos na produção de uma obra cinematográfica ou audiovisual.

O sector de distribuição, assegurado por apenas duas empresas privadas, mostra-se, igualmente fragilizado pela incapacidade financeira de assegurar uma importação regular de filmes, o que se reflecte na inoperacionalidade de cerca de 60 salas de cinema, de um universo de 72 existentes no país. Como resultado desta situação, assiste-se hoje a uma proliferação de recintos clandestinos de exibição de vídeo - filmes no país, cujo número se estima em 3.000, os quais projectam filmes muitas vezes inadequados a certas faixas etárias.

A sociedade civil, de uma maneira geral, tem contribuído para a busca de alternativas para inverter esta situação. É de referir o recente surgimento de cooperativas e associações, como é o caso da Produtores Associados, Associação Moçambicana de Cineastas e Associação Moçambicana de Exibidores de Videogramas, todas sediadas na capital do país.

A indústria de gravação musical assim como a do livro, conhecem investimentos privados tímidos, e queixam-se dos elevados custos de produção. Ainda longe de corresponder à grande procura, por um lado, o seu carácter selectivo (na busca de possibilidades de venda dos discos), não tem aberto oportunidades para os escritores e músicos emergentes. Por outro, o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, especialmente a proliferação de computadores com capacidade para gravar CD-ROMs, torna possível, também, a existência de uma indústria paralela de pirataria de produtos artísticos, o que constitui um problema sério ao desenvolvimento e à qualidade da produção artística.

A produção e disponibilidade de instrumentos musicais, é determinante para o desenvolvimento da criação e interpretação musical, bem como para a prospecção e valorização de novos talentos. Todavia, Moçambique carece de uma indústria deste cariz, particularmente no que se refere aos instrumentos convencionais. Quanto aos instrumentos e outros materiais tradicionais, se bem que existam muitos produtores aplicados, a sua distribuição pelo país é ainda incipiente.

Uma leitura destes dados sugere, por um lado, o fraco engajamento da sociedade civil na promoção e divulgação da cultura e a o fraco aproveitamento das oportunidades para a afirmação e valorização dos artistas. Por outro, mostra o aumento do número de espaços para o entretenimento e lazer educativo dos cidadãos e, de algum modo, o crescimento da consciência da necessidade de formalização das iniciativas e actividades culturais.

4.1.2 Estratégia

De uma maneira geral a cultura lança as bases sustentáveis de subsistência, o que é visual pelo aumento do número de cidadãos e famílias que vivem de empregos e de iniciativas e projectos culturais. É esta dimensão que deve ser cada vez mais fortalecida. Neste domínio, os desafios consubstanciam-se nos seguintes aspectos gerais:

- A criação de um ambiente jurídico e social que motive mais investimentos;
- A instauração de um ambiente favorável ao desenvolvimento e prosperidade das indústrias culturais, através de acções de combate à pirataria, fiscalização das actividades e cumprimento da legislação;
- A promoção do artesanato, como actividade rentável, sustentável, e presente em todas as comunidades, através de realização de feiras, treinamento e divulgação no âmbito do turismo cultural;
- A promoção do turismo cultural, associado à ampla divulgação das potencialidades locais e nacionais.

4.1.3 Quadro para acção e reforma de política

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Desenvolver e promover um modelo para perfis históricos e sócio-culturais locais para utilização na planificação para o desenvolvimento.	Maior integração da dimensão cultural nos programas de desenvolvimento.	Número de programas de desenvolvimento de outros sectores com instrumentos incorporados.	
	Elaborado um modelo genérico para documentar o perfil histórico e sócio-cultural	Documento do quadro estrutural e modelo finalizado.	
Promover o turismo cultural	Divulgado um itinerário e calendário de locais e eventos culturais regulares do país.	Itinerário Nacional de Turismo Cultural elaborado e publicado sob a forma de brochura e Website.	
	Turismo baseado na comunidade desenvolvido.	Comunidades e organizações comunitárias e de guias comunitários formados e capacitados.	
	Promoção das especificidades socioculturais locais	Número de eventos realizados (feiras locais de artesanato, festivais, ...).	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Promover o Turismo na Ilha de Moçambique (Património Mundial)	Ilha de Moçambique reabilitada e restaurada.	Elaborado e implementado o Programa de Desenvolvimento Humano, Sustentável e Reabilitação Integrada da Ilha de Moçambique.	
	A Ilha de Moçambique integrada nos roteiros do turismo	Visitantes da Ilha de Moçambique e melhoria dos serviços oferecidos.	
	A Ilha mais documentada e divulgada para o conhecimento e educação.	Publicações e sessões de explicativas sobre o valor e dimensão da Ilha de Moçambique.	
	Potencial da Ilha de Moçambique explorado de forma positiva e na sua íntegra.	Elaborado e implementado o Plano para a protecção do património subaquático da Ilha de Moçambique.	
	Maior interacção entre os intervenientes e/ou partes interessadas	Criado o “Fundo Comum” e sessões regulares realizadas.	
Providenciar incentivos para o desenvolvimento das indústrias culturais.	Revisto e actualizado o sistema de taxas e estrutura de outras imposições aduaneiras.	Instrumentos legais elaborados e actualizados.	
	Promovida a disseminação das reformas fiscais, com destaque para a lei do Mecenato.	Publicações sobre a legislação e sessões de divulgação e monitoria.	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Fortalecido o quadro regulador legal para o desenvolvimento de cooperativas de pequenas e médias empresas culturais.	Legislação criada e facilidades no processo de formação e oficialização das empresas culturais.	
Promover a exploração comercial de produtos culturais locais e criações artísticas.	Capacidade e competência das empresas culturais melhorada	Criada a capacidade competitiva dos produtores culturais nacionais	
	Realizadas acções de formação e capacitação institucional para fazedores culturais.	Número de programas de formação e capacitação realizados para o desenvolvimento de habilidades profissionais.	
	Estabelecimento de mecanismos de marketing e acesso aos mercados.	Marketing e interacção com principais mercados internacionais estabelecidos	
Melhorar o acesso a dados de qualidade sobre a importância económica da área da cultura	Maior sensibilidade sobre o impacto económico das artes e cultura na economia.	Estabelecido sistema nacional de sistematização e disseminação de dados estatístico-económicos na área da cultura.	
Fortalecer os regimes de aplicação dos Direitos de Autor.	Potenciadas/criadas instituições de administração dos direitos de autor.	Maior parceria e capacidade da SOMAS (Sociedade Moçambicana de Autores).	
	Fortalecidas as acções de combate a pirataria e contrafacção de produtos culturais.	Reduzida a ocorrência da pirataria e contrafacção.	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Actualizada e disseminada a legislação sobre direitos de autores.	Melhoria do estatuto do artista e dos rendimentos dos fazedores culturais.	
	Aumentada a sensibilidade sobre os direitos de autor.	Campanhas e sessões realizadas por actores públicos e privados.	

4.2 Preservação e valorização do património cultural.

4.2.1 Situação actual

O património cultural constitui a maior riqueza espiritual de Moçambique como Nação. Constituí pois, um objectivo estratégico do Governo e da sociedade moçambicana garantir que toda essa riqueza cultural possa valorizar-se, manter-se e incrementar. É importante realçar que património cultural não é algo relacionado, apenas, com o edifício colonial ou um determinado local histórico, por exemplo. O conceito de património cultural implica muito mais: os elementos sem substância física (os modos de falar, as canções, as tradições, as formas de conduta), o que significa que a maneira de ser e de estar das diferentes comunidades e povos faz parte, também, do espectro do património cultural.

O património local é preservado com base em diferentes procedimentos endógenos, baseados numa relação de equilíbrio entre as próprias comunidades e o meio ambiente em que estão inseridas, equilíbrio esse garantido pelo papel das chefias tradicionais, os guardiões incontestáveis da maneira de ser e de estar das comunidades sob sua liderança.

Apesar dos resultados positivos que resultam destas práticas, elas são pouco sustentáveis devido a falta de uma estratégia de combinação com outras iniciativas promovidas por outros actores sociais e institucionais.

Deste facto decorre o fraco conhecimento e valorização do património cultural por grande parte dos cidadãos, bem como a fraca sistematização e divulgação do potencial cultural do país, a inadequada legislação e capacidades na gestão e preservação.

4.2.2 Estratégia

Neste domínio, os desafios colocam-se a diversos níveis de interacção. Assim, com o fim de assegurar uma protecção e conservação eficazes, bem como a valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado nas províncias e localidades, sugere-se às autarquias e governos provinciais a pôr em prática, as seguintes acções, com a participação dos líderes e comunidades locais:

- adoptar uma política geral que vise determinar a função atribuída ao património cultural e/ou natural na vida colectiva, e integrar a salvaguarda do referido património nos programas de planificação geral. Chamamos atenção particular para a necessidade infalível de se procurar dar uma função específica a cada edifício reabilitado, para se evitar a sua deterioração por falta de utilização. A determinação da função utilitária dos edifícios a reabilitar deverá ser da responsabilidade das comunidades em que estão inseridos, com o apoio das estruturas locais ou provinciais;
- instituir no seu território, caso não existam, serviços de protecção, conservação e valorização do património cultural e/ou natural, com pessoal apropriado, dispondo dos meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas;
- desenvolver em cooperação com as estruturas centrais e instituições nacionais, estudos e pesquisas científicas e técnicas, e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam a cada província enfrentar os perigos que ameaçam o seu património cultural e natural;
- tomar, em coordenação com as estruturas centrais, medidas jurídicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, protecção, conservação, valorização e restauro do referido património, abrindo as portas a parcerias legalmente instituídas; e
- favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros regionais de formação nos domínios da protecção, conservação e valorização do património cultural e natural, encorajando a pesquisa científica e sócio-cultural neste domínio.

Os métodos utilizados para a divulgação do Património Cultural têm sido bastante variáveis e visam abranger a maior parte da sociedade, incluindo a não escolarizada e que não dispõe de meios de informação audiovisuais. Em concreto, esta divulgação e disseminação deve ser realizada através de:

- programação de encontros de auscultação com as comunidades vivendo nos locais e sítios históricos, de modo a garantir o seu envolvimento nas acções relativas ao tratamento generalizado (preservação, valorização) do património cultural;
- criação de mecanismos junto dos potenciais parceiros, por forma a encontrar alternativas viáveis para divulgação do património cultural (cartazes, camisetas, postais, calendários, bonés, documentários, etc.);
- divulgação dos sítios e locais com potencial cultural e para o turismo cultural;
- disseminação de informação inerente às áreas protegidas, sítios e locais históricos, assim como outras informações de carácter histórico e cultural através dos meios de comunicação, das escolas, e de estabelecimentos hoteleiros e de restauração;
- produção de brochuras e outras publicações, como resultado da investigação sócio-cultural e científica sobre os bens do património cultural e natural, bem como sobre a interacção das comunidades guardiãs do património com esse mesmo património.

4.2.3 Quadro para acção e reforma de políticas.

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Desenvolver o programa para valorização do património cultural tangível.	Cidadãos mais sensibilizados e envolvidos na preservação do património cultural.	Campanhas e programas realizados nas escolas, instituições, comunidades.	
	Utilização efectiva dos valores culturais e bens patrimoniais na educação e turismo.	Aspectos das artes e cultura integrados nos currículos escolares, visitas e campos de férias a locais de património cultural.	
Desenvolver e publicar inventários nacionais sobre locais, monumentos, bens móveis e património cultural intangível.	Uma <i>Base de Dados</i> sobre instituições, fazedores e potencialidades culturais instalada.	Disponível <i>Base de Dados</i> informatizada.	
	Ampliadas as fontes de conhecimento e compreensão do património cultural nacional.	Publicado o inventário do património cultural móvel e imóvel.	
	Estabelecido um sistema nacional de registo e documentação do país.	Definida a estrutura, o enquadramento e o processo do inventário nacional do património intangível.	
Actualizar a legislação sobre a preservação do património cultural tangível, intangível e natural.	Um quadro legal e regulador para a protecção do património cultural estabelecido.	Legislação revista e actualizada.	
	Reforçadas capacidades e competências na protecção do património cultural	Acções de treinamento realizadas para agentes de aplicação e beneficiários das leis.	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
	Ratificadas as Convenções internacionais relevantes.	Convenções ratificadas e disseminadas.	
Desenvolver plano e programa de conservação para o restauro preservação e gestão do património cultural tangível.	Protecção legal dos bens do património cultural mais representativos.	Plano desenvolvido e implementado	
	Continuada a manutenção da Bases da Luta Armada de Libertação.	Plano de manutenção e conservação implementado	
	Aumentar o número de bens do património nacional na lista oficial da UNESCO, para Património Mundial da Humanidade.	Lista nacional actualizada e submetida UNESCO à lista do património Mundial.	
	Criado o Instituto do Património.	Instituto criado e operativo	
Desenvolver o plano e o programa de protecção e revitalização do património cultural intangível incluindo a política nacional linguística.	Estudadas e sistematizadas as expressões do património cultural intangível em perigo de extinção.	Publicações feitas	
	Envolvimento e participação da comunidade na protecção e gestão do património reforçado.	Redes comunitárias, escolares, associativas e para preservação do património cultural intangível funcionais.	
	A política e o quadro legal desenvolvimento e exploração do património linguístico de Moçambique desenvolvidas	Criada e implementada a Política linguística de Moçambique.	
Garantir a protecção da	Implementados os Planos de Acção/Gestão da Timbila e Nyau.	Planos e estruturas da gestão implantados	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Timbila e do Nyau (<i>Obras Primas do Património Oral Intangível da Humanidade</i>).	Promover a maior disseminação da Timbila e Nyau.	programas e actividades desenvolvidas	

4.3 Desenvolvimento e fortalecimento da capacidade e infra-estruturas.

4.3.1 Situação actual.

As infra-estruturas constituem uma condição fundamental para o desenvolvimento. A experiência mostra que o desenvolvimento das artes e cultura em Moçambique não poderá se concretizar efectivamente sem que haja um rede nacional de infra-estruturas culturais suficientes e operativas.

Para além de constituírem a memória colectiva e institucional, as infra-estruturas culturais reflectem o nível de investimento social na promoção da auto-estima e do amor patriótico, do referente cultural como fonte de profissionalização, de investimentos económicos, enfim, pilar do desenvolvimento sustentável.

Um dos desafios centrais do sector da Educação e Cultura é o de promover a cultura para que ela seja um factor real do desenvolvimento social e económico. Todavia, as evidências fazem crer que, se Moçambique tivesse infra-estruturas culturais à dimensão das necessidades, o país atingiria muito rapidamente níveis mais altos de capitalização das artes e cultura como instrumentos eficientes de geração de empregos seguros e de riqueza, de educação e elevação da qualidade do ensino, de sensibilização e de fortalecimento da moçambicanidade.

Todavia, as evidências demonstram um cenário crítico, apesar do conhecimento da força e dos retornos que o investimento em infra-estruturas culturais representa. Na prática é muito fraca a capacidade de resposta à grande procura de infra-estruturas. Como exemplo, em 11 províncias, o país possui apenas 6 (seis) Casas Provinciais de Cultura, e somente 11 (onze) Casas distritais de Cultura. Para além do trabalho de ensino vocacional ministrado pelas Casas de Cultura, o ensino artístico é assegurado apenas por 3 (três) escolas (dança, música e artes visuais). A situação é ainda crítica quanto à rede nacional de Museus (apenas 4 sob tutela do MEC), espaços para produção de espectáculos Culturais, o estado e fraca oferta de serviços de qualidade pelas poucas bibliotecas que o país possui.

Este panorama, combinado com a fraca profissionalização e em alguns casos, inexistência de quadros à altura das exigências, condicionam o bom desempenho da área da cultura.

4.3.2 Estratégia

Deste modo, importa destacar a necessidade de relançar acções efectivas tendo em vista:

- Implantar e fortalecer a rede de bibliotecas comunitárias, escolares, públicas distritais e provinciais;
- Potenciar os centros de documentação de referência ao nível nacional: Biblioteca Nacional de Moçambique e Arquivo Histórico de Moçambique;
- Expandir e fortalecer a rede nacional de Casas de Cultura (como instituições de base do trabalho cultural), e incentivar a criação de centros culturais;
- Estimular a criação de museus locais, Sítios e Monumentos que constituem importantes centros da memória colectiva;
- Ampliar da rede nacional de instituições de ensino artístico aos diversos níveis (básico, secundário, médio e superior), no âmbito da criação de capacidades e oportunidades de auto-emprego.
- Criar capacidades humanas e institucionais.

4.3.3 Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Desenvolver a capacitação humana e institucional.	Capacitar os funcionários das instituições públicas e especializadas nas suas áreas de competência.	Programas de capacitação realizadas e elevação da qualidade de desempenho.	
	Comunidades e artistas, providas de capacidades profissionais e gestão do património cultural.	Programas de capacitação realizadas.	
	Instituições melhor equipadas e modernizadas, segundo as especialidades.	Número de instituições beneficiadas.	
Expandir e melhorar a rede de infra-	Promover a construção de bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e privadas.	Bibliotecas reabilitadas e construídas.	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
estruturas culturais	Fortalecida a rede nacional das Casas da Cultura.	Casas de Cultura reabilitadas e construídas.	
	Criados mais museus, monumentos, centros comunitários de interpretação.	Museus, monumentos e centros implantados e operacionalizados.	
	Implantadas mais espaços para a divulgação artística e cultural.	Espaços para espectáculos, exposições de arte e artesanato construídos.	
	Mais instituições de ensino artístico e vocacional criadas.	Escolas de arte construídas.	

4.4 Fortalecimento da parceria com os vários intervenientes.

4.4.1 Situação actual

Sendo a Cultura, a totalidade do modo de vida de um povo ou comunidade (Política Cultural, 1997), ela singulariza-se pela sua vasta abrangência na medida em que a todos diz respeito. Nessa óptica, é inquestionável que sejam os artistas, os criadores, as comunidades em geral, os seus maiores intervenientes.

Na implementação da política cultural, os esforços do Estado são complementados pela grande contribuição da sociedade civil - os fazedores da Cultura. Com acções concretas, a área da Cultura engaja-se no fomento de instituições específicas viradas à promoção e desenvolvimento da cultura, à constituição de associações e empresas de promoção, divulgação e valorização da cultura moçambicana, em todas as suas vertentes.

A emergência de associações cooperativas e empresas culturais em todos os domínios da criação artística, testemunham esse esforço. Todavia, a realização dos propósitos que norteiam a formação destas iniciativas, tem-se revelado cativa das conjunturas económicas, designadamente a alta de preços dos materiais indispensáveis, os custos para a formalização da sua existência jurídica, os custos das suas actividades e do seu funcionamento bem como do fraco domínio da legislação sobre a cultura, com especial referência para a Lei do Mecenato.

A esta situação, acrescenta-se a falta de um movimento associativo cultural unido e forte nas diferentes áreas artísticas. Esse facto dificulta a identificação de interlocu-

tores certos dos vários grupos de interesse. Se, por um lado, existem iniciativas bem sucedidas, por outro, situações decorrentes destes constrangimentos fazem com que esteja em causa a subsistência de grande parte das associações culturais, iniciativas de artistas e criadores.

4.4.2 Estratégia

A política Cultural e Estratégia para a sua implementação, bem como legislação afim, abrem espaço para maior protagonismo da sociedade civil na preservação Cultural e complemento da acção do Governo. Para que se estabeleça uma interacção salutar entre os diferentes intervenientes, a presente estratégia vai privilegiar:

- O fortalecimento do associativismo cultural;
- A promoção da interacção entre o Governo e os diferentes intervenientes na área;
- O incentivo ao sector privado para a promoção e financiamento de programas Culturais;
- O fortalecimento da capacidade interventiva do FUNDAC (*Fundo para o Desenvolvimento Artístico Cultural*);
- O Fortalecimento da cooperação e intercâmbio internacional.

4.4.3 Quadro para acção e reforma de políticas.

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Promover a interacção entre os diferentes intervenientes e o governo na gestão cultural.	Fortalecida a interacção entre os fazedores culturais.	Estímulos ao associativismo cultural.	
	Melhorada a participação dos artistas na gestão cultural.	Criado um órgão nacional que congregue as diferentes áreas das artes.	
	Sector privado mais proactivo na promoção e financiamento de programas culturais.	Parceiros envolvidos.	
	Apoiadas as associações culturais e comunidades.	Aumento da capacidade de resposta do FUNDAC.	

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Incrementar a cooperação e intercâmbio cultural com povos da região e do mundo.	Fortalecido conhecimento do país e a integração regional e internacional.	Intercâmbios e programas de cooperação concretizados.	

4.5 Fortalecimento da moçambicanidade no âmbito da unidade na diversidade.

4.5.1 Situação actual

A construção e consolidação da Nação Moçambicana e o incremento do desenvolvimento, exigem a formação de cidadãos com uma personalidade e identidade próprias, comprometidos com a pátria. Essas virtudes só se adquirem pela via da cultura. Moçambique é uma Nação diversificada em todos os seus aspectos, e, desde as suas origens. Processos históricos enriqueceram, nalguns casos, e tentaram empobrecer, noutros, essa diversidade. Os desafios de desenvolvimento económico e social da Nação Moçambicana exigem antes de tudo, uma consciência nacional que supera as diferenças de pessoas e grupos que a compõem.

Nesse processo, a cultura, dimensão que torna perceptível essas diferenças, é igualmente o factor da coesão. Deste modo, os “valores” são o suporte capital da coesão e estabilidade social, bem como da identidade do grupo; daí a grande importância dos valores culturais no desenvolvimento da solidariedade entre os membros de um grupo.

Pelo seu carácter dinâmico, a cultura participa na construção da “ordem social”, de forma progressiva, fazendo desfrutar aos seus membros, o vasto mosaico de realidades que constituem a Nação.

4.5.2 Estratégia

Sem prejuízo das singularidades individuais ou de grupo, estabelece-se um grupo cujas formas de representação se organizam em torno de um princípio dominante e inteligível. Para o alcance destes desígnios, é importante desencadear acções que, entre outros, visem:

- Promover a valorização das especificidades culturais regionais e locais;
- A pesquisa e a maior difusão das diferentes experiências culturais;
- Privilegiar a juventude, com destaque para a comunidade estudantil no acesso as fontes do conhecimento local e da história nacional;

- Promover intercâmbios culturais e outras formas de interacção entre actores sociais de diferentes realidades socioculturais.

4.5.3 Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores /Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Desenvolver as acções de fortalecimento do diálogo e compreensão intercultural.	Fortalecido o papel da cultura para a coesão, harmonia social e auto-estima.	Maior referência /identificação com os valores / cultura nacional	
	Promovidas as expressões artísticas e culturais a nível nacional e internacional	Programas produzidos e difundidos, sobre a diversidade cultural do país	
Promover a Educação para o Património Cultural.	Integração de aspectos de arte e cultura nacional nos processos de ensino-aprendizagem fortalecida.	Nível de integração e implementação.	
	Fortalecida a interacção escola-comunidade na gestão do património cultural.	Ligação escola-comunidade mais operativa	
	Maior reconhecimento das artes e cultura como área de profissionalização.	Aumento de ingressos nas escolas de arte e cultura.	

5. Monitoria e Avaliação

O Plano Estratégico é um instrumento de planificação. Deve ser regularmente revisto, actualizado, e enriquecido, de modo a corresponder às possíveis mudanças a ocorrer ao longo do processo da sua implementação. A monitoria será feita de duas formas:

- Através de um sistema periódico e contínuo de avaliação e verificação (trimestral e semestral), de forma a se poder medir o grau de implementação do Plano Estratégico. Essa aferição será feita com base em objectivos, resultados, actividades, indicadores, e meios de verificação definidos.

- b) Através de avaliações externas em determinados momentos de implementação do Plano.

Relatórios anuais de progresso onde se documenta o progresso para o cumprimento das metas de desempenho do PEC, detalhando as despesas pré-alocadas e desembolsadas, que avaliem os obstáculos e identifiquem as prioridades para a acção correctiva (incluindo ajustes nas políticas e estratégias do PEC), são os instrumentos chave para a monitoria do progresso. Anualmente, terá lugar, um encontro de avaliação, onde deverão participar para além de dirigentes e quadros do MEC, fazedores da cultura e parceiros da cooperação.

6. Financiamento

Os recursos financeiros que têm sido disponibilizados pelo orçamento geral do estado não se mostraram suficientes para a concretização dos planos do sector e dos objectivos que se pretendem alcançar na área da cultura a médio prazo

Assim, por um lado, esforços terão que ser encetados no sentido de se disponibilizar uma parte maior do OGE à área de cultura.

Conceitos chave da área da Cultura

Cultura	O modo de vida de um povo, integrado pelos seus usos e costumes, tradições, normas e expressões artísticas. Estes aspectos possuem uma carga significativa que reflecte uma percepção e uma visão do mundo específica.
Identidade	Sensação ou convencimento íntimo de se ser uma pessoa ou grupo único e distinto de qualquer outro, com personalidade, dignidade e liberdade próprias; Imagem que se constrói inter-subjectivamente, quer dizer, que se realiza através de intercâmbio e, logo, de um processo de comparação em que se leva a cabo a tomada de consciência das diferenças e similitudes com os outros actores sociais. Na elaboração do sentido de colectividade intervêm a dimensão interna do ser humano, através de sonhos e ambições, assim como a dimensão externa por meio da comunicação, aspecto graças ao qual a identidade evolui através dos tempos.
Herança cultural	Formada por todos e cada um dos elementos tangíveis e intangíveis, que se transmitem de uma geração para outra, ultrapassando assim a essência das pessoas, grupos ou povos que constituem a sua identidade.
Bens imóveis	Pertencem ao património tangível e caracterizam-se pela sua imobilidade tal como edifícios, igrejas, parques.
Bens móveis	Pertencem ao património tangível e podem ser trasladados de um lugar para o outro, como quadros, esculturas, livros, móveis.
Conservação	Disciplina que procura evitar a possível deterioração dos objectos, desde um livro ou um bem móvel, a um parque ou uma catedral ou mesquita. Qualquer acção de conservação inclui, também, as intervenções activas ou acções de restauro. A maioria dos esforços de conservação orientam-se para o que se chama de conservação preventiva, o que quer dizer que os objectos não estão expostos a danos desnecessários. É por isso que as salas dos museus estão climatizadas, com controle de temperatura, humidade e qualidade de ar; e possuem condições que permitem a exposição dos objectos num ambiente de luz ténue, sem focos directos de lâmpadas, nem da luz do Sol; É, por isso, também, que os lugares onde existem objectos patrimoniais devem ser, periodicamente, desinfectados para evitar pragas, como por exemplo as térmitas da madeira.

Indústria cultural	Actividade que integra bens culturais de qualquer espécie (tradições, objectos) numa gama de projectos de cariz económico, favorecendo a sua conservação e difusão. São exemplos desta actividade: o turismo cultural; os ciclos artísticos; os museus; os projectos educativos; os livros e revistas; etc.
Monumento Nacional	Lugares, ruínas, construções, ou objectos de carácter histórico ou artístico; cemitérios; peças ou objectos antro-po-arqueológicos, paleontológicos, ou de formação natural, que existam debaixo ou sobre a superfície do território nacional ou na plataforma marítima das águas jurisdicionais, e cuja conservação interessa à História, à arte ou à ciência; os santuários e lugares de culto; estátuas; pirâmides; fontes; placas; inscrições. De um modo geral, os monumentos nacionais são edificações e objectos que permanecem em sítios públicos, e que possuem, geralmente, carácter comemorativo.
Património	Conjunto de bens tangíveis e intangíveis, que constituem a herança de um grupo humano e que reforçam emocionalmente o seu sentido de comunidade com uma identidade própria, sendo percebidos por outros como característicos.
Património intangível	Conjunto de elementos sem substância física (que caracterizam uma comunidade ou um povo (modos de falar, canções, costumes, formas de conduta, danças, ritos).
Património natural	Constituído por elementos da natureza, intervencionados, de algum modo, pela acção do ser humano (parques, jardins botânicos, cavernas de habitação).
Património tangível	Formado por objectos com substância física, e que podem ser conservados ou restaurados por meio de algum tipo de intervenção. O património intangível subdivide-se em móvel e imóvel.
Restauro	Conjunto de técnicas orientadas para intervir numa peça, não só para deter o seu processo de degradação, mas também para recuperar as suas condições anteriores. A maioria das técnicas de restauro (incluindo os instrumentos de recolha dos fragmentos de objectos partidos) são perigosas, e podem acelerar mais a degradação da peça.
Tradição	Forma de conduta própria de um grupo humano, que tem origem antiga e se transmite de geração em geração.
Acervo cultural	Conjunto de conhecimentos, crenças, práticas e objectos, que definem um determinado grupo humano e o diferenciam de outro.

Parte 3:

Assuntos Transversais

1. Reforço da Capacidade Institucional

1.1 Situação actual

A experiência tornou claro que há uma grande necessidade de reforço da capacidade institucional a todos os níveis: central, provincial, distrital e local. Problemas com a planificação (particularmente a nível provincial e a outros níveis mais baixos), questões relacionadas com a monitoria e apoio, uso ineficiente da assistência técnica, atrasos nos desembolsos, fraca coordenação, lacunas na administração financeira e prestação de contas, são todos factores que afectaram o progresso do sector. A formação nem sempre toma em consideração as diferenças de capacidades e de conhecimentos e o impacto a curto e médio prazo a maioria das vezes não é avaliado tornando difícil tirarem-se conclusões concretas sobre a sua eficácia no reforço da capacidade institucional.

A falta de capacidade e de aptidões técnicas nos níveis mais baixos, impede a descentralização da planificação, da gestão e administração financeira e impede a criatividade e inovação. Os directores das escolas, instituições culturais e outros os gestores de educação e cultura a nível distrital têm falta de conhecimentos sobre gestão, supervisão e administração e no tratamento das ameaças ao sector tais como o HIV/SIDA. Onde os esforços de formação foram bem sucedidos, o seu impacto é muitas vezes cortado devido à falta de incentivos na estrutura dos salários e nos mecanismos de progressão na carreira e pelo facto de simplesmente não haver fundos disponíveis a nível local para gerir. A falta de capacidade a níveis mais baixos coloca uma grande sobrecarga nas estruturas de nível central do MEC, obstrui processos de

tomada de decisões, contribui para atrasos substanciais na comunicação vertical e horizontal.

Um desafio adicional é o facto de muitos parceiros de cooperação, ONG e outras agências continuarem a usar modalidades de projecto como um meio de ultrapassar estes problemas de capacidade. Embora seja reconhecido que a modalidade de projecto possa dar um contributo valioso, em determinadas circunstâncias e para objectivos específicos - deslocando a responsabilidade pela gestão diária, apoio e administração para unidades externas (mesmo que estejam fisicamente localizadas dentro das instituições governamentais, tais como direcções provinciais e departamentos distritais) - pouco fazem para reforçar os sistemas do Governo e o pessoal. O mesmo problema acontece com respeito à assistência técnica externa, que muitas vezes assume responsabilidades do Governo em vez de as reforçar. A assistência técnica muitas vezes é colocada sem uma compreensão clara das suas implicações para o desenvolvimento da capacidade. Onde o papel é de “preencher o buraco”, isso deve ser claramente reconhecido, mas não deve impedir que o buraco seja preenchido mais tarde por capacidade moçambicana.

1.2 Realizações durante o período 1999 -2005

Algumas das principais realizações no período de 1999-2005, incluem:

- Melhoria da capacidade do MEC para desenvolver políticas para as diferentes componentes do plano estratégico;
- Melhoria da capacidade de TIC a nível central e provincial, como um instrumento importante de apoio à planificação e administração, bem como para a partilha de informação sobre o progresso no Sistema;
- Reestruturação e modernização das estruturas centrais e subordinadas, como parte do processo de reforma da administração pública em todo o Governo;
- Formação selectiva de pessoal a vários níveis, para tratar da crítica falta de capacidade.

Sumário dos dados de base

- Foi realizado um progresso significativo no reforço da capacidade para apoiar uma gestão mais forte, responsabilização e administração financeira, através de mecanismos descentralizados;
- Existem grandes disparidades e lacunas nos níveis de capacidade e conhecimentos especializados, tanto dentro das regiões e entre elas, como a todos os níveis do Sistema;
- A falta de capacidade e de conhecimentos nos níveis mais baixos impediu a descentralização da planificação, da gestão e da administração financeira;
- Embora tenham sido dados determinados tipos de formação, na maioria dos casos, o seu impacto não foi avaliado;
- A maioria da assistência técnica é feita, através de projectos dos parceiros de cooperação;
- Os gestores das escolas e de instituições culturais não têm o mandato nem o conhecimento para gerir escolas num contexto descentralizado, com múltiplos parceiros;
- Estudos analíticos preliminares mostram a necessidade urgente da reestruturação e modernização do MEC de acordo com a actual Reforma do Sector Público.

1.3 Estratégia

O PEEC procura principalmente assegurar que seja alcançada uma efectiva autoridade descentralizada, responsabilização pela planificação e por prestação de contas e que a administração financeira nos distritos, nas escolas e nas instituições culturais seja melhorada. Será dada prioridade à descentralização do financiamento para os níveis locais, proporcional ao seu crescimento em termos de capacidade, para assumir estas novas responsabilidades. Actividades chave concernentes a esta área incluem:

- O desenvolvimento de mecanismos fortes que se liguem e coordenem os vários níveis do Sector;
- O estabelecimento de políticas e procedimentos para definir as necessidades de formação de uma perspectiva institucional;
- A coordenação da capacidade de desenvolvimento a nível provincial, distrital, de escola e de instituições culturais em alinhamento com o calendário para a implementação descentralizada;
- O desenho, monitoria e avaliação de programas de formação e de assistência técnica em relação ao seu impacto no desenvolvimento de capacidade.

1.4 Capacidade institucional: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Melhorar a capacidade de gestão de Recursos Humanos	Sistema informatizado de gestão de Recursos Humanos operacional		Descentralização O MEC procede de acordo com a estratégia nacional
	Pessoal treinado no uso do sistema informatizado de Gestão de RH	Maior responsabilidade. Desembolsos mais rápidos e eficientes	
	Propostas de revisão do sistema de carreiras específicas de Educação e Cultura efectuada	Planificação descentralizada	
	Mecanismos criados para atrair e reter melhor quadros	Programa de reestruturação / modernização implementado e avaliado	
	Funcionários formados, motivados e orientados a melhoria contínua, através de mecanismos de avaliação de desempenho e incentivos		
	Definido um conjunto de funções que permitam avaliar os funcionários na base de competências e resultados		
	Política de mitigação e tratamento dos funcionários pelo HIV/SIDA estabelecida		

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de Desempenho (2010/11)	Pressupostos de políticas e reformas
Implementar o programa de reestruturação e modernização do MEC	Análise funcional do MEC actualizado	Programa de reestruturação implementado e avaliado	Descentralização Do MEC de acordo com a estratégia nacional
	Reforçada a especificação das funções e responsabilidades dos níveis provinciais		
	Reforçada articulação e coordenação de esforços tanto ao nível do distrito, província como central no sentido de maximizar os recursos aumentando desta forma a capacidade de monitoria e controlo		
Capacitar os gestores do sector a todos os níveis	Estabelecida estratégia nacional de formação e capacitação de gestores de todo sector, incluindo a coordenação da assistência técnica externa	Estratégia aprovada	Políticas e instrumentos desenvolvidos, para reforçar a capacidade de gestão a nível da escola, instituições culturais, distrito e província
	Capacitados técnicos e gestores de educação e cultura dos níveis provincial, distrital, das instituições culturais e das escolas, incluindo os conselhos de escola, nas áreas de RH, planificação, gestão financeira e liderança de acordo com os planos provinciais		

2. Resposta do Sector ao HIV/Sida

2.1 Situação Actual

A taxa de prevalência do HIV/SIDA em Moçambique aumentou rapidamente, e está actualmente em 16,2% (2005). O ciclo vicioso entre a pobreza e o HIV/SIDA, o facto da doença ter um impacto desproporcional nas mulheres e jovens, aponta para a urgência extrema em se centrar na prevenção e mitigação. A educação tem um papel chave a desempenhar na luta contra o HIV/SIDA porque concentra a maior força de trabalho no país, e tem o potencial para atingir um grande número de crianças e jovens que estão nas escolas e fora delas. O sistema está bem situado para atingir as crianças na faixa etária dos 5-14 anos de idade, cujas atitudes e comportamentos ainda estão a ser formados e que, pelo facto de ainda não serem sexualmente activos representam a “janela da esperança”. As raparigas e as mulheres jovens são um outro grupo alvo importante, uma vez que são mais vulneráveis e são desproporcionalmente afectadas.

O HIV/SIDA é, sem dúvida, uma das maiores ameaças para se atingir a educação primária universal, com potencial para destruir muitas das realizações conseguidas durante o PEE I. Quando os professores ficam doentes e morrem, e um grande número de alunos fica afectado, o ensino pode sofrer graves rupturas com um impacto óbvio na qualidade, acesso e equidade. Projeções das mortes por HIV/SIDA entre os professores estão actualmente a ser actualizadas e espera-se que sejam mais baixas do que a estimativa de 17% que foi feita em 2000. No entanto o desgaste e o absentismo dos professores devido ao HIV/SIDA terá um impacto nos custos – em 2006 espera-se que o HIV/SIDA aumente os custos da educação em 5% (equivalente a 7 milhões de dólares). Espera-se um aumento dramático no número de órfãos, dos actuais 10% no EP1 e 11% no EP2, para 18% e 27% respectivamente até 2015.

2.2 Realizações durante o PEE I

Durante o PEE I uma série de actividades importantes com vista a gerarem um quadro efectivo de políticas para acção foi estabelecido. Como resultado o Ministério da Educação reconhece a importância de uma resposta multisectorial ao HIV/SIDA, através da:

- Elaboração e disseminação de uma estratégia da educação para tratar o HIV/SIDA, que defina o papel do MEC à volta de quatro áreas fundamentais que são:
 - o Prevenção e cuidados para todos os seus trabalhadores.
 - o Desenvolvimento de currículos, que tratem das doenças de transmissão sexual e do HIV/SIDA, e a promoção de abordagens extracurriculares e não formais com base nas habilidades para a vida e educação por pares.

- o Cumprimento de políticas que previnam e reduzam o impacto do HIV/SIDA, através de melhor capacidade institucional, de gestão e de planificação.
- o Implementação de uma resposta multisectorial coordenada e efectiva
- Elaboração de uma estratégia de comunicação sobre o HIV/SIDA.
- Criação de uma equipa de trabalho sobre o HIV/SIDA, com grupos focais em todas as direcções, e a criação de um secretariado com pessoal técnico a tempo inteiro para apoiar o grupo de trabalho.
- Desenvolvimento de quatro programas nacionais, que estão em diferentes fases de implementação: um programa para o HIV/SIDA e saúde reprodutiva a ser implementado em seis províncias; preparação de um pacote básico de habilidades para a vida para o ensino básico, complementado por programas de rádio; um programa com o objectivo de melhorar a gestão das escolas no contexto do HIV/SIDA envolvendo formação e matérias, e um programa (actualmente em fase preparatória) para tratar das necessidades das crianças órfãs e vulneráveis.

Sumário dos dados de base

- 16,2% da população está infectada, com grandes assimetrias regionais (centro do país é o mais afectado).
- HIV/SIDA está-se a espalhar mais rapidamente entre o grupo etário dos 15-24 anos de idade.
- A prevalência entre as raparigas é quase duas vezes mais que entre os rapazes (16% contra 9% no grupo etário dos 15-19).
- Espera-se que um grande número de professores morra de HIV/SIDA entre 2000 e 2010.
- Os custos da educação vão aumentar em 5% como resultado do HIV/SIDA em 2006.
- Iniciativas actuais para tratar da questão do HIV/SIDA na educação estão a produzir resultados positivos em geral, mas precisam de ser mais desenvolvidas e aumentadas para cobrir outras áreas do país e aumentar o número dos beneficiários.

2.3 Estratégia

Apesar destes progressos persistem uma série de desafios importantes que constituem o cerne das metas e estratégias para o PEEC. As prioridades estratégicas incluem:

- Reforço da capacidade a todos os níveis do sector para o desenvolvimento de uma resposta efectiva à epidemia, reforçando a ligação entre os vários níveis.

- Reforço da capacidade Institucional para tratar da integração dos assuntos transversais no sector.
- Melhoria do processo de planificação para que o potencial impacto do HIV/SIDA seja levado em conta de forma adequada e seja claramente tratado.
- Aumento substancial de actividades bem sucedidas para reforço da capacidade do sistema para responder ao impacto do HIV/SIDA, e para reduzir a sua disseminação a nível da escola.
- Desenvolver intervenções que vão para além de influenciar o conhecimento para promover uma mudança de atitude e de comportamento na força de trabalho da educação e nos alunos.
- Identificar e estabelecer mecanismos que tratem de situações que actualmente facilitam a disseminação do HIV/SIDA, particularmente, a corrupção e o abuso sexual por aqueles que têm controlo sobre as crianças, as frequentes transferências de pessoal.
- Pôr em vigor políticas no local de trabalho que assegurem que um número cada vez maior de professores e alunos tenham acesso a testes e a aconselhamento voluntário, preservativos (quando adequado), e o desenvolvimento de técnicas de auto-protecção.
- Assegurar a abordagem sócio-cultural nas intervenções de prevenção e mitigação do sector.
- Combater a estigmatização para proteger os direitos dos infectados e afectados.
- Arranjar professores substitutos no caso de ausências regulares de professores por estarem doentes, e, opções de reforma antecipada no caso de doença crónica.
- Assegurar que os órfãos e crianças vulneráveis tenham acesso à educação e a receber o apoio que precisam para lidar com o impacto do HIV/SIDA.
- Assegurar a participação das comunidades na resposta através do envolvimento de líderes comunitários, tradicionais e religiosos.
- Aumentar o grau de conhecimentos científicos na área sócio-cultural e comportamental sobre a propagação e o impacto da epidemia em Moçambique.
- Promover a recolha, sistematização, e disseminação de resultados de investigação sobre boas práticas.

2.4 HIV/SIDA: Quadro para acção e reforma de políticas

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e reformas
Reduzir a incidência de	Reduzida a incidência de HIV/SIDA nos funcionários	Redução da incidência do HIV/SIDA nos funcionários do MEC	Aprovação da política no local de trabalho

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e reformas
HIV nos funcionários e mitigar o impacto social da epidemia.	Parceria com provedores de serviços de saúde	Utilização dos serviços por trabalhadores do sector.	
	Programa de trabalho implementado nas instituições do MEC a todos níveis.	Grau de cobertura do programa no local de trabalho.	
Reduzir a incidência de HIV na comunidade escolar e mitigar o impacto social da epidemia.	Programas nacionais de prevenção e mitigação consolidados e expandidos para novas zonas do país	Grau de expansão dos programas nacionais na rede escolar	Políticas de currículo sejam efectivamente apoiadas e implementadas
	Promovidas habilidades de vida positiva através de currículos inclusivos.	Todos os currículos contêm programas sobre Vida Positiva.	
	Eliminados casos de abuso sexual, discriminação e estigmatização.	Declínio nos casos reportados.	
	Crianças órfãs e vulneráveis matriculadas e retidas na escola e com aproveitamento melhorado	Fornecimento de material escolar, registo e apoio psico-social às crianças órfãs e vulneráveis	
		Aumenta progressivamente do acesso e da retenção das COVs	
Garantir intervenções informadas por evidência científica e abordagens sócio-culturais	Resposta do sector de qualidade, inovativa e social e culturalmente eficaz.	Pesquisas realizadas e publicadas	

Objectivos	Resultados	Indicadores/Metas de desempenho (2009)	Pressupostos de políticas e reformas
Reforço da gestão da resposta ao HIV/SIDA no sector.	A capacidade de planificação, implementação e monitoria de actividades de combate ao HIV/SIDA melhorado	Gestores a todos os níveis capacitados em gestão incluindo aspectos de HIV/SIDA	
	Integração de variáveis e dados sensíveis ao HIV/SIDA e resultados de pesquisa sobre HIV/SIDA na planificação e monitoria do sector	SIGE capaz de monitorar impacto de HIV/SIDA e impacto programático. Modelo de previsão de impacto implementado.	
O MEC como parceiro na resposta nacional ao HIV/SIDA	Reforçada a acção dos artistas e comunidades na disseminação de mensagens.	Parcerias estabelecidas e capacitações realizadas com fazedores culturais, líderes tradicionais, comunitários e religiosos.	
	Colaboração com parceiros governamentais, da sociedade civil e internacionais reforçada.	MEC contribui para políticas e estratégias nacionais.	

Estratégia e documentos de planificação

Geral

Agenda 2025 – Visão e Estratégias da Nação, Documento preliminar, (2003) Maputo, Moçambique.

Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001 - 2005). Maputo, Moçambique (2001).

Plano de Acção de Combate à Pobreza Absoluta 2006-2009, Maputo, Moçambique (2006).

Programa do Governo 2005-2009, (2005), Maputo (2005).

Ministério da Educação. (2004). *Plano Estratégico de Educação 2004 - 2008 Documento de Trabalho*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

CESO. (2004). *Estratégia de Financiamento do Plano Estratégico da Educação para 2005-2009*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

1. Educação Básica: Educação na Primeira Infância

Estratégia da primeira infância a incluir no Plano Nacional de Educação para Todos

2. Educação Básica: Ensino Primário

Gabinete do Ministro. (2004). *Diploma Ministerial 2004: Cria Mecanismos Atinentes à Inscrição de Alunos Internos*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ministério da Educação. (2003). *Education for All Fast Track Initiative (EFA FTI)*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ministério da Educação. (2004). *Estratégia da Educação Inclusiva*. Maputo, Moçambique: Departamento de Educação Especial.

Ministério da Educação. (2004). *Estratégia da Educação Inclusiva - Plano de Implementação*. Maputo, Mozambique: Ministério da Educação.

Dupont, C., Rosário, M., & Franque, A. (2003). *Draft Action Plan for Accelerated Construction of School Infrastructures*. Maputo, Mozambique: Ministry of Education/DANIDA.

Instituto Nacional de Educação. (2003). *XXVIII Conselho Coordenador: “Por uma Visão Futura e Segura da Educação” - Introdução do Novo Currículo do Ensino Básico*. Maputo, Mozambique: Ministério da Educação.

MOZ PEE Supervision Mission. (2003). *Orphaned and Other Vulnerable Children's (OVC) Access to Primary Education - Technical Note*. Maputo, Mozambique.

3. Educação Básica: Educação de Adultos e Não-formal

Ministério da Educação. *Estratégia do Subsector de Alfabetização e Educação de Adultos/ Educação Não-Formal, 2001-2005*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

4. Ensino Secundário

Ministério da Educação. (2001). *Estratégia para o Ensino Secundário Geral e Formação de Professores para o Ensino Secundário*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação..(TAMBÉM DISPONÍVEL EM INGLÊS como “*Secondary Education and Secondary Teacher Education Strategy*”.

5. Ensino Técnico e Profissional

Ministério da Educação. (2003). *Estudo sobre a Eficiência Externa e Estrutura de Custos do Ensino Técnico e Profissional em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ensino Técnico e Profissional (ETP) - *Missão de Identificação 1-13 de Agosto, 2004*. (2004). Maputo, Moçambique.

6. Formação de Professores

Direcção de Formação de Professores. (2003). *Estratégia para a Formação de Professores 2004 - 2015 Iniciativas de Políticas*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ministério da Educação. (2004). *Relatório sobre as Capacitações Nacionais e Provinciais do CRESCER, Fevereiro - Maio 2004*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

7. Ensino à Distância

8. Educação Inclusiva

9. Integração do Género

Ministério da Educação. (2003). *Estratégia para Equidade de Género no Sector de Educação - Terceiro Esboço*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

República de Moçambique. (2001). *Plano de Acção Nacional para o Avanço da Mulher*. Maputo, Moçambique: República de Moçambique.

10. Resposta ao HIV/SIDA

Ministério da Educação. (2002). *Plano Estratégico de Combate ao HIV/SIDA - 2002 a 2005*. Maputo, Mozambique: Ministério da Educação.

Ministério da Educação. (2004). *Estratégia de Comunicação sobre HIV/SIDA*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ministério da Educação. (2004). *Elementos para uma Política do MINED em Relação ao HIV/SIDA - Proposta do Grupo de Consultores ao Grupo de Trabalho de HIV/SIDA do MINED: Terceira Versão do Esboço*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

11. Desporto Escolar

12. TIC

Governo de Moçambique. (2002). *Estratégia de Implementação da Política de Tecnologias de Informação e Comunicação - Rumo à Sociedade de Informação Global*. Maputo, Moçambique: Comissão para a Política de Informação.

Ministério da Educação. (2003). *Introdução do uso de TIC na Educação*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

13. Capacitação Institucional

14. Gestão e Administração Financeira

Ernst & Young. (2003). *Plano Director de Descentralização e Desconcentração do MINED - Diagnóstico das DPE, Versão Preliminar*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ernst & Young. (2003). *Plano Director de Descentralização e Desconcentração do MINED - Diagnóstico das Direcções Distritais de Educação, Versão Preliminar*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ernst & Young. (2003). *Plano Director de Descentralização e Desconcentração do MINED - Diagnóstico das Escolas, Versão Preliminar*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

Ernst & Young. (2003). *Plano Director de Descentralização e Desconcentração do MINED - Visão Futura: Versão Final*. Maputo, Moçambique: Ministério da Educação.

UTRESP. (2004). *Análise Funcional: Situação e o Caminho em Frente: Proposta para a CIRESP*.

15. Referências Adicionais: - Ensino Superior

Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia. (2000). *Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia